

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

WASHINGTON PHILLIP SPANHOL CARNEIRO

**PENTECOSTAIS NA POLÍTICA CAPIXABA: REPRESENTAÇÃO
PARLAMENTAR DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NAS
ELEIÇÕES (2002, 2006, 2010)**

**VITÓRIA
2013**

WASHINGTON PHILLIP SPANHOL CARNEIRO

**PENTECOSTAIS NA POLÍTICA CAPIXABA: REPRESENTAÇÃO
PARLAMENTAR DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NAS
ELEIÇÕES (2002, 2006, 2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof(a). Dra. Sonia Missagia de Matos

VITÓRIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C289p Carneiro, Washington Phillip Spanhol, 1984-
Pentecostais na política capixaba : representação parlamentar da Igreja
Assembleia de Deus nas eleições (2002, 2006, 2010) / Washington
Phillip Spanhol Carneiro. – 2013.
179 f. : il.

Orientador: Sonia Missagia de Mattos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Assembleias religiosas. 2. Pentecostalismo. 3. Religião e
política - Espírito Santo (Estado). 4. Legisladores - Espírito Santo
(Estado). I. Mattos, Sonia Missagia. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 316

WASHINGTON PHILLIP SPANHOL CARNEIRO

**PENTECOSTAIS NA POLÍTICA CAPIXABA: REPRESENTAÇÃO
PARLAMENTAR DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NAS
ELEIÇÕES (2002, 2006, 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Sociologia.

Aprovado em _____, _____, de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dra. Sonia Missagia de Mattos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^o Dr. Saulo de Tarso Cerqueira Baptista
Universidade Estadual do Pará

Prof^o Dr. Dr. Marcelo Martins Barrera
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o Dr. Paulo Magalhães Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

DEDICATÓRIA

À Gleide e Elias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à Gleide, genitora e amiga. Elias, pai e ajudante na pesquisa com material e relatos informais.

A meus parentes e amigos que se envolveram na construção de minha trajetória. A Wandylara, Eduardo, Winston, Esther, Rosana, que compreendeu minha ausência, Alochio, Adriano (Dida), Sylvio, Jefferson, Thiago, dentre outros tantos, que não cabem neste pequeno e simbólico gesto de gratidão. “Tio Nock”, que me conseguiu contatos para entrevistas. Aos entrevistados, pelo seu depoimento.

Aos colegas de turma pela disposição dedicada a mim, pelo auxílio e crescimento mútuo. Brígida Moura, Edmilson Rodrigues, Felipe Binda, Jerônimo, José Elias, Lígia Nascimento, Karina Santos, Larissa Magalhães, Luana Prates, Márcio Freitas, Matheus Bittencourt, Milena Batista, Nayara Pestana, Sara Costa, Washington Sieleman, e todas as pessoas que não tiveram espaço nestas simples palavras, mas estão guardadas no peito.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, especialmente aos professores Dr. Paulo Magalhães Araújo, Dra. Antônia Colbari, Dra. Isabel Borsoi, Dr. Marcelo Barreira pelas contribuições para o desenvolvimento do projeto. Em especial ao Dr. Saulo Baptista e à Dra. Sonia Missagia de Matos, que foi uma mãe para mim e eu, por vezes, um filho rebelde, quem me acompanhou durante o Mestrado em Ciências Sociais e me fez seu orientando.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Espírito Santo (FAPES), que permitiu a realização deste projeto.

Aos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste projeto e assumiram importantíssima posição em minha trajetória na Universidade Federal do Espírito Santo. A todos que cruzaram meu caminho e, de alguma forma, fizeram-se fundamentais, desde o início de minha graduação, em minha breve passagem pela academia nos últimos, quase, dez anos. Minha profunda gratidão.

RESUMO

A presente dissertação pretendeu observar a presença de candidatos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Estado do Espírito Santo no âmbito de sua representação parlamentar no legislativo estadual nas eleições de 2002, 2006 e 2010. Observou-se a relação entre religião e política ressaltando-se a expansão evangélica pentecostal, especificamente o caso da Assembleia de Deus. O estudo parte da ideia de que a escolha de líderes dentro das estruturas institucionais religiosas também pode influenciar escolhas no âmbito da estrutura social como, por exemplo, a escolha de lideranças políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Assembleia de Deus, Pentecostalismo, Política, Representação Parlamentar.

ABSTRACT

The present dissertation, sought to observe the presence of candidates of the Evangelical Church Assembly of God in the state of Espírito Santo within of their parliamentary representation in state legislature elections in 2002, 2006 and 2010. Was observed the relation between religion and politics highlighting the evangelical pentecostal expansion, specifically the case of the Assembly of God. The study departs from the idea that the choice of leaders within religious institutional structures may also influence choices within social structures, for example, the choice of political leaders.

KEYWORDS: Assembly of God, Pentecostalism, Politics, Parliamentary Representantion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pastor e membros do primeiro templo da Assembleia de Deus em Vitória.....	79
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da População Brasileira Segundo Religiões (1980/2000).....	46
Tabela 2 – Parlamentares Federais Evangélicos (titulares e suplentes que assumiram) e mandatos exercidos, 1933-1992.....	88
Tabela 3 – Representantes da Assembleia de Deus e da Igreja Universal no Congresso Nacional (1987-2004).....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema tipológico da AD no Brasil	56
Quadro 2 – Candidatos Evangélicos no Cenário Nacional.....	89
Quadro 3 – Representantes da Assembleia de Deus no Congresso na 53 ^a e 54 ^a Legislatura.....	92
Quadro 4 – Parlamentares evangélicos presentes na 15 ^a legislatura.....	106
Quadro 5 – Parlamentares evangélicos presentes na 16 ^a legislatura.....	107
Quadro 6 – Parlamentares evangélicos presentes na 17 ^a legislatura.....	108
Quadro 7 – Representantes da Assembleia de Deus no Espírito Santo (2002, 2006, 2010).....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento da População Evangélica no Brasil (1940-2000).....	44
Gráfico 2 - Trânsito de Fieis para grupos evangélicos no Brasil.....	48

LISTA DE SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
ADHONEP	Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno
AEVB	Associação Evangélica Brasileira
AP	Antes do Presente
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASEC	Associação de Editores Cristãos
BPC	O Brasil Para Cristo
CADEESO	Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros
CAPEDIBES	Centro de Aperfeiçoamento dos Professores de Escola Dominical Ibes
CB	Casa da Bênção
CBB	Convenção Batista do Brasil
CCB	Congregação Cristã do Brasil
CEAD	Centro Educacional Assembleias de Deus
CEADER	Convenção Evangélica das Assembleias de Deus do Estado do Rio de Janeiro e Outros
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus
COMADEJA	Convenção de Ministros de Língua Portuguesa no Japão
COMADERJ	Convenção de Ministros das Assembleias de Deus no Estado Rio de Janeiro
CONAMAD	Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil
CONFRADEB	Convenção Fraternal dos Ministros das Assembleias de Deus Brasileiras nos Estados Unidos
CONFRATERES	Convenção Fraternal dos Ministros das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
D.C.	Depois de Cristo
DEM	Partido Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EMAD	Escola de Missões da Assembleia de Deus do Ibes
ES	Espírito Santo
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
ETADE	Ensino Teológico das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FABAD	Faculdade Teológica das Assembleias de Deus
FIC	Feira Internacional Cristã
FUNDAP	Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
IASD	Igreja Adventista do Sétimo Dia

IBAD	Instituto Bíblico das Assembleias de Deus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Igreja Cristã Maranata
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IMB	Igreja Metodista do Brasil
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPDA	Igreja Pentecostal Deus é Amor
IPU	Igreja Pentecostal Unida
IU	Igreja Unida
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MG	Minas Gerais
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRD	Partido Republicano Democrático
PRP	Partido de Representação Popular
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RC	Renascer em Cristo
RCC	Renovação Católica Carismática

RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UMADES	União da Mocidade das Assembleias de Deus do Espírito Santo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I	
1. O FENÔMENO RELIGIOSO PENTECOSTAL.....	21
1.1. O PENTECOSTALISMO BRASILEIRO.....	27
1.2. CONSOLIDAÇÃO DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL.....	35
1.2.1 A “primeira onda pentecostal”	37
1.2.2 A “segunda onda pentecostal”	38
1.2.3 A “terceira onda pentecostal”	39
CAPÍTULO II	
2. O PENTECOSTALISMO CAPIXABA: SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	43
2.1 O CRESCIMENTO DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL.....	44
2.2 O PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO BRASILEIRO.....	52
2.2.1 Educação assembleiana.....	59
2.2.2 Sexualidade.....	62
2.2.3 Mídia	63
2.3 O PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO NO ESPÍRITO SANTO.....	65
2.4. O CRESCIMENTO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NA CIDADE DE VITÓRIA.....	72
CAPÍTULO III	
3. PENTECOSTAIS NA POLÍTICA CAPIXABA: CANDIDATOS ASSEMBLEIANOS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS (2002, 2006, 2010).....	84
3.1. A PRESENÇA E O CRESCIMENTO DA REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	86
3.2. O JOGO DEMOCRÁTICO COMO REDENÇÃO NO PRESENTE.....	94
3.3 O PENTECOSTALISMO CAPIXABA NA POLÍTICA.....	101
3.3.1 As eleições de 2002.....	105
3.3.2 As eleições de 2006.....	107
3.3.3 As eleições de 2010.....	108
CAPÍTULO IV	
4 TRÊS VISÕES SOBRE A PRESENÇA DO PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO NA POLÍTICA CAPIXABA.....	111
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	112

4.1.1 Perfil do pastor-presidente da CADEESO Oscar Domingos de Moura.....	113
4.1.2 Perfil do candidato e Vice-presidente da CADEESO Reginaldo Loureiro.....	115
4.1.3 Perfil do candidato Gustavo De Biase.....	116
4.2 SOBRE TRANSFORMAÇÕES DENTRO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS.....	120
4.3 DA RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A RELIGIÃO.....	124
4.3.1 Processo de construção de carreira e da organização política dentro da Assembleia de Deus.....	125
4.3.2 O comportamento dos pentecostais da Assembleia de Deus na política estadual.....	128
4.3.3 Da preferência pelo legislativo ou executivo.....	132
4.3.4 Benefícios da atuação na política para a Igreja Assembleia de Deus.....	134
4.3.5 Relação entre interesse público e interesse das igrejas.....	136
4.3.6 A transformação de prestígio religioso em capital político.....	139
4.3.7 Sobre a Representatividade e Legitimidade do líder pentecostal no espaço político.....	141
4.3.8 Da Influência do político evangélico nos parlamentos e opinião sobre escândalos.....	143
4.4 PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS SOBRE UM PROJETO POLÍTICO PENTECOSTAL.....	145
4.4.1 Entre o voto na urna e o voto pentecostal assembleiano no parlamento.....	145
4.4.2 A afirmação da identidade coletiva e como instituição na sociedade.....	149
4.4.3 A presença em organizações seculares e as “manifestações de junho”.....	150
4.4.4 Entre a salvação eterna e um projeto de poder na arena política.....	152
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
6 REFERÊNCIAS.....	163
ANEXOS.....	174

INTRODUÇÃO

O cenário de Pentecostais na Política Capixaba é o assunto culminante nesse estudo para observar se a escolha de lideranças internas da igreja Assembleia de Deus no estado do Espírito Santo pode influenciar a eleição de lideranças políticas. Com isso, surge a análise da organização política da Assembleia de Deus no Estado do Espírito Santo e sua representação por parte de candidatos da AD¹ nas eleições legislativas estaduais de 2002, 2006 e 2010.

Partindo do pressuposto de que, a escolha de líderes dentro das estruturas institucionais religiosas, também pode influenciar escolhas no âmbito das estruturas sociais, como, por exemplo, a eleição de lideranças políticas que se dá por imposição das preferências de lideranças religiosas. Observa-se, aqui, a relação entre religião e política, ressaltando a expansão evangélica pentecostal, especificamente o caso da AD.

Foram utilizados como elementos empíricos os resultados das eleições para o poder legislativo estadual capixaba nos pleitos de 2002, 2006 e 2010, e seus possíveis desdobramentos institucionais sob enfoque, levando em consideração relações entre a instituição religiosa e a arena política. Entrevistas qualitativas complementam os argumentos apresentados. Esse estudo, por opção, privilegia a existência ou não da presença de representação política² proveniente dos grupos de origem pentecostal como a AD no Espírito Santo.

A hipótese fundamental é a de que a AD, desde sua chegada ao Espírito Santo nos anos 1920 e ao longo de sua consolidação como instituição em solo capixaba, construiu de maneira singular seu quadro de representantes internos com

¹ A partir desse momento, passo a utilizar a abreviação AD para referir-me à igreja Assembleia de Deus.

² Por “representação política” estou referindo-me ao modelo interpretativo de delegação de poderes a partir do regime de democracia representativa associado ao caso brasileiro para tentar explorar o tema da representação evangélica pentecostal conforme os estudos recentes do campo da Ciência Política têm demonstrado. Para o caso da relação entre religião e a esfera política, dentre outros, ver: PIERUCCI, 1989; BURITY, 1997; FRESTON, 1993, 1994a, 1999; MACHADO, 2006; BITUN, 2008; BAPTISTA, 2007, 2009).

personalidades carismáticas³ e por eleição interna, sob o pressuposto da “escolha divina”, fato que conduz a uma rotinização do carisma e expressa sinais de institucionalização. A AD como instituição, parece remeter demandas da denominação para o campo político operando, de forma interna, certa mediação entre a arena política e os membros vinculados a ela.

Tal processo tem sido comum na eleição de lideranças políticas, quer na esfera municipal, estadual, quer seja na esfera federal e contribui para que determinados sujeitos alcancem espaços de poder na arena política, o que se dá com maior vigor a partir da abertura política em 1979, das eleições diretas em 1986 e especialmente do advento do Congresso Constituinte de 1988, com a entrada de novos atores sociais em cena (FREESTON, 1994b).

O estudo se justifica pela relevância que o tema possui para as pesquisas acadêmicas no campo das Ciências Sociais sobre religião e política, bem como por suas interações com a estrutura social capixaba. São poucos os estudos relacionados a esse novo modo de representação do pentecostalismo, que se aproxima da esfera política por meio da indicação de lideranças internas para a concorrência a cargo eletivo no legislativo, no âmbito estadual, com apelo à identificação religiosa.

Justifica-se, ainda, pelo registro do fenômeno que, a partir do contato de missionários suecos nos Estados Unidos, se espalha a partir de núcleos da região norte e nordeste do Brasil e alcança o solo capixaba (CONDE, 2000). Nesse movimento, o fenômeno religioso pentecostal se concentra nos centros urbanos das grandes metrópoles brasileiras.

O fenômeno religioso pentecostal capixaba ainda é pouco estudado no Espírito Santo e no Brasil de forma geral. Especialmente a partir de uma visão sócio-

³ Apesar da discussão sobre o “carisma” ser recorrente nos estudos sobre o pentecostalismo, abordaremos a forma mais simples do termo como tipo ideal sociológico observado por Weber (1982) que permite compreender fenômenos sociais em oposição ao cotidiano ordenado. Para Weber o carisma é um tipo de autoridade que se baseia em dons pessoais e extraordinários. Um tipo de devoção e confiança pessoais depositadas em alguém que se diferencia por qualidades prodigiosas, por heroísmo, dentre outros, o que configura um “poder carismático”, o “dom da graça”, uma das “três justificações básicas para legitimação do domínio” contraposta aos tipos tradicional e racional-legal de dominação (WEBER, 1982, p. 99).

histórica. A pretensão é contribuir, de alguma maneira, para o avanço no debate sobre tal temática.

O problema da pesquisa busca compreender como o crescimento da AD nos últimos anos e a escolha de lideranças internamente podem ter alguma relevância na escolha de representantes do eleitorado evangélico pentecostal assembleiano capixaba. O processo de institucionalização do fenômeno religioso pentecostal assembleiano pode ter alguma relação com esse processo? Existe alguma ligação entre o crescimento numérico do fenômeno religioso pentecostal assembleiano com os resultados dos candidatos nas eleições legislativas de 2002, 2006 e 2010 no Espírito Santo?

Em relação ao pentecostalismo capixaba, poucas informações são encontradas. Sendo que, dessas poucas, a maioria é de cunho apologético, o que não significa que não sejam importantes para a pesquisa, dados e fatos contidos nos mesmos foram usados como pistas, dado que os trabalhos de peso são quase que ausentes.

Para isso, foi imprescindível o embasamento alguns teóricos das ciências humanas que problematizam o tema da relação entre religião e da política como Freston (1993, 1994b, 1999), Machado (2006), Baptista (2009), Mariano (2010), entre outros. Bem como, a questão da participação na esfera política, compreendendo a delegação de poderes dentro do campo do novo institucionalismo (HALL e TAYLOR, 2003) onde as instituições são fundamentais, tanto na proposta das matérias, composição de agendas, nas práticas políticas, quanto no posicionamento dos atores.

Quanto às fontes primárias consideradas, são de natureza quantitativa, como os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Tribunal Superior Eleitoral e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), entre outros.

Algumas fontes de caráter qualitativo também auxiliaram a pesquisa, como as disposições estatutárias disponibilizadas e resoluções provenientes da instituição, periódicos da denominação, além de documentos oficiais impressos da AD, da

Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e outros (CADEESO). Outros recursos utilizados foram as entrevistas com fontes orais por meio de questionário semiestruturado (THIOLLENT, 1982). Igualmente, uma revisão de bibliografia, somando às informações sobre as ADs, provenientes da produção interna, levando em consideração suas implicações políticas e sociais.

Tendo em vista a seleção do período de consolidação do fenômeno religioso pentecostal capixaba de acordo com movimento de sua história de consolidação, seguindo das transformações de caráter nacional e regional, buscando o passado para compreender o presente.

Os dados foram analisados de acordo com sua natureza. Os dados estatísticos dão suporte a comparações quantitativas, de crescimento e desenvolvimento do fenômeno pentecostal assembleiano. Com base nesses dados, foram organizados quadros e tabelas, conforme o caso, como auxílio para realizar uma leitura do fenômeno pentecostal assembleiano capixaba.

Em relação ao tratamento dos dados e das informações sobre o fenômeno pentecostal assembleiano, sua complexidade e interpretação podem interferir na compreensão do fenômeno. Como sugeriu Bourdieu (1997) “Não se deveria acreditar que só pela virtude da reflexividade o sociólogo possa controlar completamente os efeitos, sempre extremamente complexos e múltiplos da relação de pesquisa”. Isso, segundo o autor, é dado porque:

[...] os pesquisados podem também intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazer voltar em seu proveito uma troca da qual um dos riscos é a imagem que eles têm e querem dar e se dar deles mesmos (BOURDIEU, 1997, p. 701).

Nesse sentido, essa pesquisa parte de aspectos estruturais que são fundamento para a reflexão da proposta da pesquisa, dos objetivos e resultados encontrados. Destaca-se que, a construção do objeto, mesmo na tentativa de imparcialidade do observador, permanece ligada às escolhas do pesquisador enquanto indivíduo em sociedade.

Tendo ciência disso, o texto em questão foi estruturado como um esquema que parte de aspectos gerais para os eventos mais específicos. O primeiro capítulo, intitulado *O fenômeno religioso pentecostal*, trata de um panorama da origem e consolidação do fenômeno religioso pentecostal no Brasil a partir de suas raízes históricas e geográficas.

O segundo capítulo, intitulado *O pentecostalismo capixaba: sua institucionalização* busca apresentar, de forma mais específica, um breve histórico do processo de consolidação da AD no estado do Espírito Santo, sua estrutura e organização, apontando o seu exponencial crescimento numérico e expansão geográfica como marco para sua construção como instituição, e das possibilidades de obtenção de vantagens eleitorais com esse crescimento e expressão social atualmente.

O terceiro capítulo, *Pentecostais na política capixaba: representantes assembleianos no legislativo estadual (2002, 2006, 2010)*, apresenta um quadro dos representantes da Igreja Assembleia de Deus no legislativo estadual na 15^a, 16^a e 17^a legislatura, comparando-se com o crescimento da representação pentecostal assembleiana no plano nacional.

Por fim, o quarto capítulo, *Três visões sobre a presença do pentecostalismo assembleiano na política capixaba*, busca observar uma visão da presença do pentecostalismo assembleiano na arena política por meio de entrevista qualitativa com lideranças políticas locais, destacando a ideia da presença de um projeto político oriundo do segmento pentecostal na cena política capixaba, seguido de uma breve conclusão.

Assim, a compreensão desse fenômeno, no que concerne ao seu crescimento, expressão social e inserção na esfera política, é um campo amplo de estudos que contribui para as pesquisas sobre o pentecostalismo no Espírito Santo. Tema que pode ser encarado como um desafio e permanece aberto ao pesquisador que se interessa por entender esse assunto.

CAPÍTULO I

1 O FENÔMENO RELIGIOSO PENTECOSTAL

Início essa discussão chamando a atenção para o fato de o pentecostalismo ser um fenômeno religioso contemporâneo complexo e difuso, além de multifacetado interiormente. Dentro desse mesmo fenômeno, há várias correntes, doutrinas e teologias que se tocam ou se repelem ao longo de sua história. Esse é um tema ainda pouco estudado sendo ele de grande importância para a história da formação social, política e cultural do país.

As raízes geográficas do pentecostalismo brasileiro atual remontam ao final do século XIX e início do século XX nos EUA. Instala-se no Brasil através da passagem de missionários que passam pelos EUA e chegam ao país e regiões da América do Sul do início do século XX.

No Brasil, os vários momentos que caracterizam o que se denomina pentecostalismo são heterogêneos e correspondem, de certa maneira, ao processo de formação social do Brasil. Há, também, uma congruência de fatores que se fundem para formar na estrutura sociocultural a “matriz pentecostal brasileira” (ALENCAR, 2013).

Procurando compreender tal fato, algumas teorias tentam entender a formação e influências de determinados fatores na cultura brasileira que imprimem certas características sociais e culturais nos indivíduos e instituições, mas que também deixam suas marcas no fenômeno religioso pentecostal brasileiro.

A identidade pentecostal se afirma ideologicamente como essência de sua brasilidade, por meio de certa reelaboração contínua sob as bases da cultura. O Estado é a totalidade transcendente e integradora dos elementos concretos da realidade social, delimitando o quadro de construção da identidade nacional. Através de uma relação política se constitui a identidade, “como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo” (ORTIZ, 1986, p. 139).

Essa identidade cultural é uma construção sócio-histórica de base heterogênea⁴. É parte componente dos aspectos estruturais que caracterizam o fenômeno religioso pentecostal no Brasil como parte de uma ressignificação na estrutura simbólica relacionada a esse fenômeno social ao longo do seu desenvolvimento.

Esse movimento de constituição dos seus traços definidores, somado ao catolicismo ibérico e colonial, às religiões afrodescendentes, crenças indígenas, ao espiritismo do século XIX, ao protestantismo étnico e de missão, bem como às variantes protestantes que dão forma ao moderno movimento pentecostal, assume características muito singulares durante o século XX e início do século XXI. (BAPTISTA, 2009).

Inclusive, com o avanço da presença na arena política nas regiões e no cenário nacional como um todo. A incursão dos evangélicos pentecostais na política talvez possa ser observada nos termos de certa secularização das práticas no meio religioso pentecostal. Segundo Peter Berger (1985), o termo secularização foi usado originalmente, na esteira das Guerras de Religião, para indicar a perda do controle de territórios ou propriedades por parte das autoridades eclesiásticas. Para ele o termo se refere aos processos “disponíveis empiricamente”.

Berger (1985), entende por secularização “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”. Que é mais que um processo socioestrutural, porque “afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular do mundo”. Mas que também tem um lado subjetivo. “Assim como há uma secularização da sociedade e da cultura, também há uma secularização da consciência” (BERGER, 1985, p. 119).

⁴ Ortiz (1986), ao relacionar Estado, cultura popular e identidade nacional, afirma que “A Cultura popular é heterogênea – as diferentes manifestações folclóricas – reizados, congadas, folias de reis – não partilham um mesmo traço em comum, tampouco se inserem no interior de um sistema único. Gramsci tem razão ao considerá-la como fragmentada, na realidade ela se assemelha ao estado que Lévi-Strauss denominou de “pensamento selvagem”, isto é, se compõe de pedaços heteróclitos de uma herança tradicional. A cultura popular é plural [...]” (ORTIZ, 1986, p. 134).

A compreensão do processo de secularização foi uma preocupação constante dos autores clássicos nas Ciências Sociais, observa-se que tanto Marx, Weber quanto Durkheim, procuraram discutir a questão religiosa, derivada da necessidade de compreender o desenvolvimento da sociedade moderna.

Marx se apropriou do conceito de Feuerbach de alienação religiosa⁵. Remete o todo à alienação da relação do trabalhador com a produção de mais valia, que daria origem a todas as outras formas de alienação. A alienação religiosa em Marx é um tipo base para exemplificar a alienação fundamental. Não é apenas o “ópio do povo”, mas, também, uma forma particular de saber.

A religião não é o resultado dos desejos alcançados, embora sempre sonhados pelo homem; ela nasce como produto da inversão total em que a sociedade se encontra. De tal inversão a religião torna-se consciência teórica. A religião, porém, tem, sobretudo, um caráter ideológico, principalmente à medida que contribui para a manutenção da sociedade capitalista. Enquanto sistema de ideias, a religião corresponde aos interesses de uma classe específica ou de classes específicas (as dominantes). E então ela se torna uma ilusão que de algum modo impede de agir em chave antiburguesa e anticapitalista (CIPRIANI, 2007. p. 37-38).

Marx tem a referência à divindade como fruto de uma construção social da realidade. Para ele, lutar contra a religião é fundamental, pois, “significa lutar contra a realidade dada”, porque, “a crítica da religião elimina toda a ilusão para o homem, a fim de que ele pense, aja, forme sua realidade como um homem sem ilusões, que alcançou a idade da razão” (CIPRIANI, 2007, p. 39).

Max Weber (1982) em sua sociologia compreensiva busca entender o processo de racionalização que a modernidade trouxe, e que transformou a experiência religiosa vivida, fazendo com que essa experiência refletisse um “desencantamento do mundo”. Weber aborda a sociedade moderna em seu processo de racionalização. Essa racionalização levou a uma rejeição do sagrado religioso, tornando o mundo em um espaço desencantado (WEBER, 1996).

⁵ MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Coleção Clássicos. Filosofia/Ciências Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

De outro lado, Durkheim (1973), destaca que as religiões são compostas por redes de solidariedade de crenças e de práticas coletivas ligadas ao sagrado e às coisas sagradas. Durkheim realizou uma discussão sobre as religiões seculares, que constituem, nas “sociedades secularizadas”, esse equivalente funcional da religião, na ausência do qual a ligação social está ameaçada a se dissolver (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 201). Para Durkheim:

Na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções. São estes elementos permanentes que constituem o que há de eterno e de humano na religião; eles são todo o conteúdo objetivo da ideia que exprime quando se fala da religião em geral (DURKHEIM, 1973, p. 509-10).

Conforme destaca Durkheim (1973): “toda religião tem um lado pelo qual ela ultrapassa o círculo das ideias propriamente religiosas”, assim, o estudo dos fenômenos religiosos fornece um meio de renovar alguns desses temas para o estudo no presente. Dado que os primeiros sistemas de representações que o homem fez do mundo e de si mesmo são de origem religiosa. Não existe religião que não seja uma cosmologia ao mesmo tempo que uma especulação sobre o divino (DURKHEIM, 1973, p. 513).

Em Weber (1996), tal sistema de crenças e de práticas religiosas é expressão das estratégias de diferentes grupos em competição pela gestão dos bens de salvação, bem como dos diferentes grupos, ou classes, interessadas nos seus dividendos. O sagrado e o profano são identificados na disputa pelo domínio do campo religioso, da hegemonia e monopólio da gestão e distribuição dos bens de salvação por parte dos sacerdotes especializados em manipular o sagrado. Especialistas que são produto do processo de racionalização que ocorreu no Ocidente.

A manutenção do poder e controle sobre o capital religioso por certo grupo ou determinada religião é garantida através da organização de um aparelho burocrático racional. A força material e simbólica de tais grupos termina por reivindicar o monopólio legal do poder proveniente do capital religioso. Fato que determina a

esfera do sagrado e do profano e legitima a dominação e o grupo para garantir o domínio sobre a esfera do sagrado.

Dentre os tipos de dominação presentes na teoria weberiana, encontram-se os três tipos clássicos de dominação. A dominação tradicional, carismática e racional-legal. Além da concepção de dominação na qual se insere o conceito de Estado. Para Weber:

“[...] o Estado consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima – ou seja, da violência considerada como legítima. [...] pode existir somente sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (WEBER, 1982, p. 99).

Associa poder e autoridade e, a partir dessas categorias, os mecanismos de obediência ou submissão voluntária que podem se apresentar de formas diferentes como: a dominação *tradicional*, do “passado eterno”, dos costumes santificados pelo hábito; a dominação pelo dom da graça, *carismática*, exercida pelo profeta ou dirigente eleito; e o domínio em virtude da “legalidade” (*racional-legal*), da fé no estatuto legal da competência funcional baseada em regras racionalmente estabelecidas (WEBER, 1982, p. 99).

Essa comparação pode ser utilizada para os estudos sobre a religião no tempo presente, observando a sua passagem das categorias de seita para instituições racionalizadas, de tipo burocrático e consolidadas na sociedade capitalista.

Weber (1996), busca a vinculação da economia capitalista ao conteúdo doutrinal do protestantismo que se caracteriza por uma racionalidade específica sob a noção de trabalho como vocação e ascese intramundana originária do calvinismo. A prática pentecostal, em sua origem, reflete uma imagem contraditória, mas de convivência com uma ética de trabalho, uma hierarquia das funções, uma hierarquia do poder para sua gestão e controle, que se aperfeiçoa com o tempo.

Para Weber (1996), a vocação ascética reformada não é, como no luteranismo, um destino ao qual cada um se deva submeter, mas um mandamento de Deus a todos, para que trabalhem para a “glória de Deus”. Diferença que teve consequências

psicológicas, relacionando-se com um maior aperfeiçoamento dessa significação providencial da ordem econômica. O constante e sistemático trabalho vocacional secular como instrumento de ascese e preservação da redenção e fé provavelmente impulsiona a concepção que se adota como “espírito do capitalismo” (WEBER, 1996, p. 140).

Segundo Ortiz (1986), “Weber buscava na comparação entre as religiões ocidentais e orientais a chave para o entendimento da emergência do capitalismo na Europa feudal”. Já Durkheim “retoma as religiões primitivas porque vê nelas uma força moral que ele procurava encontrar em vão na sociedade ocidental”, secularizada. O processo de secularização é universal; ele penetra as mais diversas áreas que anteriormente faziam parte da esfera religiosa (ORTIZ, 1986, p. 27).

O advento da sociedade moderna não significa o fim das religiões, mas sim o fim da organicidade da religião como forma de organizar a sociedade como um todo. O processo de secularização confina a esfera de atuação das religiões a limites mais restritos, mas não as elimina. [...] a religião é preservada enquanto forma de conhecimento do mundo, mas perde o poder de exprimir o Estado. Os grupos religiosos poderão se aliar ao Estado leigo, pressioná-lo, influenciá-lo, mas a religião não irá mais representá-lo. [...] a diversidade religiosa é interna e estrutural ao processo da modernidade” [...] A quebra do monopólio implica o surgimento e a expansão das particularidades religiosas; por isso é possível fazer um paralelo entre o advento de uma sociedade mercantil e a emergência de um “mercado” de bens simbólicos. A sociedade moderna é politeísta no sentido em que os diferentes indivíduos cultuam a diversidade dos deuses (ORTIZ, 1986, p. 27).

As religiões estão presentes e aliadas ao Estado secular. Capazes de influenciar decisões e atuar como grupos de pressão expressando a racionalidade dessas instituições. O exercício da dominação e a necessidade de institucionalização de determinadas religiões nesse universo religioso diverso num movimento que as faz passar da categoria de *seita* para instituição, leva à organização de um aparelho burocrático para sua manutenção e controle, segue a rotinização do carisma e de práticas para sua manutenção e sobrevivência num mundo desencantado e secularizado.

O desafio do pesquisador do fenômeno religioso no início desse século é compreender, além dessas peculiaridades religiosas referidas, os fenômenos religiosos em transformação e adaptação de uma forma geral. É tentar entender

como o avanço do processo de secularização atingiu denominações como a AD. Como esse processo pode ter influenciado um evento maior de inserção nas camadas laicas da sociedade, a exemplo do campo da política, buscando espaço nas relações com o Estado e ocupando a esfera pública para alcançar seus objetivos como instituição.

As construções que foram adotadas neste trabalho apenas compõem uma construção tipológica do fenômeno religioso pentecostal para que se possa observar aspectos gerais e, de certa forma, traços particulares do pentecostalismo assembleiano brasileiro. Abstrações que, segundo Weber, permitem “determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente.” (WEBER, 1982, p. 372).

A observação da origem e consolidação do fenômeno religioso pentecostal é importante para que se possa tentar compreender a sua conformação atual, bem como sua capacidade de adaptação sincrética às estruturas sociais, além de sua recente e intensa aproximação com a arena política. Em teoria, um espaço secular e laico. Portanto, adiante, segue um breve panorama sobre a origem e consolidação do pentecostalismo brasileiro.

1.1. O PENTECOSTALISMO BRASILEIRO

O fenômeno pentecostal é um tema recente e tem sido abordado por diversas áreas do conhecimento. Essa temática se tornou, recentemente, alvo de pesquisas e questionamentos em diversos campos como a Ciência Política, Sociologia, Psicologia, História, entre outras tantas disciplinas, no Brasil e no exterior.

O crescimento numérico do pentecostalismo nas últimas décadas parece que se reflete em um crescimento, também, em canais de mediação política e de representação como instituição. Inclusive, com o crescimento de sua expressão social e emergência como ator social na arena política brasileira nos últimos anos.

“Pentecostalismo” é a nomenclatura dada à doutrina de determinados grupos religiosos cristãos originários do seio do protestantismo que se baseiam fundamentalmente na crença do “poder do Espírito Santo” na vida do “crente”, através dos “dons do Espírito Santo”, após o “batismo com o Espírito Santo”, evidenciado pelo “dom de línguas” ou “língua estranha”, esta, a tradução mais comum do termo grego *glossolalia*⁶.

O pentecostalismo prega uma fé escatológica e começa a se propagar com mais força a partir da década de 1970 com a forte presença dos neopentecostais. A ideia básica era a de que “o mundo jaz no maligno”, mas Jesus em breve voltará para salvar os seus seguidores. Os fiéis serão arrebatados na primeira ressurreição, antes do milênio, para atestar a nova criação, pois, convertidos, somos “novas criaturas”. Buscamos o “batismo com o Espírito Santo”, cuja evidência é o falar em línguas estranhas.

Segundo essa concepção, não somos deste mundo e a qualquer momento Jesus virá nos arrebatá-lo. Autores sugerem que há uma “virada escatológica” em curso, ou seja, uma transformação do escatologismo por afirmação das bênçãos divinas na atualidade por parte dos ramos pentecostal e neopentecostal. Fato que tem deixado de lado alguns desses pressupostos escatológicos tradicionais em função de maior racionalidade das práticas e aproximação com setores seculares no presente, como a política partidária, especialmente a partir dos anos 1980 (BAPTISTA, 2007, 2009).

O movimento pentecostal, na sua forma mais moderna, sofreu a influência de uma conjuntura específica nos Estados Unidos, toma forma diversificada, transformando suas bases e atuação ao longo dos anos até a eclosão do que viria a ser o Pentecostalismo Clássico brasileiro, como é chamado o pentecostalismo que surgiu entre os anos 1910 e 1911 no Brasil (ALENCAR, 2010).

⁶ Palavra grega que significa “falar em línguas”. Refere-se a um tipo de declaração estática, algumas vezes formada de sílabas sem sentido, mas sempre envolvendo alguma língua antiga ou moderna, humana ou “angelical”. Trata-se de um fenômeno que o cérebro é capaz de produzir. Mas nesse caso, apesar de muito agitar a pessoa, - não é sinal de qualquer experiência religiosa profunda. [...] é [...] possível uma pessoa ter uma profunda experiência mística ou religiosa, sem qualquer sinal de línguas. Quando válidas, entretanto, as línguas [...] [podem ser] o sinal ou o acompanhamento de uma profunda experiência [...]. [...] e em alguns grupos evangélicos essa experiência é tida como um sinal necessário do batismo no Espírito [...]” (grifo nosso) (CHAMPLIN, *Glossolalia*, 2001. p. 916-917).

O discurso pentecostal, afirma o fenômeno como “promessa divina” no tempo presente. A gênese do discurso protestante que compõe, posteriormente, o conjunto das principais doutrinas pentecostais, pode ser identificada como o das comunidades puritanas que se formaram a partir da Reforma Protestante, no século XVI (MATOS, 2011).

Os reformistas desejavam que a Igreja voltasse ao que chamavam “pureza primitiva”, a supressão das indulgências e a relação direta Deus-homem⁷. As comunidades puritanas que se proliferam pela Europa nos séculos seguintes plantam a semente da “manifestação do Espírito Santo”, segundo tal visão.

O começo efetivo do protestantismo brasileiro ocorreu no século XIX⁸, a partir de 1808, com a vinda da coroa portuguesa, fugindo de Lisboa, atacada pelas tropas napoleônicas devido a sua neutralidade no “Bloqueio Continental”. A inserção do protestantismo se deu com restrições para permitir que os ingleses realizassem seus cultos nos navios ancorados nos portos brasileiros. Restrições que impediam sua presença pública, não podiam construir templos, enterrar seus mortos nos cemitérios (católicos), eram obrigados a viver em guetos, sem chance, portanto de influírem na sociedade (BARRERA, *in*: PASSOS, 2005, p. 84).

A inserção protestante no país parece que ocorreu de duas formas básicas. Com o “protestantismo de imigração”, também chamado de protestantismo de “colônia” ou “étnico”, como o caso dos luteranos oriundos de territórios que posteriormente formaram a Alemanha, de onde a Igreja foi totalmente trazida da Europa para o Brasil, como na comunidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro em 1824.

⁷ Segundo Mannheim (1976) “A ideia da aurora de um reinado milenar sobre a terra sempre conteve uma tendência revolucionarizante, e a Igreja fez todos os esforços para paralisar esta ideia situacionalmente transcendente com todos os meios que dispunha. Estas ideias, que intermitentemente afloravam reaparecem [...]. [...] entre os hussitas e depois em Thomas Münzer e os anabatistas estas ideias se transformam nos movimentos ativadores de estratos sociais específicos. Aspirações que até então não se encontravam em objetivos extraterrenos, assumiram subitamente uma compleição mundana. Sentia-se que eram viáveis – aqui e agora – e infundiam um ardor singular à conduta social. A “espiritualização da política”, de que se pode dizer que começou neste momento da história, afetou em maior ou menor escala todas as correntes da época.” (MANNHEIM, 1976, p.235-236).

⁸ É interessante o olhar do jornalista João do Rio, que observa a diversificação das religiões no contexto carioca na virada do século XIX para o século XX. DO RIO, João. **As Religiões do Rio**. Apres. J. C. Rodrigues. Coleção Sabor Literário. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.

O outro modelo é o “protestantismo de missão”. Nesse modelo, missionários vindos do exterior, procuravam realizar a obra missionária, apoiados normalmente pelas Sociedades Bíblicas já constituídas (HOORNAERT, et al., 1992). Dentre estas, a Igreja Congregacional, com o missionário escocês Robert Kalley, em 1855, no Rio de Janeiro, a Igreja Presbiteriana com o missionário estadunidense Ashbeel Green Simonton, em 1859, também no Rio de Janeiro e a Igreja Batista com Willian Bagby e Zacharias Taylor em Salvador, BA, em 1882 (MENDONÇA, 1993).

Dentre algumas das influências histórico-teológicas sobre o fenômeno pentecostal, seguindo as referências do protestantismo, estão os movimentos “avivalistas”, em especial o wesleyano, iniciado por John Wesley (1703-1791), que legou a ideia da experiência pessoal da conversão, a santificação do cotidiano e a perspectiva do arminianismo⁹, que afirma a não predestinação e a busca da salvação pelo homem com a ajuda de seu Deus.

Segundo Mariano (2010), dada a *indeterminação da salvação* na teologia arminiana, “cada passo, gesto, pensamento, desejo, olhar, pode conduzir – desde que praticados com freqüência e sem a posterior demonstração de sincero arrependimento – à danação eterna.” (MARIANO, 2010, p. 191).

Outra influência é o “movimento dos irmãos de Plymouth”, ou “plymouthianismo”, no século XIX (Irlanda e Inglaterra). Difundido por John Nelson Derby (1800-1882), pressupunha um cristianismo simples com ênfase na escatologia, afirmando a “volta de Jesus”. Legou aos movimentos avivalistas posteriores a ideia do dispensacionalismo, do arrebatamento, simplicidade litúrgica e busca de

⁹ Jacobus Arminius (1560-1609), é considerado o idealizador de reflexões redigidas por 46 ministros e leigos holandeses em um documento chamado *Remonstrance* (1610), que resumia a rejeição ao calvinismo rígido. Geralmente o termo é usado para indicar uma perspectiva sobre a “eleição” (Deus elege o homem a partir de Sua presciência, levando em conta a decisão do homem, o “livre-arbítrio”. O Sínodo de Dort (1618-1619) condenou o arminianismo e “excomungou os remonstrances da Holanda. Para os calvinistas conservadores, os arminianos tornaram-se sinônimo de pelagianos. Dentre os arminianos encontram-se John Wesley, Dwight Lyman Moody e Stanley Horton. Contemporaneamente, este sistema teológico presentifica-se nas Igrejas Assembleias de Deus, Metodistas, Deus é Amor, Evangelho Quadrangular, Igreja do Nazareno, dentre outras.” ARAUJO, E. R. **Perspectivas calvinistas e arminianas sobre a eleição e a perspectiva batista**. Tópicos em Teologia I. Seminário Teológico Betel. Teologia Contemporânea. 2012. Disponível em: <<http://www.teologiacontemporanea.com.br/index.php?pg=dinamic-subcontent&&id=95>>; Acesso em: 09 de set. 2013.

santificação. Também, certo “fundamentalismo bíblico”, que é fruto de movimentos de reação a um “liberalismo teológico”, presente nos Estados Unidos entre o século XIX e XX. Propunha a inerrância e a inspiração verbal das Escrituras, divindade de Jesus, concepção virginal, uma teoria substitutiva da expiação (Jesus “pagou” a pena pela culpa dos homens) e o retorno físico de Jesus.

Alguns dos precedentes desses movimentos de “santificação” (*holiness*) se configuram na criação da Associação Nacional *Holiness*, em 1867; a fundação da Aliança Cristã e Missionária por A. B. Simpson em 1887; a Associação *Holiness* Batizada com Fogo em Iowa em 1895; Charles H. Manson e C. P. Jones fundam a Igreja de Deus em Cristo no Mississippi em 1897; a Igreja Pentecostal *Holiness* da Carolina do Norte é criada em 1898 (MATOS, s/d). Segundo Matos (2011):

O movimento pentecostal surgiu no ambiente religioso altamente dinâmico e volátil dos Estados Unidos no século 19. [...] as influências do pietismo alemão, do puritanismo e do movimento metodista se somaram para produzir mudanças. Nas décadas de 1730 e 1740, a ocorrência do “Primeiro Grande Despertamento” trouxe revitalização às igrejas protestantes, mas, ao mesmo tempo, produziu um tipo diferente de cristianismo, mais emocional, mais independente das antigas estruturas e tradições, mais desejoso de novas formas de experimentar o sagrado. Essas ênfases se intensificaram em muito com o surgimento do “Segundo Grande Despertamento”, ocorrido na região da fronteira oeste durante as primeiras décadas do século 19. Sob a influência de pregadores como Charles G. Finney (1792-1875), houve um progressivo questionamento da teologia reformada tradicional, com seu enfoque na soberania de Deus, e uma ênfase crescente na liberdade, iniciativa, capacidade de decisão e experiência pessoal, em sintonia com a nova cultura americana [...]. [...] o avivalismo [...] se tornou uma característica permanente do cenário religioso norte-americano. [...] encontrou as suas expressões mais visíveis nos “*camp meetings*” (conferências de avivamento) das zonas rurais e nas grandes campanhas evangelísticas urbanas. [...] resultou no surgimento de um sem número de novos movimentos religiosos [...] como shakers, mórmons e testemunhas de Jeová. [...] a maioria dos autores considera que a origem básica do movimento pentecostal se encontra no metodismo wesleyano, e especificamente na doutrina mais característica de João Wesley: a “inteira santificação” ou “perfeição cristã”, um conceito que ele também descrevia em termos de “a mente de Cristo”, “plena devoção a Deus” ou “amor a Deus e ao próximo”. Wesley via essa experiência como um alvo a ser buscado ao longo da vida cristã, embora tenha hesitado em concluir se era fundamentalmente um processo ou um evento instantâneo (MATOS, 2011).

Mariano (2010), concorda com a ideia de que o pentecostalismo herda a postura de rejeição e afastamento do mundo do metodismo e do movimento *Holiness*, movimentos que, segundo o mesmo, deram origem ao fenômeno pentecostal da atualidade. Conforme o autor,

Provém daí as raízes puritana e pietista do movimento pentecostal. Tal como no puritanismo, para o crente pentecostal mostrar-se santificado, ele precisa exteriorizar sinais, por meio de comportamentos ensinados e exigidos pela comunidade religiosa, que os diferenciem da sociedade inclusiva. Assim procedendo, ele denota sua condição de salvo em Cristo. A fim de atingir a perfeição cristã [...] é fundamental que o crente, como vaso e templo do Espírito Santo, afaste-se dos prazeres, interesses e paixões do mundo. [...] No caso do pentecostalismo brasileiro, este afastamento, naturalmente, desde a primeira década do século se expressou em radical anticatolicismo nas esferas moral, cultural e religiosa (MARIANO, 2010, p. 190).

Essas influências vieram compor crenças e doutrinas dentro do movimento pentecostal assembleiano atual, como, por exemplo, o conjunto de doutrinas e o credo da AD, forjado a partir dessas concepções (ver ANEXO II).

Tratando-se do contexto contemporâneo, Campos (2005), assevera a importância de se observar as origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro em função da complexidade de suas origens, destacando os fenômenos da ruptura e da continuidade na interpretação desse fenômeno.

O início do “movimento pentecostal”, segundo sua tradição, é marcado no ano de 1901, mas remete à fundação de um instituto bíblico em Topeca, no Kansas, antiga região escravista nos Estados Unidos. O “*Bethel College*”, no qual Charles F. Parham (1873-1929), um pastor metodista - que buscava um parâmetro entre a igreja do primeiro século que teria recebido o “batismo no Espírito Santo” no Pentecostes e a igreja de seu tempo - fundou o instituto bíblico juntamente com os primeiros 40 alunos. Após estudo do livro dos Atos dos Apóstolos, concluem que a manifestação das línguas era o “sinal do batismo com o Espírito Santo” (CHAMPLIN, 2001; ARAUJO, 2008).

Passaram a buscar o batismo através de orações. O fenômeno foi registrado no dia 30 de dezembro de 1900 quando uma missionária de nome Agnez Ozman começou a falar em “outras línguas”. O evento foi noticiado em 1º de janeiro de 1901 e se difundiu rapidamente entre as comunidades, segundo a memória das ADs (ARAUJO, 2008).

O movimento de Parham recebeu diferentes nomes – fé apostólica, movimento pentecostal ou chuva tardia [...]. Uma das ideias centrais era o que se denomina “repristinção” ou restauracionismo, isto é, o desejo de voltar aos dias iniciais do cristianismo, aos primeiros tempos da igreja primitiva, idealizados como uma época de maior fervor e plenitude cristã. Associada a isso, estava a nova linguagem que dava ênfase ao poder do Espírito, conforme manifesto entre os apóstolos através de sinais e maravilhas. Essa linguagem passou a ser uma distinção importante entre os dois movimentos: enquanto a tradição *holiness* dava maior destaque à santidade ou santificação, o movimento pentecostal passou a privilegiar o conceito de poder. O terceiro nome, “chuva tardia”, se tornou especialmente significativo porque por meio dele os pentecostais puderam entender o seu relacionamento tanto com a igreja apostólica quanto com o iminente final dos tempos. Dayton explica a lógica interna do movimento: “O Pentecoste original do Novo Testamento foram as ‘primeiras chuvas’, o derramamento do Espírito que acompanhou a ‘plantação’ da igreja. O pentecostalismo moderno são as ‘últimas chuvas’, o derramamento especial do Espírito que restaura os dons nos últimos dias como parte da preparação para a colheita, o retorno de Cristo em glória”. [...] a estrutura da “chuva tardia” transforma o maior problema apologético do pentecostalismo – sua descontinuidade com as formas clássicas do cristianismo – em um valioso recurso apologético: “A longa estiagem desde o período pós-apostólico até o tempo presente é vista como parte do plano dispensacional de Deus para as eras”. Em suma, o pentecostalismo foi entendido pelos seus primeiros simpatizantes como o derramamento final do Espírito de Deus que iria preparar a igreja para o derradeiro esforço pela evangelização do mundo antes da volta do Senhor (MATOS, 2011).

A conjuntura de emergência do “avivamento da rua Azuza” era de forte segregação racial e discriminação das comunidades negras em Los Angeles, nos Estados Unidos desse momento histórico. Fato singular na composição das comunidades *holiness* entre os negros pobres americanos, também atingidos pelo racismo de pentecostais brancos (CAMPOS, 2005, p. 112).

Devido à projeção que ganhou, o movimento da “*Azuza Street*” cresceu rapidamente e recebeu pessoas do mundo inteiro. Iniciou com fiéis que se reuniam em um galpão velho, liderados por um ex-escravo, Willian Seymour (1870-1922). Este foi aluno de Parham. Dirigia cultos em um “barracão” em Los Angeles, na rua Azuza e assumiu a tarefa da liderança espiritual da *Apostolic Faith Mission* (Missão da Fé Apostólica). Grupos semelhantes se formaram em muitos lugares dos EUA (CAMPOS, 2005).

O “movimento pentecostal” chega ao Brasil entre os anos 1910 e 1911, com missionários vindos da América do Norte. Dentre eles, o italiano Louis Francescon, que foi pioneiro na Argentina e militou entre as comunidades italiana e alemã na região Sul, originando a Congregação Cristã do Brasil (CCB); os suecos, Gunnar

Vingren e Daniel Berg, atingidos pela “febre dos Estados Unidos” em 1909, chegam ao Brasil em 19 de novembro de 1910.

Os fundadores da AD partem para os EUA, provavelmente fugidos da grande depressão que domina a Suécia nesse período (ALENCAR, 2010). Em 1909 se encontram em Chicado em uma conferência e tornam-se amigos com um ideal missionário comum. Juntos, iniciaram suas missões na Amazônia, região Norte e Nordeste, logo após seu contato com o movimento da Rua Azuza em Los Angeles, nos Estados Unidos, dando origem às Assembleias de Deus no Brasil (CONDE, 2000).

O termo “Assembleia de Deus” ou “*Assembly of God*”, nesse momento, está ligado ao uso comum nas igrejas dos Estados Unidos que professavam a mesma doutrina pentecostal, como o termo “Missão da Fé Apostólica”¹⁰, e eram usados correntemente porém, o primeiro termo tornou-se predominante e foi colocado no primeiro templo em 1914 com a fundação da “Assembleia de Deus” em Hot Springs, Arkansas, nos EUA (CAMPOS, 2005).

O pentecostalismo ingressou no país no bojo de um projeto civilizatório evangelical protestante de origem norte-americana pela vertente da imigração sueca. Estes emigraram para os EUA onde encontraram abrigo entre metodistas, batistas e presbiterianos.

Do mesmo modo, ingressaram nas estruturas desse *ethos* evangélico no Brasil. A CCB no meio presbiteriano e a Missão da Fé Apostólica na Igreja Batista. Permaneceram como seita, “fora do mundo”, até os anos 1960, mas, nos anos 30 do século passado os nordestinos tomaram o poder dos suecos. Mesmo assim, ainda permaneceram refratários à cultura brasileira (BAPTISTA, 2009).

¹⁰ Grafado originalmente *Apostolic Faith Mission*, designava inicialmente o grupo que resultou do trabalho dos dois missionário suecos no norte brasileiro e foi registrado oficialmente com o nome de “Assembleia de Deus” em 1918. Seu trabalho sofreu uma influência direta dessa *Black Holiness Congregation*, situada em Los Angeles, onde Seymour (que teria recebido o “batismo no Espírito Santo” em 12 de abril de 1906) se tornou pastor (CAMPOS, 2005; ALENCAR, 2013).

1.2 CONSOLIDAÇÃO DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL

O fenômeno religioso pentecostal é historicamente recente, desenvolve-se nos primeiros anos do século passado e parece estar em plena transformação e adaptação à estrutura social brasileira. A diversidade de crenças ao longo do processo de colonização sob o padroado e influxo de outras religiões permitiu que se desenvolvesse um tipo de religiosidade brasileira muito particular. Estão presentes valores como o sacerdócio universal e a não exclusividade da posse do carisma do líder (BARRERA, in: PASSOS, 2005, p. 84).

A difusão do fenômeno pentecostal no Brasil e sua adaptação se deu, em princípio, em camadas mais abastadas do Pará, dissidentes da Primeira Igreja Batista do Pará, onde havia pessoas ligadas ao comércio internacional e exportação de borracha para os EUA e que tinham fluência em inglês, diferentemente do que acreditam autores, que defendem sua origem vinculada aos pobres no norte e nordeste (SIEPIERSPKI, 1997; ALENCAR, 2010, 2013).

Havia uma proximidade grande com companhias estrangeiras devido à produção de borracha e ao crescimento da industrialização nos Estados Unidos, que demandava a matéria-prima para o setor industrial. Com isso, havia um trânsito frequente de protestantes entre os dois países por causa do comércio exportador do látex para o exterior como, por exemplo, a empresa americana *Companhy of Pará* (ALENCAR, 2010, 2013).

Apenas posteriormente à queda do comércio de borracha, o pentecostalismo se espalha pelo norte e nordeste na região norte, acompanhando as levas de migrantes, então, vinculado à classe de menor poder aquisitivo. Classe que comporá a estrutura social do fenômeno pentecostal, distanciando-se das elites dominantes do norte e nordeste como destaca Rolim (1980). Este autor afirma que:

[...] o pentecostalismo se difundiu em todos os estados e territórios nacionais graças ao ardoroso proselitismo de pedreiros, carpinteiros, faxineiros, motoristas, serventes, trabalhadores de enxada e de empregadas domésticas". [...] são os elementos saídos das camadas pobres que enchem os templos pentecostais. [...] a gente de minguados recursos, semianalfabeta, de muito reduzida qualificação profissional se

dirigiu [a princípio] o pentecostalismo, trazendo muitos à fé no poder do Espírito, ao contrário das demais igrejas evangélicas que quase nenhuma penetração tiveram nas camadas pobres (ROLIM, 1980, p. 8).

Segundo Rolim (1980), o pentecostalismo, que apareceu no início da segunda década do século XX tem o início de sua fase de expansão a partir dos anos 1930. Sugere que o movimento não parece ter mudado seu posicionamento em face das camadas populares, sob a estrutura social da primeira metade do século XX.

Se houve incursões na política por parte de algum ramo pentecostal, não despertou interesse nos pentecostais num primeiro momento.

Mariano (2010), defende a tese de que houve uma acomodação social do fenômeno pentecostal a partir de sua implantação. Afirma que o pentecostalismo passou por um processo de acomodação às bases da cultura e da sociedade ao longo dos anos. O autor constrói uma tipologia para o pentecostalismo que se compõe de três fases: *pentecostalismo clássico* (1910-1950), *deuteropentecostalismo* (1950-1970) e *neopentecostalismo* (1970-2014). Divisão tripartite que tem alguma semelhança à encontrada em Freston (1993, 1994a).

Para Freston (1993, 1994a), o fenômeno religioso pentecostal brasileiro apresentou três momentos distintos até sua condição atual. Tais momentos são chamados pelo autor de “ondas”, a “teoria das ondas”. Tais ondas compreendem o seguinte esquema: a *primeira onda*, também chamada de “pentecostalismo clássico”, surge no Brasil na década de 1910, representado pela Congregação Cristã do Brasil (1910), e Assembleia de Deus (1911).

A *segunda onda* insere-se no país na década de 1950 e 1960, com a Igreja Quadrangular (1951), O Brasil para Cristo (1955), Deus é Amor (1961), surgidas dentro do contexto paulista. A *terceira onda*, também chamada de “*neopentecostal*”, surge na década de 1970 e 1980, entre elas, a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), surgida no contexto carioca (FRESTON In: ANTONIAZZI, 1994, p. 67-72).

1.2.1 A “primeira onda pentecostal”

Conforme tal teoria, seguindo as ondas de migração e imigração que ocorreram no Brasil, a primeira onda, ou “pentecostalismo clássico”, abrangeu o período de 1910 a 1940 e iniciou-se com sua implantação no país, decorrente da fundação da Congregação Cristã do Brasil (CCB) e da Assembleia de Deus (AD) até sua difusão pelo território nacional.

Rolim (1980), destaca que o pentecostalismo nesse período, começou a expandir-se apenas a partir dos anos 1930 e cresceu significativamente de modo acelerado depois dos anos 1950. O período anterior que compreende os anos de 1910 a 1930 é considerado por ele como de “enraizamento e consolidação” (ROLIM, 1980, p. 15).

Desde o início, ambas as igrejas (AD e CCB) se caracterizam pelo anticatolicismo, pela ênfase na crença do “batismo no “Espírito Santo” e por um ascetismo que rejeita os valores do mundo e defende a plenitude da vida moral” (FRESTON in: ANTONIAZZI, 1994, p. 70).

A partir da inserção e consolidação da AD na primeira metade do século XX, sua difusão a partir de núcleos do norte e nordeste do país favorece um tipo estrutural hierárquico e dinâmico. Expande-se dialeticamente absorvendo novos valores e construindo uma identidade que marcaria os primeiros tempos da implantação da denominação no Brasil sob um *ethos* “sueco-nordestino” (FRESTON, 1993, 1994).

Tal *ethos* “dominou”, os primeiros anos de implantação do pentecostalismo assembleiano no Brasil sob liderança de suecos e tomada de poder por nordestinos a partir de 1930 (ALENCAR, 2010, 2013). Foi parte importante na conformação do tipo de estrutura organizacional que caracterizou a igreja AD dos anos seguintes¹¹.

¹¹ Sobre essa conjuntura Freston (1993) menciona que “Na experiência escandinava, diante de uma sociedade centralizada e dominada por um *establishment* cultural e religioso caracterizado pela “ilustração” e pela “descrença”, as periferias reagiam com uma religiosidade fervorosa e um tanto anti-intelectualista, pois não tinham a possibilidade de se defender com as mesmas armas do centro. [...] a AD foi produto de um esforço de um grupo pequeno e marginalizado de um país ainda relativamente pobre. [...] Assim, o *ethos* da AD evitou um aburguesamento precoce que antecipasse as condições econômicas oferecidas pela própria sociedade brasileira aos membros da igreja [...]”. Outro fator é a rejeição do aprendizado formal que reforçava o *status* do missionário frente aos adeptos nacionais (FRESTON, 1993, p. 69).

1.2.2 A “segunda onda pentecostal”

A segunda onda começou a surgir no contexto do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), especificamente do final do “Estado Novo” (1937-1945), no segundo governo de Vargas, contexto da aliança Brasil-Estados Unidos, a partir das políticas de boa vizinhança, implementadas por Franklin D. Roosevelt. Especialmente após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, colocando-se contra o eixo.

Ocorre um processo de “americanização” do país com a entrada de elementos da cultura estadunidense sob a influência do imperialismo norte-americano e do *american way of life*. Os EUA mantinham aproximação com o Brasil para assegurar-se de seu apoio. De forma contraditória, a condição do processo de formação social e cultural do país, nessa conjuntura, tem a imigração como um traço marcante e permite uma identificação da região sul com o fascismo e nazismo nas colônias italianas e alemãs (HOBBSAWM, 1995, p. 429ss).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 1940-2000), é grande o número de norte-americanos e europeus protestantes que adentram o país durante essa fase do movimento migratório.

Após a redução das migrações, principalmente no pós-guerra, o fluxo se reafirma durante a “segunda onda”, entre o final dos anos 1950 e 1960. Contexto de “Guerra Fria”, no mundo pós-guerra, onde, após a vitória dos aliados em 1945, rivalizavam os EUA, representando o bloco ocidental capitalista e URSS, representando o bloco socialista. Nesse contexto, as AD’s brasileiras aproximam-se, de certa forma, das AD’s norteamericanas.

Para Mariano (2010), os anos 1950 marcaram o início do processo de alteração no perfil estético e nos costumes dos crentes. As igrejas da “segunda onda”, ou deuterpentecostalismo, conforme classifica este autor, mostravam-se menos severas em relação aos usos e costumes (MARIANO, 2010, p. 188).

Durante a década de 1950, chegaram a São Paulo dois missionários norte-americanos da *International Church of The Foursquare Gospel*. Na capital, eles criaram a “Cruzada Nacional de Evangelização” e, centrados na “cura divina”, iniciaram a evangelização das massas, principalmente pelo rádio, contribuindo bastante para a expansão do pentecostalismo no Brasil. Estes missionários fundaram a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ).

Em seguida, surgiram: Igreja Pentecostal Unida do Brasil (IPU), O Brasil Para Cristo (BPC), fundada por Manoel de Mello em 1956, Igreja de Nova Vida, em 1960 por Robert McAlister, Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA) por David Miranda em 1962, Igreja Unida (IU) em São Paulo em 1963, Casa da Bênção (CB) em 1974, além de diversas outras igrejas pentecostais menores (FRESTON in: ANTONIAZZI, 1994, p. 71).

1.2.3 A “terceira onda pentecostal”

A terceira onda, a *neopentecostal*, “começa no final dos anos 1970 e ganha força nos anos 80”, contexto de ditadura militar (1964-1984). Dentre elas, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), liderada pelo bispo Edir Macedo e fundada no Rio de Janeiro em 1977; a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), liderada e fundada em 1978 no Rio de Janeiro pelo missionário R. R. Soares, que está presente na televisão brasileira com o *Show da Fé*; a Renascer em Cristo (RC), fundada em 1986 em São Paulo e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Brasília, 1992), estão entre as principais (FRESTON in: ANTONIAZZI, 1994, p. 71).

Vários desses movimentos foram denominados “renovados”, como a Igreja Presbiteriana Renovada (originária da Igreja Presbiteriana do Brasil), Convenção Batista Nacional (originária da Convenção Batista do Brasil), Igreja do Avivamento Bíblico (originária da Igreja Metodista do Brasil), Igreja Cristã Maranata (originária também da IPB e que nasceu em solo capixaba entre 1967 e 1968) e a Igreja Adventista da Promessa (originária da Igreja Adventista do Sétimo Dia). O pentecostalismo ultrapassou as fronteiras do protestantismo e fez surgir movimentos

de renovação Católica Romana e Ortodoxa Oriental, como a Renovação Carismática Católica (RCC) (ANTONIAZZI, 1994).

Utilizam intensamente a mídia e aplicam técnicas de administração empresarial, com uso de marketing, planejamento estratégico, etc. Aplicam largamente a *Teologia da Prosperidade*¹², pela qual o cristão está destinado à prosperidade terrena, rejeitando os tradicionais usos e costumes pentecostais (*Idem*). Abumansur (*in*: PASSOS, 2005) analisa tal doutrina ao relacioná-la aos aspectos característicos desse fenômeno e afirma que:

[...] a Teologia da Prosperidade oferece uma alternativa e um motivo para a ação. Deus está presente, trabalhando em favor daqueles que cumprem suas obrigações de fé. Característica essencial a essa visão de mundo é a orientação geral do olhar para o presente em detrimento de uma escatologia futura. O discurso neopentecostal estimula o investimento de tempo, dinheiro e atenção para essa vida. Enfatizar a vida futura, o juízo final, as penas eternas, como fazem os evangélicos mais tradicionais estaria em grande descompasso com as propostas dessa Teologia da Prosperidade. Essa ausência de “macrotemporalidade”, sem um antes e um depois, esse silêncio em relação a uma teologia da história, também imprime sua marca característica nos cultos e reuniões dessa Igreja. Toda esperança é dirigida para o tempo presente e se esgota em suas vicissitudes (ABUMANSUR *In*: PASSOS, 2005, p. 122).

Segundo Mariano (2010), a teologia da prosperidade “subverte radicalmente o velho ascetismo pentecostal”. Segundo o autor, “Promete prosperidade material, poder terreno, redenção da pobreza nesta vida.” (MARIANO, 2010, p. 159).

O *neopentecostalismo* constitui a vertente pentecostal mais influente e uma das que mais crescem. Também são mais liberais em questões de usos e costumes, como o uso de adornos, comportamento asceta, etc. Além das grandes denominações pentecostais e neopentecostais, existem milhares de “ministérios independentes”¹³ ou novas denominações surgindo anualmente no Brasil e no mundo. Estes,

¹² Segundo Leonildo Campos, “tem-se dado o nome de “teologia da prosperidade” a um conjunto de crenças e afirmações, surgidas nos Estados Unidos, que afirma ser legítimo o crente buscar resultados, ter fortuna favorável, enriquecer, obter o favorecimento divino para sua vida material ou simplesmente progredir” (CAMPOS, *apud* PASSOS, 2005, p.122).

¹³ “Ministério” equivale ao corpo de ministros de determinada localidade ou “campo”, seu lugar de atuação, corpo institucional ao qual determinada igreja está filiada segundo sua abrangência geográfica e relações entre os demais “ministérios” filiados às convenções, estaduais, regionais (como a Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO)) ou nacional (como a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)).

geralmente são identificados como parte da terceira onda, alguns autores os caracterizam como “pentecostalismo autônomo”.

Paralelamente ao pentecostalismo, várias denominações protestantes tradicionais experimentaram movimentos internos com manifestações pentecostais. Alguns autores preferem defender certo “pós-pentecostalismo” (SIEPIERSKI, 1997)¹⁴.

Siepierski (1997), defende que o termo “neo” é inadequado pela insuficiência de diferenças teológicas significativas entre as correntes precedentes e se contrapõe à ideia de Mariano (2010). Destaca que o prefixo *neo* tem representado uma continuidade, mais que uma ruptura, e que os traços mais marcantes como a ênfase na guerra espiritual, teologia da prosperidade e eliminação dos sinais externos de santidade configurariam mais um “pós-pentecostalismo” que um “neo”. Porém, tal discussão conceitual pode ser explorada melhor em outro momento (SIEPIERSKI, 1997, p. 51).

Persiste, porém, certa dificuldade em caracterizar movimento pentecostal devido à complexidade do fenômeno religioso em suas diversas expressões no tempo presente. No entanto, uma análise relacionada à organização política da AD pode ser de grande auxílio para a compreensão do fenômeno religioso pentecostal assembleiano, em especial, o capixaba.

Uma das hipóteses para observação do fenômeno religioso pentecostal na sua forma atual pode ser apontada na gênese e estrutura do campo religioso brasileiro, no hibridismo e também nas heranças do imaginário religioso cristão de escolha de líderes que representem o universo simbólico da religiosidade e da política, no contexto no qual se insere esse fenômeno religioso. Nesse sentido, menciona Baptista (2009):

A empresa colonial portuguesa, o regime de escravidão, as relações internacionais entre centro e periferia, o poder político local dos coronéis, a

¹⁴ “Este termo é utilizado por autores para expressar certa “ruptura” entre o pentecostalismo tradicional e as novas formas de pentecostalismo. Conforme MARIANO (1999), o prefixo parece implicar certa continuidade e ao mesmo tempo, novidade e mudança no fenômeno religioso pentecostal (MARIANO, 1999, p. 36).

modernização conservadora, a associação entre capitais internacionais e seus subalternos locais, construíram um cenário para que se pudesse examinar como a sociedade, moldada na interação de todos esses processos, produziu padrões de autoritarismo, populismo, patrimonialismo, clientelismo, nepotismo, gregarismo e correlatos. [...] Os pentecostais e neopentecostais avançam a passos largos em duas décadas de participação no jogo da política, principalmente nos parlamentos de todos os níveis da federação. Eles souberam tirar proveito de modelo de organização autoritária para canalizarem votos e ocuparem espaços no Estado, como estratégia para obterem benefícios para suas corporações religiosas (BAPTISTA, 2009, p. 103).

O fenômeno religioso pentecostal tem se aproximado do sistema político pela escolha de lideranças religiosas para representatividade nessa esfera do poder público como reflexo de sua consolidação como instituição, da rotinização do *carisma*. De seu crescimento numérico, e, de forma geral, de sua organização política, além de responder a transformações nas relações entre a Igreja e o Estado, quer no estado do Espírito Santo, ou mesmo no Brasil.

Isso se reflete no fato de que demandas internas à instituição AD são transformadas em questões políticas e afirmadas externamente por meio de canais de mediação, como as candidaturas “oficiais” de indivíduos saídos da própria estrutura institucional assembleiana, a partir de prévias internas, para representarem a instituição e seus membros no campo da política.

Esses candidatos, geralmente são respaldados por certo capital religioso, familiar ou por sua posição social. Bem como por um significativo reforço das programações de canais de televisão evangélicos, por meio de emissoras de rádio, canais de mídia aumentando sua presença pública no Estado laico, em espaços secularizados, e um grande crescimento populacional com objetivos de influenciar nas decisões que são tomadas pelos governos.

Vale ressaltar a relevância que hoje possuem algumas dessas lideranças religiosas como canais de mediação política para os seus representados que se dá por meio da representação partidária e presença em cargos e postos do aparelho do Estado, nos parlamentos e no Senado Federal.

CAPÍTULO II

2 O PENTECOSTALISMO CAPIXABA: SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Neste capítulo, procura-se apresentar de forma breve alguns aspectos que buscam delinear a construção do processo de institucionalização da igreja AD no Espírito Santo.

De outro lado, também se busca apresentar o fato empírico de seu crescimento significativo e expansão numérica e geográfica. O que parece contribuir para sua emergência como ator no cenário político a partir de sua organização política interna e externamente.

O movimento pentecostal assembleiano capixaba é identificado pela literatura da denominação em solo espírito-santense na década de 1920. A partir de sua consolidação até a década de 1940, expande-se e difunde-se por todo o estado e alcança, igualmente, municípios de Minas Gerais próximos ao Espírito Santo (CONDE, 2000).

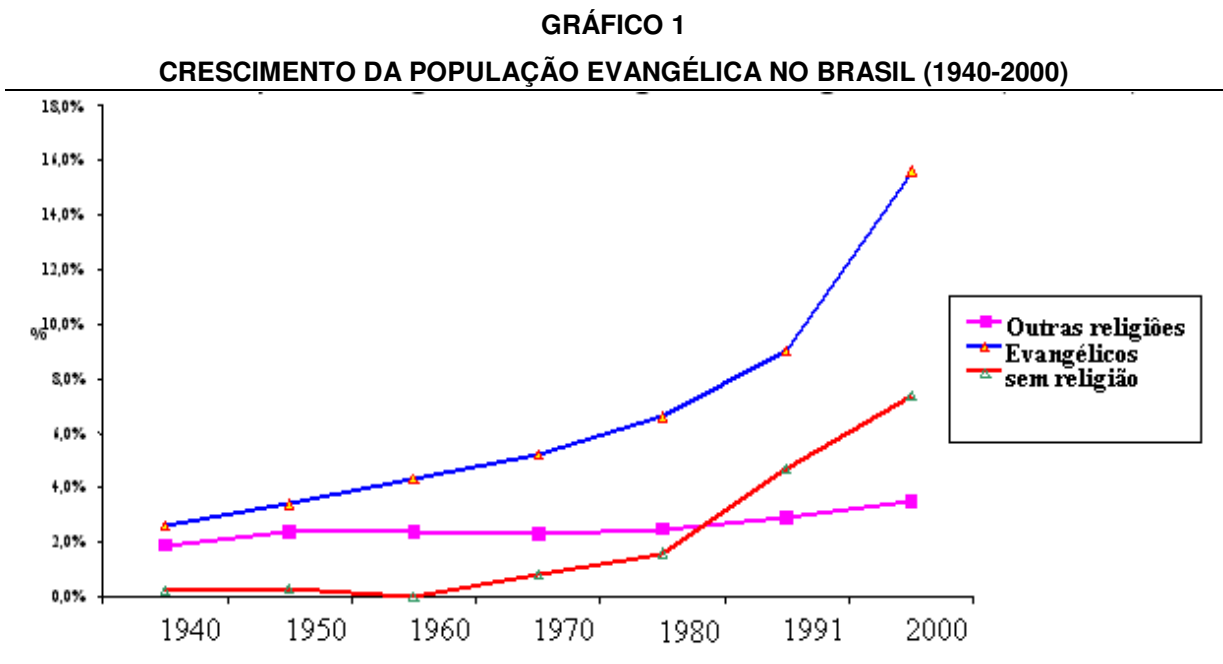
O estado do Espírito Santo não está isento das influências dessa conjuntura onde se insere a AD capixaba. O processo de construção da “institucionalização” da igreja AD no estado do Espírito Santo se dá com vigor entre os anos 1950 e 1960, ganha força a partir desta década, como parte de seu crescimento numérico e carência de organização política interna. Esse crescimento pode influenciar escolhas no campo da política? Pode, de alguma maneira, contribuir para o sucesso eleitoral de candidatos oficiais da AD? O crescimento de representantes pentecostais na cena política nacional é fato.

O protagonismo pentecostal no seio da política é notável. No cenário nacional, como grupo de pressão, emerge oficialmente a partir da década de 1980 (com maior intensidade a partir do Congresso Constituinte em 1988) e parece que tende a compor um projeto corporativo mais geral e de ocupação do espaço público como projeto de poder, seguindo a mesma lógica da cultura política brasileira.

2.1 O CRESCIMENTO DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL

O crescimento do fenômeno religioso pentecostal é um fato presente representado por pesquisas que demonstram sua expansão pelas diversas regiões do país. Por exemplo, a partir do processo de consolidação da AD em solo brasileiro, sua projeção no cenário nacional não parou de crescer acompanhando a evolução da população evangélica como um todo segundo os dados do IBGE (2000; 2010).

O gráfico 1, elaborado por Leonildo Silveira Campos (2008), demonstra o impressionante crescimento dos evangélicos da década de 1940 até os anos 2000, mostrado logo abaixo.



FONTE: CAMPOS, 2008.

O gráfico 1 mostra que desde 1940, época de institucionalização do fenômeno religioso pentecostal no Brasil, ele cresce e acompanha o movimento de crescimento do número de evangélicos no país. Ultrapassa significativamente, a partir da década de 1980, o crescimento de outras religiões no Brasil alcançando mais de 15% da população em 2000. Os evangélicos evoluíram mais de 10% em relação aos católicos, por exemplo, que chegaram a 2,6%.

Os dados do censo de 2000, também demonstram esse crescimento em números, onde um total da população apontado pelo censo é de aproximadamente 170 milhões de habitantes, a cifra de 17.617.307 habitantes é representada pela população pentecostal no Brasil, conforme os dados da religião pentecostal segundo o censo de 2000.

A população pentecostal é apontada historicamente como parte de uma população pouco letrada e de baixa renda, como enfatiza Rolim (1985). No entanto, atualmente há estudos que verificam certo aburguesamento do fenômeno religioso pentecostal assembleiano, apesar de concentrar-se nas periferias dos grandes centros (FRESTON, 1993, 1994b, 1999; CAMPOS, 1999; MARIANO, 2010; ALENCAR, 2010, 2013).

De acordo com Bohn (2004), em relação aos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2002), de uma população de aproximadamente 170 milhões de brasileiros, 26 milhões (quinze por cento do total), se declararam no ano de 2000 pertencentes a uma religião evangélica. Isso parece ter como reflexo, o crescimento da visibilidade da AD na arena política nacional.

Dos anos 1980 até 2000 houve um crescimento significativo da população evangélica. A tabela 1 apresenta a distribuição da população brasileira segundo as religiões (1980/2000):

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO RELIGIÕES (1980/2000)

RELIGIÃO	1980 (%)	2000 (%)	VARIAÇÃO DO Nº ABSOLUTO 1980/2000 (%)
Católica	88,9	73,8	18,1
Evangélica não-pentecostal	3,4	4,2	78,0
Evangélica pentecostal	3,2	10,4	357,9
Kardecistas	0,7	1,4	171,9
Afro-brasileiras	0,6	0,3	-15,8
Outras	1,2	1,6	79,7
Sem religião	1,6	7,3	531,3
Sem declaração	0,2	0,2	27,6
Total	100	100	---
População total do Brasil (N)	119.011.052	169.411.759	42,3

Fonte: BOHN, 2004.

Como se pode ver na tabela 1, a distribuição segundo as religiões entre os anos 1980 e 2000 em percentual em relação à católica, representava a cifra de 88,9%, enquanto que, em 2000, representava 73,8% da população com uma variação de 18,1% do número absoluto. A evangélica não-pentecostal, 3,4% em 1980, e 4,2% em 2000, com uma variação no número absoluto de 78%.

A evangélica pentecostal passa de 3,2% para 10,4%, com variação no número absoluto de 357,9%, demonstrando um crescimento exponencial durante o período. Essa tendência parece permanecer na primeira década do século XXI, com o crescimento do fenômeno pentecostal e neopentecostal. Segundo os dados do IBGE (2010),

Os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010 chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). Em 1991, este percentual era de 9,0% e em 1980, 6,6% (IBGE, 2010).

De fato, apesar de os brasileiros ainda serem predominantemente católicos, a porcentagem dos membros pertencentes à Igreja Católica decresceu, em duas décadas, de 88,9% para 73,8%. Enquanto que a população brasileira cresceu, entre 1980 e 2000, cerca de 42,3%, o público católico cresceu apenas 18,1%.

Conforme Bohn (2004), alguns autores associam o crescimento da adesão ao evangelismo e do público irreligioso ao deslocamento da centralidade da Igreja Católica na conformação das relações entre Estado e religiões no Brasil. Ao trocar o catolicismo devocional pelo pentecostalismo, o converso decide por si, liberto do controle eclesiástico e do controle social.

Outra hipótese apontada pela autora, apresenta a perspectiva de que o crescimento dos evangélicos pode ser explicado pela lógica da deterioração do quadro econômico do país. Com isso, explica-se, também, o crescimento decorrente da escolha dos pobres como classe e agente difusor do fenômeno pela associação comum que se faz a esse segmento social, entre membros de igrejas pentecostais e entre evangélicos em geral. Além do agravamento da situação econômica, bem

como das condições indicativas de pobreza (PIERUCCI & PRANDI, 1996; MONTERO & ALMEIDA, 2000 *apud* BOHN, 2004).

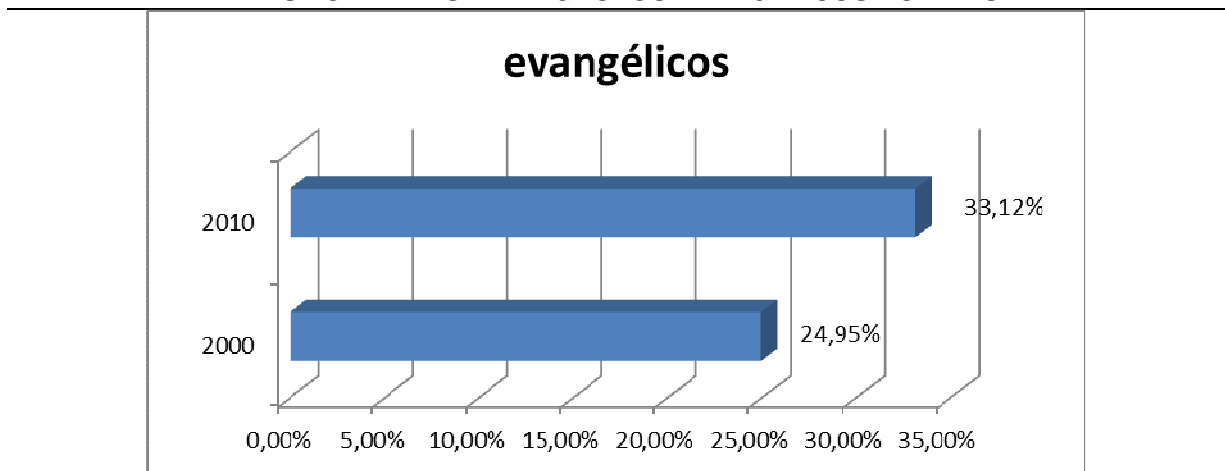
O crescimento dessa população, segundo Bohn (2004), foi maior no nordeste do que em outras partes do país, talvez pelo fato de a estrutura mental da população alcançada pelo pentecostalismo formular representações a partir da sublimação dessa realidade concreta em função de uma visão teológica e espiritualizada do mundo vivido.

A primeira hipótese não é falsa, mas parece não dar conta do problema. A segunda hipótese também parece ser insuficiente para se aproximar mais da realidade dos indivíduos, expressando a questão social, política e econômica do país como um todo. O pentecostalismo é o próprio agente do seu crescimento devido a seu proselitismo crescente, organização interna e externa em meio a um processo de institucionalização e racionalização de suas práticas.

As igrejas são o próprio agente desse crescimento por meio desse proselitismo, do evangelismo, incremento de práticas e estratégias de marketing e administração, bem como disseminação do discurso pentecostal por rádio, TV e, atualmente, pela internet. Nesse contexto, a religião como fenômeno social também tende a refletir transformações em sua estrutura que se prende à totalidade sociedade.

Uma das hipóteses utilizadas para explicar esse movimento é a que relaciona essa redução de quadro ao proselitismo pentecostal anticatólico e asceta durante longo período. O gráfico abaixo ilustra a permanência desse trânsito de fiéis para os grupos evangélicos nos últimos anos.

GRÁFICO 2
TRÂNSITO DE FIÉIS PARA GRUPOS EVANGÉLICOS NO BRASIL



FONTE: IBGE, 2010.

O gráfico 2 ilustra um trânsito crescente de indivíduos de outras religiões em direção aos grupos evangélicos (especialmente para o pentecostalismo) entre o censo de 2000 e de 2010, afirmando a ideia de seu crescimento também pelo proselitismo. O pentecostalismo assembleiano capixaba se insere nesse movimento de crescimento com o avanço do evangelismo e da pregação intensa pelo centro urbano e pelo interior do estado em busca de novos membros.

Esse trânsito de fiéis talvez possa ser explicado em parte pela lógica micro e macroscópica do fenômeno migratório brasileiro. Conforme Teixeira e Menezes (2013), “Mariz (2009) já havia chamado a atenção para a importância da análise dos deslocamentos”. Essa análise deve ser levada em conta junto aos diversos aspectos da sociedade global para entender esses fluxos (TEIXEIRA E MENEZES, 2013, p. 116).

Primeiro, a *migração interna*, que expressa a migração ocorrida no país de uma forma geral. Em segundo lugar, a *migração de retorno*, que representa a mensuração das pessoas que nasceram na unidade da federação em que residiam em 2010, mas estavam em outro estado no último levantamento feito pelo IBGE.

Entre 2000 e 2010, o Espírito Santo registrou a maior taxa de crescimento de evangélicos (8,1%) frente ao declínio de católicos (8,2%). A mobilidade interna foi intensa, e o Sudeste apresentou a maior taxa entre 2005-2010 com redução dos que

retornam em MG e ES. “O processo de mobilidade religiosa e o conseqüente declínio do catolicismo têm tido como chave analítica principal a intensificação da individualização.” (TEIXEIRA E MENEZES, 2013, p. 119, 121).

Essa identidade sociorreligiosa é construída pelo indivíduo através de diversos recursos simbólicos combinando dimensões típicas como, a comunitária, cultural, emocional e ética como parte do processo de modernização da sociedade, que ressignificada e elaborada culmina em uma tendência individualizante (TEIXEIRA E MENEZES, 2013, p. 122).

Portanto, em linhas gerais, o fiel caminha, atualmente, em busca de uma religião que esteja mais próxima de seus anseios individuais. Que esteja de acordo com os ditames da sociedade de consumo e que reflita as ausências resultantes da moderna sociedade de consumo. Uma religião mais próxima da racionalização, dentro de uma perspectiva mais secularizada.

O pentecostalismo brasileiro cresceu acompanhando o processo de industrialização e urbanização do país ao longo do século XX. Alcança as áreas urbanas do centro-sul e expande-se por todo o território nacional. O incremento numérico significativo que obteve o fenômeno religioso pentecostal parece que tende a permanecer no século XXI.

Para tanto, algumas denominações evangélicas de origem pentecostal já utilizam instrumentos de marketing, emissoras de televisão e rádio¹⁵ como ferramentas para alcançar suas metas de crescimento no “mercado da fé” (como a IURD). Com isso, assumem um papel de relevância no contexto político nacional, com um poder grande de negociação por suas “aspirações hegemônicas que têm que ser levados em conta em qualquer discussão das implicações da democracia hoje” (FREESTON, 1999, p. 336).

¹⁵ Pode-se mencionar, por exemplo, o número de estações retransmissoras da IURD que conta com 12 emissoras próprias e 82 afiliadas; a Rede Internacional de Televisão (RIT) que em 2004 contava com 30 estações retransmissoras e passou para 170 em 2008, também a Rede Boas Novas da Assembleia de Deus que possui 3 emissoras próprias e 82 retransmissoras, o interessante é que foi fundada em período recente da história dessa denominação, em 1993 (CAMPOS, 2008). Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.htm>. Acesso em: 12 de set. 2012.

Atualmente, a AD ampliou seu campo de ação, não apenas formalmente com sua ritualística tradicional, houve incursões nos canais de comunicação de grande difusão como o rádio, a televisão e pela internet, também para alcançar objetivos políticos¹⁶, baseados em uma pauta moralizante. Segundo matéria da revista *Veja* de 29 de junho de 2012 sobre o crescimento dos evangélicos apontado pelo IBGE (2010), a *família* foi a questão de fator relevante para o crescimento da AD, que alcançou a cifra de 12 milhões de fiéis:

A preservação da família é um dos motivos que [...] servem para explicar o crescimento da Assembleia de Deus no país. De acordo com o censo de 2010, ela é o maior segmento evangélico, com 12 milhões de fiéis, e o segundo maior do Brasil, atrás da Igreja Católica. Em comparação com a IURD, por exemplo, que perdeu 228 mil fiéis nos últimos 10 anos e hoje tem 1,8 milhão de arrebanhados, a Assembleia de Deus prega valores morais mais rígidos. “Nos anos 90, época de expansão da favelização, a mãe não queria a desestruturação da sua família, o que a Assembleia não deixa”, explica Jacob, lembrando-se da proibição, por exemplo, de bebidas alcoólicas e de roupas femininas mais insinuantes. A favelização e a ocupação das periferias são resultado da migração dos anos 80 e 90, que deixou de ser motivada pela possibilidade de ascensão social e passou a acontecer pela expulsão das pessoas do campo, em sua maioria pobres. As correntes pentecostais acompanharam esses deslocamentos e, ainda na década de 90, entraram maciçamente na política. A política se tornou um instrumento de crescimento da própria igreja pentecostal ou do pastor. “É uma população com baixa renda e escolaridade. Entre pessoas independentes economicamente e bem formadas fica mais difícil o voto de cabresto” [...] A pesquisa do censo revela que, apesar de os pentecostais crescerem na população pobre e de baixa renda, na última década se fez presente também na nova classe média. “A “teologia da prosperidade” é um dos fatores desse processo”, diz Eustáquio Diniz (AZEVEDO, 2012).

Os pentecostais têm mudado o seu perfil. Não apenas compõem uma faixa da população com baixa renda e escolaridade, como também compreendem indivíduos de classe média a exemplo das igrejas que cederam à teologia da prosperidade.

No Espírito Santo, os dados do IBGE (2010) apontam a cifra de 33,1% de evangélicos na população capixaba, enquanto a média nacional registrou 22,2%¹⁷.

¹⁶ Algumas igrejas pentecostais como a Assembleia de Deus, já possuem perfis em redes sociais como os do Facebook, caso do primeiro templo da Assembleia de Deus em Vitória (ES), que utiliza o espaço virtual para divulgação de suas atividades e para o evangelismo. O espaço virtual contribui para a afirmação da identidade evangélica e proporciona, até certo ponto, a democratização das ações coletivas corroborando com a ideia de “comunidade”. Ver: <<https://www.facebook.com/assembleiadedeusdailhadevitoria>>; <<https://www.facebook.com/groups/ieadives/?fref=ts>>; Acesso em: 13 de ago. 2012.

¹⁷ ARAUJO, Rodrigo. Proporção de evangélicos no Espírito Santo é maior do que no restante do país. IBGE apontou que 33,1% dos capixabas são evangélicos enquanto a média nacional, de 22,2%. *Minuto a Minuto*. Notícia. **Gazetaonline**. 29 de junho de 2012. Disponível em:

Com o crescimento de outras religiões e denominações de cunho pentecostal, a disputa pelas almas, por crescimento e por hegemonia num “mercado de bens simbólicos”, se tornou, cada vez mais, uma necessidade iminente para as agremiações evangélicas, especialmente para o caso do fenômeno religioso pentecostal assembleiano, que sofreu várias mudanças no rito e nas práticas à medida que alcançou membros na classe média.

A busca por espaço nesse “mercado da fé” tende a levar a denominação a se aproximar da esfera secular, como, por exemplo, a arena política, para sobrevivência e permanência de sua expansão. Economicamente, subprodutos e mercadorias voltados para esse segmento têm obtido um grande crescimento e aceitação por grande parte da população¹⁸. Politicamente, tende a traduzir demandas internas como questões políticas, elegendo-se representantes para atender tais demandas institucionais por meio da arena política. Fato que pode se refletir, em alguma medida, na escolha do eleitorado pentecostal, no que concerne a seus pares, por meio da identificação religiosa.

A lógica organizacional da denominação AD de que se trata obedece ao movimento de institucionalização peculiar às transformações que os movimentos sofrem ao passarem de categorias de mais simples para categorias mais complexas, como instituição, na qual se ordenam singularmente suas estruturas administrativas e constrói-se de forma prática seu corpo eclesiástico.

<http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/06/a_gazeta/minuto_a_minuto/1292361-proporcao-de-evangelicos-no-espirito-santo-e-maior-do-que-no-restante-do-pais.html>; Acesso em 06 de ago. 2012.

¹⁸ Por exemplo, a realização da Primeira Feira Evangélica, a Feira Internacional Cristã (FIC), com a participação de pastores como Silas Malafaia, Jabes Alencar, entre outros, e promovida pela GEO, plataforma de evento das Organizações Globo, Segundo Silas Malafaia, "Aqui não tem esse negócio de amiguinho, é business, é um mercado de 50 milhões de pessoas. Eles são uma empresa, estão de olho nisso" [...] Malafaia e Alencar, amigos de longa data, são alguns dos líderes a quem a Globo recorreu para bater na porta do segmento gospel --o bispo Robson Rodovalho (Sara Nossa Terra) e o apóstolo Estevam Hernandes (Renascer) também estavam presentes. A FIC espera reunir cem mil visitantes de hoje a sábado (20), com ingressos a R\$ 15" (BALLOUSSIER, Anna Virginia. É “business”, diz Malafaia sobre feira da Globo. **UOL**. Julho de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/07/1312394-e-business-diz-malafaia-sobre-feira-evangelica-da-globo.shtml>>; Acesso em: 17 de jul. 2013).

Assim, como possui o *status* de instituição, há que se compreender o fenômeno no sentido de que algumas organizações possuem sistemas de controle, medidas de disciplina e mecanismos de sanções para sua manutenção. Manutenção esta que se pode traduzir na sua organização política interna e externa, mas, também, nos dividendos provenientes de sua relação com o mundo, especialmente com a esfera política, com o campo do poder.

O crescimento e consolidação do pentecostalismo assembleiano, parece que tende a corroborar com a valorização da lógica da eleição de representantes religiosos na esfera pública. Como o caso da defesa de nomes e indivíduos, a partir de prévias internas, para ocuparem cargos de representação política como um “projeto de poder” de forma mais geral, apesar disso não ser afirmado explicitamente por algumas lideranças desse segmento.

2.2 O PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO BRASILEIRO

Algumas interpretações pretendem compreender aspectos da realidade do fenômeno pentecostal, de forma geral e do pentecostalismo assembleiano durante seu desenvolvimento e suas expressões atuais. A AD é marcada desde o início por dissensões internas, luta pelo poder e, como decorrência, divisões. Para que se possa tentar compreender alguns aspectos do processo de institucionalização do fenômeno religioso pentecostal capixaba, é importante retomar uma leitura sobre a consolidação da denominação AD no Brasil.

O fenômeno religioso pentecostal assembleiano passa por uma espécie de conformação às estruturas sociais do país com sua expansão geográfica, organização interna e expressivo crescimento numérico.

O processo de rotinização do carisma e institucionalização das ADs segue, em linhas gerais, as fases de sua construção como instituição no Brasil até o ingresso na política partidária, como decorrência da necessidade de reconhecimento e obtenção de benefícios no espaço público e nas relações com o Estado nas esferas municipal, estadual e no cenário nacional (ALENCAR, 2010, 2013).

Alencar (2010), aponta que algumas interpretações sobre o fenômeno pentecostal têm procurado caminhar no sentido de uma resposta, a exemplo das diferentes perspectivas, como a da acomodação social (Souza, 1967; D'Épinay, 1967), a da superação da pobreza e machismo (Mariz, 1994; Machado, 2006), da alienação social (Rolim, 1985; Brandão, 1980), formação da cidadania (Novaes, 1985), da atuação política (Freston, 1993), do adesismo político (Pierucci, 1996), da relativização ética (Mariano, 2010), além da visão do fenômeno como um modelo administrativo de *marketing* (Campos, 1999), (ALENCAR, 2010, p. 28).

O intuito desse estudo é relacionar o fenômeno religioso pentecostal a uma visão que tende para uma ótica política dentro do desenvolvimento da análise, como sugerem as leituras de Pierucci (1989) e, especialmente, Freston (1993, 1994b, 1999) e Baptista (2007, 2009).

O fenômeno pentecostal afirma uma compreensão ontológica que parte de uma visão teológica do mundo. A “espiritualização” do mundo real é uma visão predominante no momento histórico que compreende o curso do século XX para a maioria da população brasileira, que carrega na sua herança a junção de diversas crenças originárias do processo colonizador e do povoamento do território com a presença de várias etnias e crenças.

A permanência e entrelaçamento do protestantismo com a matriz religiosa católica, associando-se, também, à presença das crenças indígenas, que assimilam o catolicismo e às crenças africanas (por exemplo, as palmas e a dança durante as celebrações absorvidas na “segunda onda”), bem como o espiritismo do século XIX com a ideia de espíritos presente na estrutura mental de determinados segmentos, funde-se numa matriz religiosa de caráter muito particular (PASSOS, 2005).

A herança dessa matriz cultural fundante é parte desse processo de adaptação e desenvolvimento que caracterizará o pentecostalismo ao longo de sua história na formação da “matriz pentecostal brasileira” (ALENCAR, 2013). Conforme Passos (2005), o pentecostalismo brasileiro:

[...] eclode no século XX, espalha-se num processo de adaptação onde adquire formas e expressões muito variadas em sua história, embora conservem o paradigma original dos grupos *holiness* norte americanos, que legam sua característica de, propriamente, *pentecostalismo* no singular”. [...] Um fenômeno sociorreligioso que tem rompido com os antigos invólucros denominacionais, quase sempre fechados, e conquistado visibilidade social, poder econômico e força política.

Este percurso histórico do paradigma pentecostal foi marcado por dinâmicas de conservação, transformação, e adaptação nos contextos em que se inseriu, de forma que podemos perceber um novo campo religioso [...]. Os velhos territórios vão se adequando dialeticamente dentro da cultura moderna, no esforço de preservação e expansão da identidade cristã, em uma sociedade sempre mais secularizada, sobretudo em suas estruturas e papéis (PASSOS, 2005. p.11).

Do período colonial e das etapas seguintes da construção da estrutura social brasileira, a matriz pentecostal tradicional recebeu traços de uma cultura que herdou o autoritarismo como regra da ação coletiva, o patrimonialismo, certo gregarismo, que valoriza contatos pessoais em função de condições sociais e econômicas que propiciavam a limitação da ação político-ideológica em lugares como, por exemplo, as “zonas rurais do nordeste” no início dos anos 1960 (BAPTISTA, 2009, p. 84).

O pentecostalismo assembleiano brasileiro trilha um movimento de adaptação, mutabilidade e em sua forma de compreensão do mundo, que associa o misticismo ao ascetismo intramundano num primeiro momento.

Esse movimento no espaço e no tempo se soma a carência de institucionalização da denominação AD, por seu crescimento nos anos seguintes, também, às características culturais legadas da trajetória histórica do país que se associam às estruturas de poder dentro da denominação. Isso, possivelmente refletiu na organização política do corpo eclesiástico e da instituição em si (ALENCAR, 2013).

A AD irá se afirmar por meio da organização um aparelho burocrático-institucional ao longo de sua trajetória para alcance de seus objetivos como instituição religiosa. Fato que a distância do discurso apocalíptico e místico, transitando para visão “desencantada” do mundo. Uma racionalidade próxima da realidade secularizada das relações institucionais, como as relações entre a Igreja e o Estado (WEBER, 1996).

Sua diversificação denominacional, as divisões internas e os diferentes estilos, doutrinas e atuação permite que se reporte ao conjunto das “Assembleias de Deus brasileiras”, seguindo as fases de sua implantação sob um *ethos* sueco-nordestino, sua expansão e divisão sob influência de um *ethos* americanizado, e posteriormente, dentro de uma visão mais próxima do contexto nacional, sob a direção exclusiva de brasileiros, segundo entende Alencar (2013).

Ao longo de sua consolidação como instituição, a fusão do fenômeno religioso a traços da cultura política brasileira, parece permitir a emergência de uma organização política interna que favorece a projeção de representantes na esfera pública para o alcance de objetivos e de interesses institucionais atualmente ressignificando demandas da instituição.

Para Alencar (2010, 2013), o pentecostalismo assembleiano passa por três momentos importantes em sua trajetória: 1) origem como seita, 2) implantação da denominação em solo brasileiro e 3) a busca pelo carisma, sua militância enquanto denominação inserida na disputa pela hegemonia num mercado de bens simbólicos competitivo.

Alencar (2010), aponta a hipótese de construção de um modelo esquemático para interpretação de sua implantação, dividindo-o em duas fases principais, de “implantação e consolidação” e outra, uma terceira fase, que talvez, possa chamar de “transformação”, compreendendo o período após a “segunda onda” pentecostal até os dias atuais (ALENCAR, 2010).

Essas fases apontadas por este autor obedecem aos seguintes períodos: na *primeira fase*, ocorre o surgimento do pentecostalismo assembleiano brasileiro por ocasião da implantação da “seita pentecostista”¹⁹ entre 1911 e 1930.

A *segunda fase* corresponde ao período de institucionalização da igreja, período que é situado por ele entre os anos de 1930 e 1946. E a *terceira fase* é entendida pelo

¹⁹ Terminologia utilizada por Alencar (2010) para referir-se ao “pentecostalismo clássico”, identificado com o trabalho dos missionários da primeira onda pentecostal que origina a CCB em 1910 com Francescon, e dos suecos Berg e Vingren, que seria mais tarde caracterizado como “Assembleia de Deus” na época de sua implantação a partir de 1911.

autor como a oficialização da denominação AD, sendo que esta fase compreende o período que parte dos anos 1946 e alcança os dias atuais²⁰.

A partir de sua tese de doutorado, Alencar (2013), propõe uma divisão mais abrangente e complexa para explicar a trajetória do fenômeno pentecostal assembleiano seguindo as disputas internas e a institucionalização da AD, conforme uma tipologia que construiu para defesa de sua tese, que é a seguinte, conforme esboçado no quadro 1:

QUADRO 1
ESQUEMA TIPOLOGICO DA AD NO BRASIL

1911-1946 O MOVIMENTO PENTECOSTAL: A ILUMINAÇÃO DO CARISMA	1946-1988 A INSTITUIÇÃO PENTECOSTAL: O AVANÇO DA TRADIÇÃO	1988-2011 A CORPORAÇÃO PENTECOSTAL: A IRRACIONALIDADE DOS PODERES
ADs: Brasil & Suécia	ADs: Brasil & EUA	ADs: Brasil & Mundo
IDENTIDADE PENTECOSTAL ASSEMBLEIANA BRASILEIRA		
Ministério: todos por todos Educação teológica: o reconhecimento é do Espírito Santo Relações de gênero: ganha a missão, perde a vida.	Ministério: todos por alguns Educação teológica: o reconhecimento é da Tradição Relações de gênero: a missão é apenas uma submissão.	Ministério: todos contra todos Educação teológica: o reconhecimento é do MEC Relações de gênero: missão oficial, oficiosa e oficialasca.
Mídia: jornais e modernidade assembleiana Convenção: tempo de estudar a Bíblia Templo-casa: lá, estamos em casa.	Mídia: na era do Rádio, a mensagem ficou muda Convenção: o avanço da invasão de campo Templo-pensão: solidariedade burocratizada.	Mídia: o poder, os poderes e os poderosos Convenção: a urna eletrônica “salva” a unidade Templo-shopping: compras, conforto e celebração
CONCEITOS-SÍNTESE		
Teologia do “sofrimento”	Teologia da “disciplina”	Teologia da “competência”
ETHOS		
<i>Ethos</i> sueco-nordestino	<i>Ethos</i> americano-brasileiro	<i>Ethos</i> carioca-paulista
PERSONAGENS-SÍMBOLO EM DISPUTA		
Gunnar Vingren e Samuel Nystron	Paulo Macalão & Cícero Canuto	José Wellington & Samuel Câmara
ASSEMBLEIANISMOS EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PENTECOSTALISMOS		
Os irmãos da AD e a irmandade da CCB	ADs & novos pentecostalismos “modernos” e “conservadores”	ADs & “iurdização”: a antropofagia e polissemia assembleiana

FONTE: ALENCAR, 2013, p. 25.

²⁰ “É a partir dessa época que a AD se divide em ministérios, mesmo que a semente do divisionismo tenha se proliferado desde a década de 1920, e começa uma luta fratricida pelo poder político e financeiro dessa igreja, não apenas enquanto local e espaço de reuniões, mas sobretudo, uma luta ideológica entre os “pentecostalismos” e a “pentecostalidade fundante” (CAMPOS, 1996), onde cada ramo requer para si “originalidade e verdade”, e nega o outro grupo” (ALENCAR, 2010, p. 51-52).

O quadro 1 corresponde a um esquema tipológico apresentado por Alencar (2013), que permite identificar as fases do pentecostalismo assembleiano, os momentos de transição entre as lideranças em disputa pelo poder, bem como as principais características de cada período.

O primeiro momento da denominação é o de influência sueca, de um *ethos sueco-nordestino*, até 1946. Época em que despontam os conflitos internos. No segundo, sob um *ethos americano-brasileiro* disputam Paulo Macalão e Cícero Canuto, com uma aproximação das AGs norte-americanas. O terceiro momento é o de preponderância de um *ethos carioca-paulista*, de muitas divisões internas, onde figuram os pastores José Wellington e Samuel Câmara.

Tais proposições cronológicas são importantes por delimitarem o universo espaço-temporal da temática em questão, concordando com a hipótese de Alencar (2010), que observa o fenômeno pentecostal através do olhar sociológico, a *origem, implantação e militância* da AD, na tentativa de esboçar um esquema do pentecostalismo capixaba no contexto de sua consolidação e institucionalização.

O autor defende a hipótese de que, iniciada em 1930, com sua primeira “Convenção Geral” em Natal (RN), a institucionalização da igreja AD, no âmbito nacional nos anos posteriores foi uma alternativa aos embates internos a ela que refletiam a luta pelo poder, a crise de identidade e distanciamento da influência da direção dos suecos no Brasil, também da influência norte-americana na direção das igrejas por brasileiros.

Esse processo de consolidação parece permitir a emergência de uma estrutura organizacional e política singular. Tal processo, com a “escolha divina” na eleição de líderes internamente, pode exercer certa influência sobre a escolha de representantes na esfera social. Por exemplo, a escolha de representantes políticos atualmente como projeto de poder, o que se dá com maior vigor a partir das eleições de 1986 e do Congresso Constituinte em 1988.

Tal fato possibilitou a formação de lideranças no âmbito nacional e regional que apresentavam características singulares como o carisma. Bem como, àqueles que possuem *capital familiar* (como já ser filho ou parente de pastor que compõe certa liderança), *capital econômico* (na condição de empresário ou financiador de determinada instituição e que poderia traduzir-se, igualmente, em financiamento de campanha eleitoral), ou mesmo algum *capital político* por vinculação a certos movimentos sociais.

Essas características foram comumente associadas aos cargos de “liderança espiritual” num contexto onde grande parte da população que compreendia os grupos pentecostais tinha pouca ou nenhuma instrução (número que ainda é significativo entre a população de baixa renda) e pauta-se pela identificação religiosa com candidatos oriundos da denominação.

Fato que soma a um processo mais geral de adaptação de práticas da instituição às estruturas sociais como resultado das transformações sócio-históricas no plano regional e nacional.

Esse movimento em direção à esfera secular se afasta do caráter mais missionário e proselitista para uma visão de tolerância para com as demais religiões num universo religioso cada vez mais competitivo em relação à hegemonia, administração e distribuição dos bens simbólicos.

O que mostra sua intencional incursão pelo campo do poder político em associação com o campo religioso cumprindo uma função simbólica de legitimação da ordem que está posta.

Na busca pela hegemonia da distribuição dos bens simbólicos, por legitimidade e apresentando-se como fruto da subversão da ordem simbólica, o campo da política parece emergir como uma alternativa para manutenção dessa ordem simbólica no universo pentecostal no final do século XX, em meio a uma crescente competição entre os grupos religiosos como esse, por sua própria natureza histórica, vinculada a um processo de institucionalização ou burocratização, a racionalidade de seu caráter de “empresa religiosa” (WEBER, 1996).

O processo de construção da institucionalização da AD, o crescimento do aparelho eclesial e sua organização política interna e externamente favorecem a aproximação da denominação da corrida eleitoral. A AD emerge como ator de grande importância, como grupo de pressão de forte peso político. Nos primeiros anos do século XX, o pentecostalismo estava distanciado de qualquer atividade política diretamente. Porém, conforme Baptista (2009):

Os pentecostais e neopentecostais reviraram a identidade evangélica. Fizeram uma composição dinâmica com elementos da tradição protestante, catolicismo popular e religiões afro-brasileiras, compondo experimentos religiosos que se desenvolvem e se expandem por toda a sociedade brasileira, mas funcionam também como produtos de exportação. A presença desses agentes na política nacional é fruto do crescimento numérico e, principalmente, da constituição, reforço e produção criativa de novas identidades coletivas, nascidas em meio à enorme variedade de crenças na sociedade brasileira (BAPTISTA, 2009, p.104).

A ressignificação de antigas identidades em novos modelos identitários por parte do fenômeno religioso pentecostal assembleiano reforça a ideia da necessidade de novas estratégias para a ação coletiva. Conforme Araújo (2011), esta ação em coletividade é orientada pela intencionalidade e pela racionalidade da atuação dos atores.

A posição da organização política da AD, interna e externamente, tende a remeter suas demandas a uma “autoridade religiosa” e a força atemporal que legitima estruturas de relações de poder que estruturam sua lógica organizacional. Fato que parece ressignificar suas demandas institucionais no campo secular (como a disputa eleitoral) e direcionar para a esfera social tais demandas com apelo à identificação religiosa. Também passa por um caminho que compreende a elaboração de concepções sobre a educação, a sexualidade e a mídia por parte do pentecostalismo assembleiano. Tais pontos serão apresentados adiante.

2.2.1 Educação assembleiana

As igrejas históricas sempre estiveram mais próximas da educação formal de forma geral. Porém, os pentecostais das décadas posteriores à fundação da AD dão pouco

valor a educação, principalmente a teológica, durante os primórdios da instituição. Período em que a maioria da população é semiletrada. Fato que soma à disseminação do fenômeno pentecostal entre as camadas menos favorecidas da população valorizando a autoridade da palavra e a posse do carisma.

Os pentecostais da época da fundação da AD foram forjados em grupos econômicos de classe social mais abastada, como a dissidência assembleiana no Pará de uma igreja Batista local. Os membros locais possuíam alguma formação e pertenciam a classes mais favorecidas, ou mesmo tinham negócios na região devido ao comércio da borracha e contato com empresas americanas.

O que favorecia o conhecimento e comunicação entre eles e dos missionários com integrantes de empresas e organizações norte-americanas que tinham negócios na região, contrariando o que ainda é afirmado por vários autores que enfatizam sua origem e desenvolvimento nas camadas pobres da população do norte e nordeste do Brasil (ROLIM, 1980).

A educação do fiel pentecostal que segue os princípios derivados de sua implantação no Brasil é composta de uma série de regras morais, tabus e normas comportamentais ascetas para sua vida no mundo e garantia de sua salvação. Para não serem “contaminados” e “corrompidos pelas coisas paixões” e interesses do mundo, os líderes pentecostais procuram implantar na conduta dos fiéis, desde o momento da conversão,

[...] normas e tabus comportamentais, valores morais, usos e costumes de santificação. Infundem neles o desejo de viver o evangelho de acordo com o mais puro ascetismo de rejeição do mundo, segundo a definição weberiana, de modo a distanciar-los de coisas, atitudes, valores e instituições do incrédulo, porém, tentador mundo circundante. Para tanto, um sistema de proibições, no sentido dos cultos negativos descritos por Durkheim (1989, p. 363-392), é posto em funcionamento. (MARIANO, 2010, p. 190).

É elaborada uma identidade religiosa pautada no ascetismo intramundano que reforça a característica do grupo e é elemento utilizado para sua afirmação como instituição na sociedade. Em princípio, canais de comunicação são organizados para a difusão da doutrina pentecostal como jornais e revistas.

O *Boa Semente*, o *Som Alegre* e o *Mensageiro da Paz* estão entre os principais jornais, além das revistas como *A Seara* e as *Lições Bíblicas*, que são distribuídas pelo país inteiro para os estudos nas escolas bíblicas dominicais por todo o território nacional num esforço de afirmação, unidade e fortalecimento da identidade religiosa assembleiana. De acordo com Mariano (2010):

A elaboração dessa identidade religiosa a partir de comportamentos ascéticos e de uma disciplina de si, constitui, portanto, estratégia individual para fortalecer a própria autoestima. [...] Tanto mais quando se pensa no significado contido no ato de trajar terno e gravata no caso de indivíduos pobres, moradores de bairros periféricos com altos índices de criminalidade, empregados em trabalhos manuais ou de baixa qualificação. O mesmo vale para as mulheres pentecostais, muitas delas donas de casa e domésticas, que nos cultos trajam suas melhores roupas: vestidos longos e sapatos de salto alto. (MARIANO, 2010, p. 196)

Tais aspectos morais são regra para a conduta do fiel pentecostal tradicional e fazem parte de sua educação moral como um traço distintivo. De outro lado, A educação, principalmente teológica, foi rechaçada pela liderança durante um bom tempo sob a desculpa de que “a letra mata, mas o espírito vivifica”, em alusão à possível descrença e rompimento com os dogmas da instituição. Porém, para a eleição interna nos dias de hoje, é necessário que o candidato a ser consagrado pastor na AD possua um diploma de formação teológica.

Há cursos de teologia atualmente espalhados por todo o país, de forma presencial e semipresencial, inclusive faculdades organizadas para educação teológica, pós-graduação, dentre outras, como o Instituto Bíblico das Assembleias de Deus (IBAD), Faculdade Bíblica das Assembleias de Deus (FABAD), Faculdade Teológica das Assembleias de Deus.

Com relação a temas mais polêmicos que os usos e costumes, algumas questões de ordem social são objeto de luta e engajamento político por parte de lideranças religiosas da AD para defesa de seus interesses no campo da política como legalização das drogas, aborto e união civil de pessoas do mesmo sexo.

Os canais de comunicação da AD como jornais e revistas serviram e ainda servem como veículos que visam a homogeneidade do discurso e das práticas dentro dessa denominação servindo à educação do fiel, porém, divisões internas têm se tornado

mais presentes interferindo nesse processo e diversificando os discursos e práticas da AD.

2.2.2 Sexualidade

O tema da sexualidade entre os pentecostais ainda é tabu para a maioria das igrejas desse segmento religioso. Bandeiras, como a legalização do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo, também são objeto de oposição entre os pentecostais e igrejas neopentecostais, como o caso da AD e da IURD (MARIANO, 2010, p. 91).

Porém, há uma sensível mudança em relação a aceitação de comportamentos que eram considerados impuros e mundanos no meio evangélico como frequentar determinados espaços de lazer e demais atividades que vinculam ao prazer carnal.

Mas, permanece um esforço de certas lideranças em separar o que é considerado “mundano” daquilo que é tido como regra social para os pentecostais. Conforme Mariano (2010),

Na perseguição do que é mundano e põe em risco a salvação, as esferas da sexualidade e do lazer são consideradas as mais perigosas. Sobre a esfera sexual não é necessário avançar muito, já que figura, desde sempre entre as principais fontes de prazer carnal da humanidade. “A ética fraternal da religião de salvação”, frisou Weber (1982. P. 393), “está em tensão profunda com a maior força irracional da vida: o amor sexual. Quanto mais sublimada é a sexualidade, e quanto mais baseada em princípio, e coerente, é a ética de salvação da fraternidade, tanto mais aguda a tensão entre o sexo e a religião”.

Quando o discurso pentecostal enfoca o sexo é para ressaltar sua negatividade, ou ameaça que representa a salvação da alma. Para os pentecostais, submetidos a normas morais e dogmas rígidos, ascéticos e repressivos, a esfera sexual constitui poderoso terreno de tentações, provações e privações. Algo ainda mais premente no caso dos adolescentes e jovens solteiros, já que o pentecostalismo, em todas as variantes, restringe o ato sexual aos limites da vida conjugal (MARIANO, 2010, p. 191-192).

A sexualidade do crente é cercada de pudores e “desestimulada de quaisquer ousadias ou arroubos eróticos.” (MARIANO, 2010, p. 192). Ouviram-se relatos de que, em uma reunião de orientação de mulheres, uma liderança feminina do círculo de oração afirmava o discurso de que o ato sexual deveria ser realizado por meio de

um “furo no lençol”. Esse é um, dentre muitos absurdos que se ouvem em relação a ato sexual dentro do pentecostalismo.

O sexo é reforçado, em muitos casos, como um ato a ser realizado para a reprodução e dentro do casamento. Segundo a pesquisa Novo Nascimento feita no Grande Rio, 74% das mulheres crentes casadas utilizava algum método anticonceptivo sendo que as da IURD ficaram com 78% contra 71% das fiéis da AD (MARIANO, 2010, p. 193).

Observa-se alguma mudança na compreensão da sexualidade e do prazer carnal. Contudo, há um forte estímulo à busca de prazer heterossexual e monogâmico, tendo o sexo um papel restrito ao contexto do casamento.

No entanto, atualmente, existem organizações e empresas do segmento evangélico que procuram oferecer produtos para a sexualidade do casal evangélico e pentecostal²¹.

2.2.3 Mídia

Em princípio, a AD se fiava na circulação dos jornais *Voz da Verdade*, de 1917 (parece que teve um único número), fundado em Belém do Pará. O *Boa Semente*, fundado em 1919. O *Som Alegre*, em 1920, fundado no Rio de Janeiro por Gunnar Vingren, que parecia disputar com este outro. No entanto, o Jornal *Boa Semente* (1919-1920) foi a “primeira palavra oficial da AD” (ALENCAR, 2010, p. 77-78).

Durante uma Convenção da AD em 1930 em Natal, RN, é fundado o jornal Mensageiro da Paz, fator que contribuiu para a consolidação desta denominação. Este jornal substituiu o carioca *Som Alegre* (1929) e o paraense *Boa Semente* (1919-29) como veículo de comunicação que unificava o discurso da igreja no cenário nacional.

²¹ Um exemplo é o Sex Shop Para Evangélicos, criado em São Paulo que vende a máxima “Sex Shop para casais casados” e oferece produtos sexuais para casais do segmento evangélico em geral. Disponível em: <<http://sexshopevangelico.blogspot.com.br/>>; Acesso em: 24 de março de 2014.

Os evangélicos têm ocupado largamente a mídia com espaços cada vez mais intensos na programação da TV aberta e também na TV paga. O exemplo mais contundente foi a compra da TV Record em 1989 por Edir Macedo, bispo da IURD, além da aquisição de várias emissoras de rádio.

A detenção do bispo Macedo, em 26 de maio de 1992 depois de uma devassa nas contas do bispo e da IURD serviu de impulso a fundação em junho de 1993 do Conselho de Pastores do Estado de São Paulo e, no mês seguinte, do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB) que tinha a pretensão de ser uma CNBB protestante. Ficou sob a direção de Edir Macedo e do pastor Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CONAMAD) (MARIANO, 2010, p. 79).

A CONAMAD é uma cisão da CGADB. Esta divisão ocorreu em 1989, quando disputavam o poder José Wellington, presidente do ministério do Belém, e Manoel Ferreira, presidente do Ministério de Madureira. Os líderes da Convenção Geral participam da AEVB, os da Convenção Nacional, do CNPB (MARIANO, 2010, p. 79).

Os pentecostais ocupam os canais de mídia como programas de rádio e TV em horários nobres da televisão brasileira. Construiu-se um aparelho de difusão da fé pentecostal em âmbito nacional e internacional. Um expoente canal de difusão de informação da AD é a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), que nasceu em 1948, já fez campanha pedindo doações e hoje tem um faturamento de 120 milhões de reais. É a maior editora evangélica brasileira (ALENCAR, 2013).

Os pentecostais desta última geração seguem na esteira dos neopentecostais, que buscam prestígio e respeitabilidade social. Querem transformar a sociedade através da conversão individual e da “inculcação da moral bíblica, [...] da realização crescente de obras sociais da participação na política partidária, da conquista de postos de poder nos setores privado e público e do uso religioso do rádio e da TV”, como os exemplos mencionados no texto da TV Record (IURD) (MARIANO, 2010, p. 45) e Rede Boas Novas, comprada em 1993 pelas ADs do AM e PA (ALENCAR, 2013, p. 244).

2.3 O PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO NO ESPÍRITO SANTO

O fenômeno pentecostal assembleiano é identificado no Espírito Santo a partir dos anos 1920, com a chegada de pentecostais vindos do Nordeste, num ímpeto missionário.

A conjuntura do período que compreende a inserção do fenômeno no país, no contexto da chegada dos missionários suecos, na primeira metade do século XX, é a da chamada república do “Café-com-leite” no Brasil, onde ocorre a substituição dos grupos dominantes (ZORZAL E SILVA, 1995).

As oligarquias estaduais consolidam-se pelo fenômeno cunhado na história como “coronelismo”. Controlavam eleitores e mantinham currais eleitorais. O estado do Espírito Santo, como parte integrante do centro-sul, recebe durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, levas de migração e imigração.

A região norte do Brasil se caracterizava pelo “ciclo da borracha”²², com grandes seringais no início do século XX. É um período na história brasileira de forte movimento de imigração para algumas regiões do país. Com o fluxo de pessoas, o pentecostalismo chega ao estado por meio de migrantes nordestinos que trazem a “doutrina pentecostal”.

A memória do pentecostalismo assembleiano no estado do Espírito Santo remonta o princípio das atividades da denominação ao longo desse contexto. A história do pentecostalismo das ADs no ES, teve o ponto de partida quando os primeiros

²² O ciclo da borracha teve seu auge entre 1879 a 1912. Outro momento foi revivido entre os anos de 1942 e 1945 durante a II Guerra Mundial (1939-1945) para as demandas do conflito em áreas de cultivo na região amazônica brasileira, momento de grande importância econômica e intenso fluxo de indivíduos pelo território brasileiro que possivelmente favoreceu a propagação do discurso pentecostal a partir da região norte do país. “Precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo com um total de 42.000 toneladas. Daí por diante é o declínio.” (PRADO JR, 1970, p. 239).

crentes pentecostais, Francisco Galdino Sobrinho e sua esposa chegaram à cidade de Vitória em 1922, segundo registra a historiografia oficial da AD.

Em 1924, chega o missionário sueco Daniel Berg, que veio com o objetivo de fundar uma igreja em terras capixabas. O mesmo dirigiu os primeiros cultos, conforme os relatos de Emilio Conde. Em 1925, José Vicente Ferreira, veio de Pernambuco para Vitória a pedido de Berg. Ao chegar a Vitória havia Galdino como “crente pentecostal”, os demais eram batistas. Possivelmente crentes dissidentes do meio batista local, com quem iniciou um trabalho de “evangelização” (CONDE, 2000).

Em 1927, chegaram à Vitória da AD de Aracaju (SE), mais sete pessoas. Isso deu início a um trabalho de evangelização em torno do núcleo urbano da cidade de Vitória. O aumento do número de adeptos criou a necessidade de uma organização formal paralela à abertura de uma igreja local. Os novos “crentes” se reuniam em residências nos bairros Jucutuquara, Santa Lúcia, dentre outros.

As primeiras ações ocorreram no centro da cidade de Vitória. Em Santo Antônio, na Vila Rubim, Praça Costa Pereira e Aribiri, em Vila Velha. O primeiro “batismo”, que é feito por imersão em água, teria sido realizado em oito de junho de 1930, conforme Conde (2000).

O evento é posto como marco do início do movimento pentecostal na Grande Vitória sob a liderança do pastor João Pedro da Silva, enviado para “por em ordem” o trabalho²³ em 1930. Este pastor era colaborador de Otto Nelson e Gerda Nelson, casal sueco que estava na liderança da AD. Iniciou suas atividades em reunião com cerca de trinta pessoas, entre crentes e simpatizantes do fenômeno, na cidade de Vila Velha (ALMEIDA (dir), 1982, p. 283-284). Seu envio se deu, talvez, porque a região estava fugindo do domínio sueco para as mãos de nordestinos. Ou mesmo por uma cisão interna estar sendo gerada no período.

²³ Não há detalhes sobre uma possível divisão sendo gestada nesse período. Nem sobre o fato que levou a estrutura organizada em solo capixaba, até então influenciada por um “*ethos* sueco-nordestino”, enviar um pastor como forma de centralizar a liderança em Vitória.

A Igreja em Aribiri, Vila Velha, tornou-se a sede de todo o ministério das ADs no estado do Espírito Santo. Todas as igrejas fundadas eram filiadas ao Ministério do Aribiri. O movimento se expandiu para o interior do estado. Em dezembro de 1933, ultrapassou a fronteira do Espírito Santo, uma congregação foi instalada no Vale da Anta, município de Resplendor e alcança o Vale do Rio Doce (MG).

Com a expansão na Grande Vitória, a denominação se organizou nos bairros Santa Lúcia, Jucutuquara, Pedreiras, Ataíde, Areal e finalmente a sede, no bairro Aribiri, em Vila Velha. A expansão do fenômeno pentecostal assembleiano capixaba que ocorreu entre os anos 1950 e 1960, de fato, acompanha mudanças no contexto social e político brasileiro com a emergência de novos valores, ideias e crenças.

Nesse período, ocorre a fundação da Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO), no dia 18 de outubro de 1959, na cidade de Vila Velha, “como instituição religiosa que constitui pessoa jurídica de direito privado [...] regida por [...] estatuto e por seu Regimento Interno” (CADEESO, 2001, p. 5).

Atualmente as maiores convenções são a CADEESO, COMADERJ, CONAMAD, CONFRATERES, CEADER, dentre outras tantas convenções influentes pelo estado, configurando o mosaico das Assembleias de Deus em solo capixaba.

O processo de construção de novas igrejas é parte desse movimento de expansão numérica e geográfica. Vários núcleos se formaram pelas regiões do país. Geralmente saídos de pontos da região norte e nordeste. Junto a tal fato, evidencia-se uma crescente disputa interna entre os atores na construção e direção da institucionalização da denominação (ALENCAR, 2010).

Iniciada em 1930, com sua primeira “Convenção Geral” em Natal (RN), a institucionalização da igreja AD, no âmbito nacional, foi uma alternativa aos embates internos a ela que refletiam a luta pelo poder, a crise de identidade e distanciamento da influência da direção dos suecos no Brasil.

Também, da influência norte-americana na direção das igrejas por brasileiros. Isso possibilitou a formação de lideranças no âmbito nacional e regional que apresentavam características singulares como “carisma”, capital econômico e político alcançado internamente, dentre outras características. Tais características serão comuns nos primeiros momentos da denominação no Brasil e tendem a se repetir durante os anos posteriores.

Na década de 1930, a Igreja Católica passa por uma elite católica, um grupo de intelectuais leigos; e as camadas populares urbanas tidas como religiosamente ignorantes, sobre as quais a Igreja iria atuar pela catequese. A tendência à dessacralização da cultura faz com que a Igreja amplie sua presença através de novos dispositivos ideológicos, como o ensino religioso em escolas públicas e assistência religiosa nos aparelhos do Estado e nos hospitais, além de se pensar na concretização do projeto de uma Universidade Católica.

Nesse momento, o pentecostalismo está em sua primeira fase de consolidação, aproximando-se cada vez mais das camadas aliadas do processo de administração do Estado e crescimento econômico ou social (ROLIM, 1980, p. 20).

Processa-se adequação aparelho estatal aos novos interesses voltados para o mercado interno e para a expansão do grande capital no Brasil. Segundo Siqueira (2001), “entre os anos 30 e 50, estruturam-se tanto a base produtiva quanto a forma de poder. O desenvolvimento de um setor industrial diversificou as bases da economia brasileira”. O modelo de substituição de importações havia ganhado fôlego a partir de 1950 (SIQUEIRA, 2001, p. 26).

Em tese defendida em “Religião e Classes populares”, Rolim (1980), aponta que a alteração do quadro político, a partir de 1930 até os anos 1960, implicou a entrada em cena de novas classes sociais em aliança:

[...] opondo-se ao grupo oligárquico dominante na fase anterior. [...] entraram na vida nacional, condicionadas pela aliança de classes, servindo de apoio e legitimação ao novo Governo, à política populista. Seus anseios e aspirações à participação na vida nacional, mesmo tendo sido inteiramente bloqueados os dispositivos sociais de suas manifestações, não

morreram. Começam a surgir como eco às incipientes expressões do limiar da República Nova (ROLIM, 1980, p. 10).

Sua discussão levanta a problemática com um embasamento teórico que visa indicar a via analítica que possibilite compreender os fenômenos em vinculação com as massas populares em termos de classes, e inseridas na sociedade capitalista. O pentecostalismo é um movimento que está, neste primeiro momento, ligado a esses aspectos. Esse fenômeno, em princípio, expressa certo “conformismo” com o poder instituído com justificativas bíblicas de submissão às autoridades constituídas na esfera social (BAPTISTA, 2009).

A mudança de perspectiva com relação à religiosidade no início do século XX inicia-se, com relação à Igreja Católica, a partir de um pensamento religioso autoritário que vai comandar a catequese. Um pensamento que desaloja as massas populares da sua condição de sujeito de sua história religiosa. Que adota uma lógica autoritária e culturalista onde as condições sociais não pesam, as ideias e crenças constituem um discurso ideológico autônomo que tenta se “impor”.

A perspectiva culturalista se desenvolve junto a intelectuais de classe média e se mescla com manifestações conservadoras de direita, que culminam nas adesões ao integralismo e sua conseqüente associação com a ideologia nacionalista.

Essa posição se abalou em função das tendências tradicionalistas da Igreja. A defesa de princípios de ordem, hierarquia, obediência às autoridades refletidas nos governos da República Velha, e agrava-se após o movimento de 1930 e os eventos que se seguem.

Para Rolim (1980), o bloco no poder não é perpassado por uma “ideologia comum”, mas por diversas, a burguesia industrial pela tendência liberal, o operariado pelo anarquismo e por inclinações marxistas. O pensamento religioso da Igreja Católica, autoritário e preso ao universo culturalista autônomo, não tem condições de atingir as camadas populares, que é concreta e misturada com a vida cotidiana, com a cultura popular (ROLIM, 1980, p. 24).

Mais próximo das camadas populares, a implantação de um “projeto de evangelização”²⁴ no seio pentecostal deu origem a um processo de organização de igrejas que se denominavam AD na região sudeste do Brasil²⁵. Essa organização se materializa, no estado do Espírito Santo, na forma da Convenção das Assembleias de Deus do Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO) fundada em 18 de outubro de 1959. O que permitiu a organização e proximidade institucional entre as diversas agremiações que se intitulavam “Assembleia de Deus” em solo capixaba e em todo campo de ação religiosa que o cercava.

A população do Espírito Santo nessa conjuntura é majoritariamente de origem rural. Zorzal e Silva (1995), demonstra que o estado assemelha-se mais ao conjunto do Brasil do que às referentes à região sudeste. No censo de 1950 é igual à rural (47,5%). Passa e refletir uma “tendência evolutiva no sentido de uma inversão” que só ocorre no censo de 1980, “quando a população rural passa a significar 36% do total, enquanto que para o conjunto do Brasil, tal inversão se concretiza no censo de 1970” (ZORZAL E SILVA, 1995, p. 179).

Segundo Zorzal e Silva (1995), durante a vigência do regime democrático (1945-1964), destaca-se a importância relativa de partidos no cenário político capixaba em termos de capacidade de alteração do equilíbrio da correlação de forças do bloco regional de poder.

As forças políticas estão agregadas pelos partidos e pelo seu tamanho relativo, permeando os mais influentes, como o Partido Social Democrata (PSD) a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Social Progressista (PSP). Não há representantes pentecostais de significativa relevância nesse momento histórico. Claramente, o pentecostalismo fica à margem dos complexos ideológico-políticos por sua própria natureza nesse momento.

²⁴ “Projeto de evangelização” é um termo utilizado por Emilio Conde (1960), autor da primeira historiografia oficial da AD no Brasil para referir-se ao processo de expansão proselitista pelo qual passava o pentecostalismo assembleiano brasileiro no momento. Esse “projeto” foi causa da expansão da AD em todo território nacional (CONDE, 2000).

²⁵ Destaco aqui os estados do sudeste (ES, MG, RJ, SP), mas semelhante processo ocorreu, também, na região norte e nordeste com vigor e até mesmo fora das fronteiras nacionais.

De outro lado, a ideologia religiosa combatia o liberalismo como a fonte da crise social e associação com o comunismo russo. As classes médias urbanas aproximavam-se das manifestações da ideologia liberal contra o autoritarismo do Estado oligárquico, a exemplo dos integrantes do movimento tenentista, mas também apresentava elementos de uma ideologia conservadora e tendente ao moralismo. Nesse contexto, o pentecostalismo assembleiano encontrava-se presente em 1940 em todos os estados e territórios nacionais. Em 1920 somavam aproximadamente 50 igrejas. São 912 em 1940 e 4500 igrejas vinte anos depois (ROLIM, 1980, p. 26).

Com o crescimento das periferias dos grandes centros se intensificando a partir da década de 1940, também começaram a se expandir os centros de umbanda, que funcionam de modo livre ao mesmo tempo em que o pentecostalismo, que tendeu a “demonizar” as religiões e práticas afrodescendentes, se estendia a todo o território nacional.

A fase que se inicia a partir de 1945 irá considerar as camadas populares urbanas como elemento social significativo na política populista. As mudanças econômicas e sociais que se operaram no centro-sul não atingem o Espírito Santo até o final dos anos 1950 que, inserido na região sudeste e articulado com o bloco cafeeiro, “continuava com relações de produção de predomínio familiar, desenvolvidas em pequenas propriedades” (SIQUEIRA, 2001, p. 39).

Durante os anos 1950, no governo Carlos Lindenberg (1947-1951), montou-se uma infraestrutura básica, com ampliação de estradas e construção de pontes, visando escoamento da produção agrícola (café), de energia, melhorias no porto, escolas rurais e houve redução de gastos públicos com regulamentação de impostos sobre produção e comércio.

Também, no início dessa década, o governo Jones dos Santos Neves (1951-1952) estabelece planejamentos para a administração pública: o “Plano de Valorização Econômica do Estado” (SIQUEIRA, 2001, p. 41). Sua política de modernização permitiu práticas políticas populistas a partir da segunda metade da década de 1950,

por exemplo, o *agropopulismo* de “Chiquinho” (Francisco Lacerda de Aguiar (PSD) - 1955-1958).

Durante a segunda metade dos anos 1950, a queda dos preços do café desestruturaram a base econômica. Inicia-se o ciclo de expansão industrial. O Plano de Metas incentiva, no Estado, a indústria siderúrgica e de cimento. As deficiências estruturais (infraestrutura, estrutura produtiva, concorrência com polos desenvolvidos e falta de incentivos) eram grandes obstáculos que se modificam no contexto, principalmente a partir de 1968, com a consolidação dos grandes projetos industriais (SIQUEIRA, 2001, p. 43).

Novos sacerdotes e a experiência das CEB's²⁶ reivindicam como componente do pensamento religioso suas condições concretas de vida (ROLIM, 1980, p. 17-19).

Uma visão mais “progressista” parece ocupar algum espaço no fenômeno religioso pentecostal assembleiano. Como parte de uma ressignificação simbólica do rito, das crenças e práticas anteriores. Nos templos, permite-se falar, pregar, orar com suas próprias palavras e seus gestos. Há diluição da distinção entre os que “sabem” e os que “não sabem”. Certa distância entre “ignorância religiosa” e “saber doutrinário” é superado pela crença no “poder do Espírito Santo” (ROLIM, 1980, p. 31).

Desenvolve-se um movimento de “crentes” católicos de baixa renda para as igrejas pentecostais, fato que será uma constante ao longo dos anos (IBGE, 2000; 2010) até a apropriação por parte da igreja católica de elementos saídos do carismatismo para conquista de novos adeptos atualmente.

2.4. O CRESCIMENTO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NA CIDADE DE VITÓRIA

Em Vitória, capital do Espírito Santo, o primeiro “templo”²⁷ é fundado no dia 21 de abril de 1960, no bairro Ilha de Santa Maria, denominado ministério de

²⁶ Para explorar esse assunto, dentre outros autores, ver: BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

“Jucutuquara”, assim chamado pelo fato de se localizar na extensão da Fazenda Jucutuquara. Esta ocupava, durante o período colonial, a área compreendida pelos bairros Ilha de Santa Maria, Jucutuquara, Romão, Cruzamento, Bairro de Lourdes, Ilha de Monte Belo, entre outros. O local era identificado com este nome na época da sua fundação nos anos 1960.

O templo foi fundado sob a direção do pastor Hermenegildo Bispo Carneiro nos primeiros anos da década, durante a segunda onda pentecostal no Brasil. Período de institucionalização da denominação no estado do Espírito Santo. O fundador do primeiro templo chega a Vitória vindo do nordeste. O “pastor Hermenegildo”, nasceu em Riachão do Jacuípe, em Feira de Santana, na Bahia, onde se converteu e iniciou suas atividades como “ministro do senhor”. O nordeste brasileiro é um ponto de difusão do pentecostalismo assembleiano neste momento.

Sua chegada ao Espírito Santo remonta um momento de expansão da AD e do movimento pentecostal em direção ao centro-sul, que sofre mudanças no quadro econômico-social com o crescimento urbano-industrial (SIQUEIRA, 2001) e tem a primazia nas decisões políticas, concentrando maior parte da população com poder aquisitivo, dentro do contexto dos grandes projetos industriais.

A fundação do templo do Ministério Ilha de Santa Maria, na década de 1960, acompanha a segunda onda pentecostal no Brasil. Período de expansão numérica e geográfica, no qual se deu a consolidação e institucionalização dessa igreja em solo capixaba.

Desde 1930 a AD no Brasil passou a ter autonomia interna, sendo administrada pelos pastores residentes no Brasil e lideranças suecas. Essa relação e construção de um *ethos* assembleiano “clássico” foi nomeado por Freston (1994) de “*ethos sueco-nordestino*” para caracterização do conjunto de ideias e valores que identificavam a instituição nesse momento histórico. A partir da década de 1930 e

²⁷ Havia, desenvolvendo-se paralelamente a esta comunidade, “congregações” de “irmãos” que se reuniam de forma embrionária como na região de Maruípe, Santo Antônio, entre outros locais da cidade de Vitória e região metropolitana da Grande Vitória como citado anteriormente.

1940, a AD passou a alinhar-se mais com as “*Assemblies of God*”, dos Estados Unidos (ALENCAR, 2010).

As ADs organizam-se estruturalmente em forma de árvore. Nesse modelo, o “ministério” se constitui por uma “igreja sede” com filiais, que são “congregações”, “pontos de pregação” ou de missões e evangelismo. Tal sistema de administração mistura o sistema episcopal e o sistema congregacional. Alencar (2010) sugere hipóteses para a emergência de ministérios. Pondera que,

O discurso oficial e oficioso, de a igreja ser contra a organização (Conde, 1960), combina com a mentalidade latina personalística do caudilhismo (D’Epinay, 1970), com nuances de messianismo popular e coronelismo nordestino. Em resumo, o sistema de ministérios deu-se devido: 1) *À síndrome de movimento*: por não aceitar ser uma denominação que se autointitulava movimento, mas era contra todo e qualquer tipo de organização; 2) *À ausência de uma liderança burocrática e personalismo carismático dos líderes em disputa*: o grande líder original era Gunnar Vingren, mas morreu cedo. Não deixou a igreja administrativamente organizada nem um substituto que tivesse carisma; 3) *Ao crescimento das igrejas nos grandes centros*: longe da perseguição e do trabalho mais duro, estas igrejas “enriqueceram” mais que as outras; fortes e importantes, não admitiam viver a reboque, financeira e administrativamente, de outra; 4) *As rivalidades dos líderes*: pastor de uma igreja que cresce numericamente, constrói templo e aumenta, assim, o seu patrimônio, e mantém numeroso grupo de “discípulos/obreiros” ao seu redor. Por que ele haveria de se submeter a outro? 5) *Ao fato de que Ministérios são grandes feudos*: onde cada chefe estabelece seu estilo, modelo de liderança, sua “doutrina” [...], suas idiosincrasias (em Madureira (RJ), por exemplo, nos anos 1930 e 1940 era “pecado” um obreiro não usar chapéu, porque o pr. Macalão impunha isso)” (ALENCAR, 2010, p. 131-132).

As disputas internas parecem confirmar algumas dessas hipóteses para o surgimento de ministérios motivados, majoritariamente, por tentativa de centralização econômica e monopólio do poder por parte de lideranças.

Internamente, os sistemas simbólicos se referem, também, à hierarquia das funções porque sua importância e seu valor se ligam à sua responsabilidade divina diante do corpo doutrinário pentecostal. Do rito. Da escolha da vida asceta e apelo moral como representação desse universo simbólico que envolve o complexo quadro de relações de poder, no qual se estrutura a denominação AD.

Nesse sistema, todos os assuntos são tratados primeiro, pelo ministério, com forte influência da liderança pastoral, e depois são levados à assembleia para serem votados em conjunto.

Os cultos se caracterizam pelo “fervor pentecostal”, com louvores, manifestações da *glossolalia*, orações e leitura da Bíblia. A estrutura do culto é apresentada da seguinte maneira: oração; cântico; leitura da Bíblia; cânticos ou testemunhos; pregação principal e apelo para os não-crentes “aceitem a Jesus”; cânticos; oração final e bênção apostólica.

Em entrevista, o pastor-fundador do Ministério da Ilha de Santa Maria, em Vitória, que conta já seus 87 anos de idade e mais de cinquenta anos na instituição, expõe a lógica da organização da instituição, apesar de alguns dados questionados serem ofuscados pela memória do entrevistado.

Os pastores da AD são ligados a convenções estaduais que, por sua vez, vinculadas a uma convenção geral. De acordo com o processo de decisão e eleição, durante o período de expansão e constituição do corpo eclesiástico da denominação, o seguinte procedimento é adotado:

A consagração de obreiros, por exemplo, para dar continuação a obra, com certeza, era... [...] a gente fazia na convenção, por exemplo, na convenção tinha um pastor, ou candidato a pastor... levava... preparava a documentação direitinho, quem é ele... né... e... quem tinha por exemplo, dois candidatos, três candidatos à pastor, ou evangelista que... separava pastor e separava evangelista, isto na convenção. Dificilmente se separa um pastor ou evangelista na igreja, porque ele é ligado à convenção e tem que ser separado numa reunião convencional. No caso, estavam ali reunidos cem pastores né... duzentos pastores... e ali se levava aqueles candidatos para que fosse aprovado por aqueles pastores quem seria o separado para o ministério de pastor ou o ministério de evangelista” (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo B. Carneiro).

O mesmo procedimento é adotado em anos nos quais ocorrem disputas eleitorais, em relação aos candidatos que irão se lançar na corrida eleitoral. Decisão que passa pelo crivo das convenções por meio de uma Comissão Política. Os quadros da AD têm maior liberdade estadual pela autonomia das convenções estaduais (por exemplo, a CADEESO). Também, por se caracterizar como um centro de poder fraco (como o representado pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no

Brasil (CGADB)²⁸, maior convenção nacional), diferentemente das práticas da IURD, mais centralizado e hierarquicamente rígido (BAPTISTA, 2009).

Um dos eixos de maior importância no âmbito das organizações assembleianas é a CGADB, maior e mais tradicional dentre as convenções gerais. Tem sua sede no estado do Rio de Janeiro, é identificada majoritariamente como eixo central e tronco da denominação no Brasil, presidida, hoje, pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa²⁹, que esta à frente da CGADB desde 1988. Assumiu após a morte do pastor Alcebíades Pereira de Vasconcelos (1987-88), os quase 20 eleitos anteriormente ficaram no cargo cerca de três anos.

A igreja desenvolveu-se de forma dialética no espaço e no tempo transformando suas características. A visão de lideranças em relação às interações sociais mudou Segundo relato do pastor Hermenegildo:

Em relação àquele tempo, a AD por exemplo que é... a que nós estamos falando, ela sofreu realmente um impacto muito grande porque naquele tempo, embora éramos poucos obreiros mas muitos deles tinham, [...] a mente... um tanto fechada né... não tinham um visão do futuro, pensavam que a obra era só aquilo ali e não ia crescer, mas com a continuação, com o desenvolvimento e... a evolução, aí começou, assim, novos obreiros e... orientando os demais que iam chegando para que eles entendessem que a AD tem que passar por uma certa evolução, um certo crescimento, e por misericórdia de Deus a AD tem se posicionado aqui no Brasil, e que tem sido, com certeza, uma bênção, porque tem sido reconhecida até pelo governo federal, que... hoje, o governo federal quando vai fazer as reuniões, ele já convida o presidente da convenção geral para também participar daquela reunião” (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo B. Carneiro).

As relações institucionais com o Estado são mais comuns atualmente. O desenvolvimento de práticas que permitem com que se eleja um líder para o

²⁸ A CGADB reúne cerca de 50 Convenções Estaduais pelas regiões do país concentrando-se no Sudeste e também a Convenção Fraternal dos Ministros das Assembleias de Deus Brasileiras nos EUA (CONFRADEB) e a Convenção de Ministros de Língua Portuguesa no Japão (COMADEJA).

²⁹ Há 22 anos no comando e reeleito pela décima vez, agora para um mandato de quatro anos, foi eleito pela primeira vez em 1990 e reeleito em 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2011 e 2013 com 54% dos votos contra 46%, em uma votação acirrada e polêmica. Este pastor desligou da Igreja o irmão de seu oponente (Samuel Câmara que requereu uma liminar na justiça que determinava a abertura de dados relativos às inscrições dos 24 mil pastores que votaram na eleição) o pastor e Deputado Federal Silas Câmara, por quebra de decoro durante a votação. O seu filho, o pastor Paulo Freire, é Deputado Federal pelo PR-SP, eleito com 162 mil votos. (CAVALLERA, R. CGADB expulsa pastor Silas Câmara, que classifica a atitude como “perseguição” e “rito sumário” como nas piores ditaduras. **Gnoticias**. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/cgadb-expulsa-pastor-samuel-camara-ditaduras-54355.html>>; Acesso em: 11 de jun. 2013).

conjunto do sistema político ou com participação em alguma função no Estado é fato. A estrutura de poder do estado já conta com personagens saídos de núcleos evangélicos pentecostais.

Existem vários ministérios espalhados pelo Brasil e pelo mundo que compõem o conjunto das denominações que se intitulam AD. Este conjunto proporciona certa possibilidade de sucesso eleitoral e instrumentos de organização política e pressão por meio do voto. Igualmente, registra-se grande quantidade de ministérios independentes das ADs em todas as regiões brasileiras, sem vínculos com tais convenções ou outras.

No Espírito Santo, a maior expressão é proveniente da Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO)³⁰. Sua fundação remete à figura do pastor Waldomiro Martins Ferreira (1916-1975). A partir de um projeto de evangelização surgiu a organização das igrejas que se efetuou com o nome CADEESO para administração dessas igrejas, sob sua liderança (CONDE, 2000).

A existência do pastor Waldomiro Martins Ferreira, que foi presidente da CADEESO durante anos (1959 e 1970), aponta para o centro das relações que se estabeleciam com as igrejas, consideradas congregações e pontos de pregação ligadas a esta.

Vila Velha é o município que vai abrigar a sede estadual da AD, no bairro Aribiri, sob a direção deste pastor citado. O seu filho, o pastor Levi Aguiar de Jesus Ferreira, viria a se tornar o pastor-presidente do “Ministério Ibes” (1970), uma das igrejas que se tornam “independentes” posteriormente, como ocorreu com outras igrejas.

À medida que crescia o corpo de membros³¹ da instituição a “consagração” (eleição) de novos líderes se realiza verticalmente a partir da institucionalização de uma rede

³⁰ Presidida atualmente pelo pastor Oscar Domingos de Moura, que também foi vice-presidente da CGADB até abril de 2013 e faz parte do conselho vitalício da CPAD. Este pastor assumiu o primeiro mandato na presidência da CADEESO em 2003-2004. Reelegeu-se para mais um mandato de dois anos recentemente, em 2012, permanecendo na liderança após a saída do pastor Marinelshington da Silva, que exerceu mandato entre 1998-2003, foi membro do Conselho Político da CGADB e é presidente do Ministério Praia da Costa.

³¹ Um dos instrumentos para a evangelização de massa se materializa na forma do primeiro programa de rádio chamado “A Voz Pentecostal”, transmitido pela Rádio Espírito Santo nos anos 1970 e inaugurado pelo pastor Levi Aguiar de Jesus Ferreira, pastor-presidente do “Ministério Ibes”, conjunto

hierarquizada de funções que compreende os membros, colaboradores, diáconos, presbíteros, evangelistas, pastores auxiliares, pastor-presidente.

Desse modo, constitui-se o aparelho institucional da AD no Espírito Santo. Tal conjuntura é paralela ao processo de desenvolvimento do núcleo urbano da cidade de Vitória, que passa por avanços mais significativos após os anos 1960. Época em que os grandes projetos industriais são efetivamente implantados, atraindo migrantes.

De acordo com a estrutura organizacional da AD, como os ministros ligam-se às igrejas por meio das convenções (ALMEIDA (dir), 1982), ao inserir-se entre os membros da denominação no Aribiri, o ministro consagrado é direcionado após um período para a direção do aparelho institucional em igrejas periféricas, chamadas de “congregações”, ligadas a uma sede.

Consolida-se a presença da denominação com a conquista de novos membros e institucionalização resultante do seu proselitismo, avanço numérico e expressão social. A fundação do primeiro templo se deu a partir da formação de reuniões onde “congregavam” os primeiros integrantes no bairro Ilha de Santa Maria, nos anos 1960, após o pastor Hermenegildo ser empossado como “dirigente” de um grupo de crentes que se reuniam nesse local, chamado por antigos moradores e fiéis de Jucutuquara:

[...] quando nós recebemos a igreja ali foi... em 60 que nós assumimos ali o trabalho por misericórdia de Deus...” É... quando nós recebemos ali o trabalho... no barracãozinho ali.. no pé da rua... [...] no pé da Manoel Mindela, recebi o trabalho ali com três viúvas. Dessas três viúvas ainda vive uma que Deus tem deixado como reserva, que é a irmã Zilda Serafim, deve estar com 86, 87 anos de idade né... ainda está lúcida e [...] não vai à igreja porque já está meia cansadinha, mas ainda está lúcida... ainda lembra do começo, quando nós recebemos a igreja lá [...]” (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

Localizava-se próximo à “Fábrica de Vassouras Santa Maria” que ocupou lugar na expansão da geografia econômica da cidade em direção às metas do “Plano Novo Arrabaldes”. Tal plano foi elaborado no final do século passado pelo engenheiro

de igrejas na Grande Vitória ligadas à sede no bairro Ibes sob a liderança deste pastor, que no mês de setembro do corrente ano saiu da CADEESO e se ligou à CEADER.

Saturnino de Brito e visava desafogar a pressão exercida pelo crescimento populacional de Vitória através de aterros de áreas baixas (VENTORIM & PROTTI, 1993, p. 9).

FIGURA 1
PASTOR E MEMBROS DO PRIMEIRO TEMPLO DA AD EM VITÓRIA



FONTE: Acervo pessoal. (Anos 1970).

Na figura acima, o pastor Hermenegildo é o quarto da direita para a esquerda com o paletó no braço, ao lado do colaborador (hoje pastor) Eliezer dos Santos Filho e do colaborador (hoje, também pastor) Samuel Neves, à direita do pastor-fundador³². O registro oral da história da constituição da AD na Ilha de Santa Maria, em Vitória³³, relata a identificação do local no qual se construiria o “primeiro templo” de forma “divina”:

³² O pastor Eliezer foi candidato a vereador no pleito de 2000 pelo município de Vitória na coligação PMDB/PMN/PGT, porém, não obteve sucesso nas urnas. O pastor Samuel Neves foi candidato a vereador pelo PPB/PST, sem vitória eleitoral neste mesmo pleito. Também já disputou vaga no legislativo estadual. BRASIL. TRE-ES. Eleições anteriores. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes-a-2006>>; Acesso em: 15 de jun. 2013.

³³ Esta igreja recentemente se desligou da CADEESO e se ligou à Convenção Evangélica das Assembleias de Deus do Estado do Rio de Janeiro e Outros (CEADER), esta convenção foi fundada em 1962 por pastores da AD do Rio de Janeiro, é dirigida pelo pastor Alberto Serafim de Souza e exerce práticas menos centralizadoras que a primeira, segundo informação coletada. A AD da Ilha de Santa Maria é administrada pelo pastor Enock Carneiro, filho do pastor-fundador, atualmente jubilado.

[...] a congregação era ali na rua [...] onde passa o ônibus agora... É na Manoel Mindela [...] ali no pé daquele morro. Ali tinha um barracãozinho de madeira que... eu passei a dirigir aquele barracãozinho... [...] e dali por misericórdia de Deus, um dia orando, Jesus me mostrou... não mostrou o local, mas mostrou que o terreno estava naquela direção. E eu chamei os irmãos depois da oração... chamei os irmãos e falei: ó irmãos, Deus me mostrou que nós temos o terreno da igreja nesta direção. Ele não me mostrou onde é que é, mas é nesta direção. E ali marquei com um irmão, convidei dois irmãos e no dia seguinte nós íamos à procura do terreno. E realmente, saímos no dia seguinte a procura do terreno e encontramos esse terreno onde estamos agora [...] que ali, mais tarde, construímos um barracão de madeira [...] tomamos um terreno emprestado [...] que lá construímos um barracão, voltamos para o terreno e construímos aquele prédio que está ali hoje por misericórdia de Deus... né... [...] e... mais aquele terreno compramos os fundos [...] por misericórdia, [...] Deus tem abençoado grandemente aquela obra né... tenho feito tudo para a honra e glória do nome do Senhor Jesus e pelo nome da Igreja (Entrevista 1. Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

A constituição do primeiro templo é marcada por um relato mítico, como diversos outros foram. A estrutura estadual de relações de poder dentro da instituição que se forma regerá todo o processo decisório por meio da Convenção estadual, incluindo a organização do aparelho eclesiástico que centraliza as ações no nível de sua organização política interna e externamente.

Ordena-se a composição de novos quadros de hierarquização junto ao crescimento do número de membros da denominação e, conseqüentemente, do corpo institucional que controla a gestão das organizações centrais ou periféricas como congregações ou pontos de pregação. Porém, cada organização tem relativa autonomia para ações de rito e expansão.

Tais eventos acompanham o processo de difusão do fenômeno de forma mais geral, por meio, por exemplo, dos canais de mídia como estratégia, à medida que estes se tornam mais acessíveis a partir dos anos 1960, como o caso do rádio e, mais recentemente, da televisão e da internet, além de um processo crescente de especialização dos obreiros por meio da instrução e formação³⁴.

³⁴ O rádio foi um instrumento utilizado para difusão do “avivamento pentecostal” durante o período de maior crescimento do fenômeno, porém, era visto inicialmente como uma coisa “impura”, com um “instrumento do demônio” pela tradição pentecostal assembleiana, assim como foi a TV. No entanto, essa lógica tem se modificado e os canais de comunicação tem sido objetivados como política de expansão. O jornal *Mensageiro da Paz* de outubro de 1987 noticiava que “No ano de 1934, a cidade de Lorena recebia os primeiros crentes pentecostais e em julho de 1937, a Assembleia de Deus

A organização formal da estrutura de relações de poder dentro do pentecostalismo capixaba representado pela AD distancia-se, num primeiro momento, do poder público. Segundo as palavras do pastor Hermenegildo:

Naquele tempo, a gente tinha na igreja... as pessoas [...] se aderiam ao evangelho [...] a fé pentecostal, eram pessoas mais simples, mais humildes [...] Poucas igrejas tinham assim alguém que fosse empregado federal né. Eram sempre pessoas de renda baixa, média, pessoas simples... só que o coração era voltado para a obra e para o evangelismo né. As pessoas precisavam de salvação (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

Ao longo do tempo, personagens que ocupam posições na administração da hierarquia funcional surgem na cena política, econômica e social.

O modo de vida asceta e que rejeita os valores do mundo, pregado num primeiro momento pela denominação, refere-se ao controle que a concepção do pentecostalismo exerce sobre a representação social, como o caso da utilização de mídias na conjuntura dos anos 1960, em função de certa preocupação com as mudanças que ocorrem no seio da cultura brasileira:

Com certeza, a gente tinha uma certa preocupação e... inclusive naquele tempo existiam as pessoas que não aceitavam assistir-se programas de televisão achavam que era... [...] quando começou a surgir a televisão, era o demônio, [...] se alguém tivesse vendo um programa de televisão, achavam que era o demônio. Depois as pessoas foram entendendo que era um meio de comunicação o rádio e a televisão, é... é um meio de comunicação muito importante... então, hoje, todas... quase todas as igrejas têm programa de televisão (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

Os instrumentos de controle que norteiam o comportamento social também estavam presentes na forma de agir com a adoção de roupas que desviavam dos padrões de “vulgaridade” e expressavam certo grau de “moralidade”. A efervescência da crença

naquela cidade foi registrada oficialmente”, ressalta que “A igreja conta com nove templos, departamento de assistência social, Abrigo Asilo da Paz, dois programas radiofônicos e uma Escola e Faculdade de Teologia. [...] Foram inaugurados também a Escola Teológica Pastor Cícero Canuto de Lima e a Faculdade de Educação Teológica de Lorena, com cursos em regime especial seriado por correspondência e cursos de aperfeiçoamento universitário, com 20 professores, 250 alunos e extensões em presidente prudente, SP, e Resende, RJ.” (TOLEDO, AD de Lorena Comemora Jubileu de Ouro. **Mensageiro da Paz**, 1987, p. 5). A igreja onde nasceu a AD em Belém já comemora a aquisição de canal de televisão que se espalha por mais de 70 municípios e a audiência da Rádio Boas Novas: DIÁRIO DO PARÁ. Igreja Assembleia de Deus prepara seu centenário. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-113515-ASSEMBLEIA+DE+DEUS+PREPARA+SEU+CENTENARIO.html>>; Acesso em: 06 de ago. 2012.

na segunda vinda de Cristo à Terra, também contribuía para a consolidação de um discurso que desprezava os valores do “mundo”³⁵. Afirmava-se ininterruptamente que “Jesus está voltando” e que era preciso “ganhar almas para Cristo”.

Com certeza. Naquele tempo nós tínhamos, [...] nós tivemos aqui pessoas que foram depostas do emprego, foram dispensadas do emprego porque foi falar de Jesus para o patrão, e o patrão não entendia e... demitiu-se a pessoa porque achava que... a pessoa estava se adiantando em pregar o evangelho para o patrão. Hoje [...] a gente tem liberdade de dialogar com o patrão, com o empregado [...] falar de Jesus para as pessoas [...] naquele tempo era difícil, não entendiam, era fechado o ambiente (Entrevista 1 Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro).

Quanto ao questionamento sobre a crença na “segunda vinda de Cristo” na conjuntura, observa-se que se destaca o discurso escatológico. Talvez, em função das mudanças pelas quais passa o país, além de fatores de ordem mundial. Por exemplo, a repressão sob o regime militar e o clima de “guerra fria”. O pentecostalismo atinge um número de adeptos que nutriam as esperanças de que o discurso pentecostal refletia a figura de um paraíso divino e recompensa “pós-morte” pelo sacrifício de representar um estrato social de menor escalão.

Conforme Mariano (2010, p. 205), a AD embora esteja aos poucos acompanhando as transformações da sociedade e do movimento pentecostal, ainda consta entre as igrejas que imprimem resistência às mudanças nos usos e costumes rígidos defendidos, ainda, por algumas ADs. Segundo o autor, sua “acomodação” ao “mundo” tem sido lenta, prejudicando seu crescimento nos últimos anos. Porém, os dados sobre esta denominação ao longo dos anos têm demonstrado uma alteração em tais práticas.

³⁵ O jornal *Mensageiro da Paz* de fevereiro de 1982, registra que estaríamos na “plenitude dos tempos”. Que para Jesus “ser enviado como messias prometido” foi necessário chegar à plenitude dos tempos (p. 6). Em outra parte, ressalta-se que: “Inegavelmente, possui o homem acentuada tendência para o amor à beleza e glória da vida. Conhecedor dessa faceta psicológica do caráter do homem, Satanás tentou a Jesus no deserto, oferecendo-lhe “todos os reinos do mundo e a glória deles”, mediante a simples curvatura do Mestre a ele. Jesus [...] não se deixou iludir ante a proposta tentadora do inimigo. Terá já acontecido o mesmo conosco? Algumas vezes não temos sido levados a trocar por algo efêmero nossa reverência, unicamente devida a Deus? Só o Espírito Santo de Cristo nos poderá induzir a uma rejeição absoluta da oferta de Satanás, pois, em verdade, grande é a nossa inclinação para o mal. Neste mundo, tudo termina na suntuosa Babilônia, com seu inimitável fausto, com seus jardins suspensos, suas potentíssimas muralhas, onde está? Quão deficientes são as grandezas humanas! [...] O tempo está cumprido! Cristo está para vir. Se o leitor quiser participar do encontro com o Senhor, então decida-se a buscar hoje o seu reino.” (GOMES, Francisco de Assis. O reino de Deus em primeiro lugar. **Mensageiro da Paz**, Fevereiro de 1982, p. 24).

Muitos membros ocupam cargos no aparelho do Estado. Vários membros pertencem atualmente a quadros do aparelho estatal, comerciantes ou empresários de classe média. Majoritariamente, possuem níveis de renda acima da massa da denominação, corroborando com a ideia de que ocorreu certo “aburguesamento” do fenômeno religioso pentecostal assembleiano (FREESTON, 1993; CAMPOS, 1999; MARIANO, 2010; ALENCAR, 2013).

Segundo Alencar (2013), houve uma sensível alteração em algumas dessas práticas com o avanço em direção a um processo de aburguesamento sofrido pela AD num processo de rotinização do carisma e institucionalização da denominação no universo religioso pentecostal brasileiro nos últimos anos. A associação com a lógica do capital gerando uma rede que perpassa os canais públicos de poder no Estado fornece força e participação política às instituições devido ao alto potencial de decisão eleitoral por meio dos níveis de interação entre estes atores sociais.

A mudança no imaginário simbólico afirma a escolha divina dos líderes e reforça a ideia de representatividade e participação na estrutura de relações de poder sob o carisma dos líderes da AD. Esse carisma reforça uma dominação legitimada pelo apelo à divindade. É dessa autoridade divina que emana todo poder incontestável ao qual o crente deve obedecer. Existem os profetas que reagem e os que defendem esse poder e que também se apresentam como profetas em nome da divindade. Com esse poder, muitos líderes se projetam na vida pública e na corrida eleitoral.

O pentecostalismo assembleiano capixaba oferece interessante perspectiva para análise de sua representação na arena política a partir de sua organização interna. Da forma como se estruturou e constituiu-se o corpo institucional que orienta as ações da denominação no Brasil e no estado do Espírito Santo. Fato que reflete na projeção de candidatos oriundos da denominação para ocuparem cargos públicos, como no caso do poder legislativo, traduzindo demandas institucionais e interesses coletivos no plano político.

CAPÍTULO III

3 PENTECOSTAIS NA POLÍTICA CAPIXABA: CANDIDATOS ASSEMBLEIANOS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS (2002, 2006, 2010)

Como temos visto, o pentecostalismo ganhou importante espaço no que se refere à religião. Sem dúvida, o crescimento pentecostal nos últimos anos tem proporcionado a esse segmento religioso uma expressiva presença no cenário nacional. Isso, tanto por sua capacidade de articulação com outros segmentos, quanto por sua incursão na esfera política com a projeção de candidatos oriundos dos círculos internos, como o caso das ADs brasileiras.

Existem estudos que procuram discutir a AD em outros estados, além do estado de origem, no Pará (ALENCAR, 2010, 2013), como fazem Freston (1993), Mariano (2010), Machado (2006), no Rio de Janeiro e São Paulo; Lopes (2008), que apresenta a estrutura da AD de Canoas (RS); Borges Junior (2010), que discute a participação política da AD no Maranhão, dentre outros. Este trabalho pauta-se na observação da organização política da AD no Espírito Santo, seu crescimento e projeção de representantes assembleianos para a arena política estadual na 15^a, 16^a e 17^a legislatura.

Os primeiros políticos evangélicos, conforme Campos (2002), apareceram na república velha em algumas cidades e Estados da federação, compondo em sua maioria, a segunda geração de evangélicos, de famílias de grandes sitiantes e fazendeiros. Muitos deles, eleitos por causa do capital econômico ou simbólico acumulado por suas famílias ou por eles mesmos. Contudo, só mais tardiamente se afirma a ideia do “político de Cristo”, aquele que é “escolhido” para a disputa eleitoral (CAMPOS, 2002, p. 8). Segundo o autor:

[...] os primeiros evangélicos eleitos para cargos representativos e executivos surgem apenas nos anos 30, um período de mudanças revolucionárias na política brasileira que marcou a ascensão da classe operária e da classe média urbana. Dessa crise do projeto das elites de se construir um estado republicano fundado nos grandes proprietários de terra e do aparecimento de alternativas fascistas e comunistas, levou os evangélicos a se movimentarem, especialmente com vistas às eleições para a Constituinte de 1934, quando se elegeu em São Paulo, o pastor metodista

Guaracy Silveira, deputado federal, iniciando-se, assim, uma fase de participação mais organizada dos protestantes brasileiros em âmbito municipal, estadual e federal (CAMPOS, 2002, p. 3).

A abertura política ocorrida no Brasil a partir de 1979, das eleições de 1986, somando-se ao Congresso Constituinte em 1988, permite a entrada em cena de novos atores sociais e organizações na corrida eleitoral. Os grupos religiosos, especialmente os pentecostais, até então, não tinham expressão significativa na cena política (FRESTON, 1993).

A representação partidária pentecostal na política se inicia em 1962 com a Igreja Pentecostal O Brasil Para Cristo (BPC). Tal denominação consegue eleger o deputado federal Levy Tavares. Em 1966, foi reeleito juntamente com a eleição de Geraldino dos Santos para estadual (BAPTISTA, 2009, p. 151).

Na mudança da AD em 1986 teve repercussão o livro “Irmão vota em irmão”, escrito por um líder assembleiano e assessor do Senado, Josué Sylvestre. Sua retórica conduzia ao convencimento dos evangélicos para votarem em candidatos do meio evangélico segundo argumentos com base em textos bíblicos.

Bastaria o argumento do amor cristão para fazer com que os crentes votassem nos crentes. Porque quem ama, não quer ver seu irmão derrotado... Crente vota em crente, porque, do contrário, não tem condições de afirmar que é mesmo crente (SYLVESTRE, 1986, p. 53-54 *apud* FRESTON, 1993, p. 211).

Nas eleições de 1986 alcançam novo sucesso. A AD conseguiu eleger neste momento 14 deputados³⁶ para o Congresso incentivando o voto de cabresto e a centralização das escolhas do eleitorado assembleiano nas lideranças escolhidas a partir de prévias internas.

A partir de 1986, os pentecostais tomam a dianteira [do processo político] com grande número de candidatos oficiais, mormente da Assembleia de Deus. Há maior dispersão geográfica (a AD é nacional), maior tendência para partidos conservadores ou fisiológicos de uma origem social mais baixa. A classe política pentecostal é de apresentadores de mídia, familiares

³⁶ Antônio da Jesus (PMDB-GO), Benedita da Silva (PT-RJ), Costa Ferreira (PFL-MA), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Gidel Dantas (PMDB-CE), João de Deus (PDT-RS), José Fernandes (PDT-AM), José Viana (PMDB-RO) Manoel Moreira (PMDB-SP), Matheus Iense (PMDB-PR), Milton Barbosa (PMDB-BA), Orlando Pachêco (PFL-SC), Salatiel Carvalho (PFL-PE), Sotero Cunha (PDC-RJ) (PIERUCCI, 1989).

de pastores-presidentes e empresários; todos homologados pela cúpula. A política pentecostal busca profissionalizar seu campo religioso, proteger a reprodução sectária, fortalecer a capacidade de concorrência religiosa e conquistar espaços na religião civil. Sob a rubrica da “liberdade religiosa ameaçada” rejeita-se um *status* inferior na religião civil e buscam-se melhores condições de crescimento. Sob a rubrica da “família”, politizam-se questões sócio-morais como ato de defesa cultural. O necessário otimismo quanto à eficácia da ação resulta de características do sistema político que favorecem os grupos minoritários, e do cruzamento conjuntural da redemocratização com a “década perdida”. Ao mesmo tempo, a AD encontra-se num momento propício suficientemente burocratizada, mas ainda bastante totalitária na vida comunitária (FREESTON, 1993, p. 282).

Nessa lógica, a observação da organização política da AD e da construção da institucionalização, permite delinear a relevância de seu crescimento e como isso pode influenciar a representação dessa Igreja na esfera social, como, por exemplo, a escolha de lideranças políticas para cargos no legislativo.

Uma breve análise da organização do fenômeno religioso pentecostal assembleiano capixaba e sua incursão na esfera política contribui para este debate. Segue abaixo uma tentativa de esboço dessa representação em relação ao fenômeno religioso pentecostal capixaba.

3.1 A PRESENÇA E O CRESCIMENTO DA REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Neste momento, procura-se observar a presença de representantes evangélicos de origem pentecostal da AD. Para tanto, um breve panorama sobre os pentecostais, em geral, na cena política brasileira, é apresentado abaixo. Posteriormente, no cenário capixaba.

Durante as primeiras décadas da presença da AD no Brasil, os protestantes tinham primazia no processo político. Conforme Freston (1994 *apud* BAPTISTA, 2009) “os poucos protestantes que marcaram presença na política tiveram dificuldades em convencer os membros de suas igrejas acerca da importância de ocupar esse espaço público”. O autor observa que houve apenas um constituinte evangélico em 1933-34 e em 1946, o pastor metodista Guaracy Silveira (FREESTON, 1994, p. 24 *apud* BAPTISTA, 2009, p. 150).

Baptista (2009), afirma que muitos desses protestantes estavam na política tangidos por interesse de classe. Para Mendonça (1995 *apud* CAMPOS, 2002, p.1) muitos deles refletiam interesses dos proprietários de terras e das classes urbanas³⁷ vinculadas pelo republicanismo, maçonaria e ao anticlericalismo católico-romano (MENDONÇA, 1995 *apud* CAMPOS 2002). Observa-se que:

Entre os anos de 1946 e 1987, 50 evangélicos estiveram exercendo 108 mandatos no Congresso Nacional. Menos de 5% destes mandatos foram exercidos por pentecostais. Nos anos 1950, começa a participação pentecostal, através da Igreja Pentecostal O Brasil Para Cristo (BPC), cujo fundador e líder, Manoel de Mello, apoiou Adhemar de Barros como candidato a prefeito de São Paulo e ganhou um terreno, onde conseguiu construir um templo de alumínio, depois demolido por ordem do próprio Adhemar, já prefeito, que neste episódio, cedeu às pressões do clero paulistano (*Idem*: 30) (FREESTON, 1994, p. 24 *apud* BAPTISTA, 2009, p. 151).

Com certo insucesso relativo inicialmente, o pastor Manoel de Mello decide adotar outra estratégia de participação política investindo na eleição de parlamentares da sua confiança e submetidos ao seu controle.

Como o fenômeno era minoritário em uma sociedade tradicionalmente católica, isso os leva a assumir a “bandeira da liberdade de culto para todas as religiões e da separação entre Igreja e Estado” (*Idem*).

A presença dos deputados pentecostais se ressalta no parlamento federal e em alguns estaduais, especialmente a partir dos anos 1960. No ano de 1962, Mello lança e consegue eleger um deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), um ex-metodista chamado Levy Tavares, que em 1966 é reeleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Fato que se soma à vitória do deputado estadual Geraldino dos Santos pela mesma legenda. Estes são transferidos para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com o golpe militar.

³⁷ Para Mendonça (1995 *apud* CAMPOS, 2002, p.1) “nunca houve uma plena despreocupação política dos presbiterianos brasileiros do século XIX e quando havia esta refletia interesses dos proprietários de terras e das classes urbanas vinculadas pelo republicanismo, maçonaria e anti-clero católico. Alguns exemplos disso podem ser colhidos no mais antigo jornal evangélico brasileiro, *Imprensa Evangélica* (7/10/1871 e 3/10/1874). Por exemplo, no decorrer das lutas abolicionistas esse jornal chamou a atenção do governo imperial para as consequências que uma abolição rápida da escravidão negra traria para a economia brasileira, nessa mesma oportunidade defendeu o projeto de substituição da mão de obra negra pela do imigrante estrangeiro, que era desenvolvida pelo então.”

Nos anos que se seguiram, houve pouca participação política proveniente dos fenômenos religiosos de origem pentecostal durante a ditadura imposta pelos militares no período compreendido entre 1964 e 1984. Também, por sua natureza e características próprias da matriz pentecostal brasileira.

Destaca-se a presença do deputado da AD Antônio Teixeira³⁸, suplente em 1962 e eleito em 1966 para o legislativo paraense, além do vereador Sebastião Bronze. Em Minas Gerais a AD elege João Gomes Moreira. Pelo Maranhão Costa Ferreira, veterano com maior número de mandatos na Frente Parlamentar Evangélica atualmente.

TABELA 2
PARLAMENTARES FEDERAIS EVANGÉLICOS (TITULARES E SUPLENTES QUE ASSUMIRAM)
E MANDATOS EXERCIDOS, 1933-1992

Períodos	PARLAMENTARES			MANDATOS EXERCIDOS		
	Total	Históricos	Pentecostais	Total	Históricos	Pentecostais
1933-1987	50	47 (94%)	3 (6%)	109	104 (95%)	5 (5%)
1987-1992	49	22 (45%)	27 (55%)	67	29 (43%)	38 (57%)
1933-1992	88	60 (68%)	28 (32%)	176	133 (76%)	43 (24%)

*O total é de apenas 88 e não 99 (50+49), porque 11 parlamentares atuaram antes e depois de 1987, sendo nove protestantes históricos e dois pentecostais.

Fonte: FRESTON, 1994b *apud* BAPTISTA, 2009, p. 153.

A disputa eleitoral ocorrida no período de redemocratização, que segue ao final da ditadura militar, marca a criação de uma “bancada evangélica” para as eleições de 1986 a partir da compreensão da necessidade de participação na cena política por parte das igrejas (PIERUCCI, 1989).

Nos anos seguintes, a presença de políticos evangélicos e pentecostais no cenário nacional torna-se uma constante. A partir dos anos 1990, a hipótese de que ocorre

³⁸ A revista *A Seara* de 1978, no auge da ditadura militar, destaca em matéria a presença do Deputado Teixeira, que “A princípio, dedicou-se ao comércio e não esperava progredir na carreira política quando se candidatou pela primeira vez em 1962, elegendo-se suplente de deputado estadual. Eleito em 1966, sua carreira dentro do Poder Legislativo foi uma ascensão contínua, sem dificuldades: membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, Presidente da Comissão de Finanças, Primeiro Secretário da Mesa Diretora, primeiro Vice-presidente da Mesa-Diretora, Líder do Governo e da Arena e finalmente presidente da Casa.” Na opinião do deputado, isso era um desígnio de Deus (FONSECA, 1978, p. 22).

um crescimento da representação parlamentar evangélica pentecostal em paralelo ao seu crescimento numérico parece que tende a ser afirmada no plano nacional, conforme se verifica no quadro 2.

QUADRO 2
CANDIDATOS EVANGÉLICOS NO CENÁRIO NACIONAL

LEGISLATURA	DEPUTADOS FEDERAIS
1983-1986*	12
1987-1990*	32 – 18 pentecostais
1991-1994*	23
1995-1998*	32
1999-2002*	51
2003-2006**	59
2007-2010***	32
2011-2014***	71 – 44 pentecostais

Fonte: *FONSECA (2002), **ORO (2006), ***DIAP (2008, 2010) citado por NASCIMENTO, 2010. In: **Tempo e Presença Digital**. Koinonia. “Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?” Ano 5, nº 22-23^a. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=419&cod_boletim=23&tipo=Artigo>; Acesso em: 28 de nov. 2011.

Durante os anos seguintes, especialmente após a década de 1990, a AD lança vários representantes com capacidade de se eleger, seja pelos recursos institucionais oferecidos pela denominação, pelo capital familiar, econômico ou mesmo algum capital político acumulado internamente, na estrutura da denominação por meio da participação na hierarquia religiosa.

Este estudo busca, com isso, observar a representação parlamentar assembleiana nas eleições legislativas no estado do Espírito Santo de 2002, 2006 e 2010, porém, é importante destacar a projeção dos candidatos assembleianos na corrida eleitoral dentro de um recorte temporal, também no plano nacional, ressaltando a representação política da denominação AD, partindo de um plano geral para a especificidade do legislativo estadual capixaba.

O crescimento da representação parlamentar da AD é um fato que merece atenção. Seus representantes têm alcançado êxito significativo nas eleições com um percentual de vitórias relevante no conjunto da disputa eleitoral.

A bancada evangélica no Congresso Nacional possui mais de 70 deputados, dentre eles, os representantes capixabas Lauriete³⁹ (PSC) da AD, Sueli Vidigal (PDT) da Batista, Carlos Manato (PDT) da Maranata⁴⁰, além do senador Magno Malta⁴¹ (PR) da Batista.

A tabela 3 demonstra o crescimento da representatividade da denominação AD no congresso nacional entre os anos de 1987 e 2004.

TABELA 3
REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA DE DEUS E DA
IGREJA UNIVERSAL NO CONGRESSO NACIONAL (1987-2004)

DENOMINAÇÕES	QUANTIDADE DE PARLAMENTARES POR LEGISLATURA (*)				
	1987-90	1991-94	1995-98	1999-2002	2003-04(**)
Assembleia de Deus	13	13	10	12	22
Igreja Universal do Reino de Deus	1	3	6	16	18

Fonte: FONSECA, 2004, e Frente Parlamentar Evangélica (junho/2004) *apud* BAPTISTA, 2009, p. 21.

(*) Essas quantidades costumam variar em cada legislatura, porque ocorrem arranjos políticos, como, por exemplo, nomeação de parlamentar para algum ministério ou secretaria de governo. O suplente que assume dificilmente coincide de ser outro membro da igreja do titular.

(**) Quantidades de parlamentares observados até junho de 2004.

Representando forte concorrência, o crescimento percentual dos candidatos da IURD demonstra que, em números absolutos, o seu crescimento foi maior que o desempenho da AD durante o período compreendido entre 1987 e 2004. Ambas

³⁹ A aproximação entre a deputada Lauriete (PSC) e o senador Magno Malta (PR) foi objeto de acusações de nepotismo devido ao fato de um irmão da deputada ocupar um cargo no gabinete do senador. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/irmao-deputada-lauriete-trabalha-gabinete-senador-magno-malta-32313.html>>; Acesso em: 15/06/2014.

⁴⁰ Esta igreja foi objeto de defesa de vários deputados estaduais e federais em função das denúncias de desvio de dízimo e enriquecimento ilícito por parte de lideranças dessa igreja. Além disso, também há denúncias do MP de desvio de verbas públicas da Saúde por meio de emendas parlamentares para a Fundação Passos Barros que pertence à Igreja Maranata. Foram presos o pastor Gedelti Gueiros, Elson Pedro dos Reis o pastor Amadeu Loureiro e o advogado Carlos Itamar Coelho Pimenta. A igreja foi criada no estado há 45 anos e possui mais de cinco mil templos em todo o país (NOSSA, Leandro. Pastores da Maranata são presos no Espírito Santo. **G1**. 12 de mar. 2013. Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/03/pastores-da-igreja-maranata-sao-presos-no-espírito-santo.html>>; Acesso em: 15 de ago. 2013).

⁴¹ Malta já teve seu nome envolvido em vários casos como o “escândalo do ministério dos transportes” (2011) que revelou acordos de pagamento de propina em troca de obras superfaturadas com o PR. Em 2007 teve seu nome envolvido no “esquema das sanguessugas” e foi indiciado pela CPI, mas foi absolvido pela Comissão de Ética do Senado. A Comissão seguiu o parecer do relator Demóstenes Torres, que orientou o arquivamento do processo por falta de provas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81238.shtml>>; Acesso em: 15 de jun. 2014.

estão entre as maiores denominações do país⁴² e alcançam grande sucesso eleitoral. Conforme Baptista (2009):

De fato, a Assembleia de Deus apresentou um desempenho eleitoral extraordinário ao fazer crescer sua bancada de um para 13 deputados, na comparação entre a legislatura anterior ao Congresso Constituinte e este. Em seguida, praticamente manteve essa presença no parlamento, com pequenas variações nas três legislaturas seguintes, surpreendendo, novamente, na última legislatura considerada (iniciada em 2003), quando cresceu em 83% a quantidade de seus parlamentares, em relação à legislatura anterior. [...] (BAPTISTA, 2009, p. 22).

A IURD cresceu mais de 200%, 100% e 167% em relação a cada período anterior, sendo que na última legislatura, 12,5% (18 parlamentares), em relação à bancada das ADs. O que parece reforçar a ideia de que o sistema político vigente termina por beneficiar tal tipo de organização que concorre a cargos no legislativo.

O índice de sucesso das candidaturas dos representantes assembleianos tem sido uma tendência que pode ser verificada pelas informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Com 22 deputados eleitos, o índice de sucesso da AD é grande, tendo em vista que o Conselho Político da AD elegeu 30 deputados para a disputa. O que representa mais de 70% de sucesso (maior que o do PT) e lidera a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara com 1/3 do total.

Ao lado da AD a IURD é a igreja pentecostal com maior sucesso eleitoral. Lança candidaturas próprias desde 1982. Segundo Oro (2003) “O sucesso eleitoral da Universal estaria levando outras igrejas a adotar estratégias semelhantes. [...] optando por indicar candidatos “oficiais” a seus membros, à maneira da Universal” (ORO, 2003 *apud* SMIDERLE, 2013, p. 142). Esse esforço se dá no sentido de:

“[...] expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre as quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de “perseguição”, da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado, nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista de poder e atendimento aos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas.” (MARIANO, 2010, p. 91).

⁴² Em números totais, AD: 12.314.410; Batista: 3.723.853; CCB: 2.289.634; IURD: 1.873.243; Quadrangular: 1.808.389; Adventista: 1.561.071; Luterana: 999.498; Presbiteriana: 921.209; Deus é Amor: 845.383; Igreja Maranata: 356.021 (IBGE, 2010).

Partindo desse pressuposto, para justificarem seus mandatos, os políticos pentecostais de várias denominações apontam a defesa de determinados privilégios fiscais para igrejas, combate a penalidades de desobediência a leis restritivas à poluição sonora, questões relativas à edificação de templos, regularização de imóveis, dentre outros.

O quadro 3 demonstra a participação de representantes assembleianos presentes na 53ª e 54ª legislatura no plano nacional com sucesso eleitoral.

QUADRO 3
REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO CONGRESSO
NA 53ª e 54ª LEGISLATURA

CANDIDATO	PARTIDO	UF	ELEIÇÕES 2006 SITUAÇÃO	ELEIÇÕES 2010 SITUAÇÃO
Anderson Ferreira	PR	PE	Ausente do pleito	Eleito
Antônia Lúcia	PSC	AC	Ausente do pleito	Eleito
Antonio Cruz	PP	MS	Reeleito	Ausente do pleito
Delegado Francischini	PSDB	PR	Ausente do pleito	Eleito
Dr. Nechar	PV	SP	Eleito	Ausente do pleito
Erivelton Santana	PSC	BA	Ausente do pleito	Eleito
Fátima Pelaes	PMDB	AP	Eleita	Reeleita
Filipe Pereira	PSC	RJ	Eleito	Reeleito
João Campos	PSDB	GO	Eleito	Reeleito
José Olímpio	PP	SP	Ausente do Pleito	Eleito
Jurandy Loureiro	PSC	ES	Eleito	Suplente
Lauriete Almeida	PSC	ES	Ausente do Pleito	Eleito
Lilian Sá	PR	RJ	Ausente do pleito	Eleita
Lindomar Garçon	PV	RO	Eleito	Reeleito
Marco Feliciano	PSC	SP	Ausente do pleito	Eleito
Marcos Rogério	PDT	RO	Ausente do pleito	Eleito
Nilton Capixaba	PDT	RO	Ausente do pleito	Eleito
Pastor Francisco Eurico	PSB	PE	Ausente do pleito	Eleito
Pastor Hidekazu Takayama	PSC	PR	Reeleito	Reeleito
Pastor Manoel Ferreira	PTB	RJ	Eleito	Ausente do pleito
Pastor Paulo Freire	PR	SP	Ausente do pleito	Eleito
Ronaldo Fonseca	PR	DF	Ausente do pleito	Eleito
Sabino Castelo Branco	PTB	AM	Eleito	Reeleito
Silas Câmara	PSC	AM	Reeleito	Reeleito
Zé Vieira	PR	MA	Eleito	Reeleito
Zequinha Marinho	PSC	PA	Reeleito	Reeleito

Fonte: “Evangélicos crescem no congresso; PSC tem mais representantes”. In: DIAP, 2010. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/bancada->

evangelica-cresce-no-congresso>; Acesso em: 29 de nov. 2011. TSE, Eleições 2006/2010. (Adaptado)

Conforme o quadro 3, fica fácil observar que o índice de sucesso dos candidatos de origem evangélica pentecostal assembleiana é muito significativo⁴³. Um dos fatores para esse sucesso, talvez possa ser apontado na grande capacidade de articulação, de mobilização de recursos e promoção de arranjos institucionais, que favorecem a vitória de tais candidatos nas urnas.

É perceptível que o percentual de participação dos evangélicos de origem pentecostal em relação ao plano nacional tem crescido acima da média geral ao longo dos pleitos, de forma significativa no contexto nacional. Quadro que reflete, de alguma maneira, nos desempenhos de representantes assembleianos nos legislativos estaduais, conforme o aumento da representação pentecostal nos estados da federação (MACHADO, 2006).

Três hipóteses básicas são levantadas por Baptista (2009), para explicar a relação entre o crescimento desse segmento religioso e sua presença crescente na esfera política:

Hipótese 1): A prática política dos pentecostais, dentro das igrejas, tem sido autoritária, manipuladora e intolerante com os rebeldes.

Hipótese 2): A prática política dos pentecostais, nos campos partidário e parlamentar e em relacionamentos com governos, tem sido fisiológica, clientelista e corporativa. Lideranças e políticos pentecostais são cooptadores, ou seja, fazem o jogo da cooptação, portanto, essas práticas reforçam vícios da cultura política brasileira, em aspectos como autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo e nepotismo.

Hipótese 3): As práticas pentecostais contribuem para integrar, na condição de cidadania, segmentos marginalizados pela sociedade, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento do processo democrático brasileiro. [...] pode-se afirmar que, por um lado, o movimento pentecostal tende a

⁴³ Um levantamento prévio revelou a presença de candidatos ligados ao pentecostalismo assembleiano no poder legislativo estadual em todas as regiões do país: Helder Paiva (PEN-AC); Carlão de Oliveira (PSL-RO), envolvido no esquema das sanguessugas; Valter Araujo (RO); Maurão de Oliveira (RO); Wanderley Dallas (PMDB-AM); Francisco Souza (PSC-AM); Raimundo Santos (PEN-PA); Pastor Antônio dos Santos (SE); Hilton Aguiar (PSC-MA); Adalto Santos (PSB-PE); Ângela Souza (PSC-BA); Pastor Carlos Ubaldino Santana (PSC-BA); Pastor Sargento Isidorio (PSB-BA); Antonio Jácome (PMN-RN), excluído recentemente de sua igreja por acusações de adultério e por obrigar uma mulher a abortar; Lafayette Andrada (PSDB-MG); José Bittencourt (PSD-SP); Dilmo dos Santos (PV-SP); Adilson Rossi (PSB-SP); Enivaldo Ramos (PTB-SP); Edinho Fonseca (PEN-RJ); Samuel Malafaia (PR-RJ); Waguinho (PRTB-RJ); Reginaldo Loureiro (PSC-ES - suplente); Luiz Carlos do Carmo (PMDB-GO); Kennedy Nunes (PSD-SC); Jurandir Maciel (PTB-RS), entre outros.

dificultar o processo de radicalização da democracia brasileira. Não obstante a capacidade mobilizadora do pentecostalismo, como religião que estimula todos os membros a participarem de atividades sociais e celebrações diversas [...] [é] [...] forte indicadora de práticas democráticas (BAPTISTA, 2009, p. 26-27) (grifo nosso).

Com relação aos pentecostais assembleianos, a primeira e a segunda hipótese, no geral, parecem se confirmar, reafirmando o caráter autoritário da instituição AD. A terceira hipótese não se confirma, dado que a participação do crente pentecostal em práticas sociais, na política e na construção da cidadania contribuindo para a radicalização da democracia não se aproximam da realidade.

Ao contrário, a presença de pentecostais na política contribui para a reprodução de vícios da cultura política brasileira como o fisiologismo político, o clientelismo, dentre outras práticas.

Com relação ao cenário político capixaba, se as hipóteses 1 e 2 estiverem corretas e se completarem na realização efetiva da ocupação de um cargo eletivo na esfera pública, o sucesso eleitoral dos pentecostais assembleianos nas urnas tenderá ao crescimento nas eleições seguintes, caso se mantenha essa tendência, corroborando com tal interpretação relativa ao cenário político nacional.

Nesse sentido, a análise, de forma mais geral, pode ser aplicada regionalmente para o caso do legislativo capixaba.

3.2 O JOGO DEMOCRÁTICO COMO REDENÇÃO NO PRESENTE

A arena política tem sido um campo de ampla atuação do fenômeno religioso pentecostal. Este tem alcançado um número significativo de representantes na esfera política. Somando-se a um grande crescimento numérico, a via da representação parlamentar tem sido um caminho trilhado por pastores e lideranças evangélicas que buscam defender política e ideologicamente os preceitos do fenômeno religioso pentecostal no Brasil, bem como no estado Espírito Santo.

Conforme Mariano (2010), quanto à tentativa de reinserir valores estritamente religiosos na esfera pública, é notório que os dirigentes pentecostais acham cada vez mais envolvidos na política partidária e na mídia, vocalizando suas demandas religiosas, reclamando seus direitos, defendendo seus interesses econômicos e políticos e, para variar, ganhando um dinheirinho.

Os pentecostais encontram-se desde os anos 1950 no rádio e, a partir dos anos 1980, passam a investir mais na TV. Anualmente, além das finalidades evangelísticas, o uso da mídia eletrônica e a compra de rádios e TVs visam à obtenção de rendimentos. Sua crescente presença na mídia significa uma espécie de democratização, pela via religiosa, no acesso dos pobres à TV. Espaço que os pobres ocupam nos programas evangélicos de rádio e TV que visa legitimar a mediação do poder divino feita por pastores e instituições religiosas proprietários das emissoras, atender aos interesses evangelísticos da empresa de salvação e de audiência do veículo de comunicação (MARIANO, 2010, p. 235).

Tal influência termina por permitir alianças e conexões eleitorais, barganhas, espaços e poder a tais grupos religiosos dispostos a “mamar nas tetas do Estado”. Essa preocupação com tais alianças, conforme Mariano (2010), se justifica:

[...] pelo fato de que parlamentares e líderes eclesiásticos dessa grande maioria religiosa, reforçados, sobretudo pela pressão que podem exercer por meio de seus numerosos meios de comunicação, não parecem enfrentar hoje maiores resistências para aprovar projetos ou mesmo manter leis associadas estritamente ao ideário e aos interesses imediatos de suas igrejas, mesmo que com prejuízo do erário e do interesse público. Para tanto, fazem alianças com representantes eleitos do executivo e do legislativo e contam com a debilidade dos partidos políticos, a desmobilização política da sociedade e a própria ausência de minorias laicas organizadas (talvez com a exceção de alguns setores da grande imprensa) como grupos de pressão para contrabalançar o poder de seus lobbies religioso, midiático e político (MARIANO, 2010, p. 237).

Com grande poder de mobilização dos rebanhos por parte das lideranças eclesiásticas, tendo em vista a “fatia cada vez maior ocupada pelos evangélicos no eleitorado brasileiro, tornou-se imperativo, em qualquer eleição, que os candidatos negociem apoio com pastores, bispos, apóstolos ou outras lideranças evangélicas” (SMIDERLE, 2013, p. 142).

Dentre as denominações, a AD e a IURD têm grande sucesso eleitoral seguindo esse modelo político, projetando figuras com grande apelo popular entre os seus representantes. Dentre eles, o bispo, (atualmente Ministro da Pesca e Agricultura) Marcelo Crivela (PRB-RJ) desta primeira igreja; da AD, Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos, que protagonizou recentemente momentos de debate na grande mídia e redes sociais por suposto comportamento homofóbico e intolerante com outras religiões.

Tais debates ocorreram após declarações desse deputado sobre suas crenças, ideias e defesa ferrenha da votação de um projeto de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que ficou mais conhecido como “Cura gay”. Segundo o texto do referido decreto, o PDC:

[...] tem como objetivo sustar a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (BRASIL. PDC 234/2011).

Assim como este projeto, diversos outros surgiram no sentido da defesa dos preceitos ideológicos e políticos oriundos da estrutura mental onde se insere o representante evangélico de linha pentecostal para afirmação de sua identidade religiosa e como instituição⁴⁴. Fato da maioria dos discursos serem voltados ao apelo pela identificação religiosa ao eleitorado pentecostal que vota, em grande medida, conforme a identificação religiosa.

O primeiro representante parlamentar da AD capixaba ao legislativo foi o pastor-presidente da AD do Ibes, Levi Aguiar de Jesus Ferreira, filho do pastor Waldomiro Martins Ferreira. Esse pastor se lançou, recentemente, candidato pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN). Atualmente é suplente ao cargo de vereador na Câmara Municipal de Vila Velha.

No caso do legislativo estadual capixaba, talvez não seja pertinente falar em uma “bancada evangélica” ou “pentecostal”, no sentido político do termo, apesar de

⁴⁴ Por exemplo, a defesa do Projeto de Lei 436/2011 de autoria do Deputado Federal Walter Tosta (PMN-MG) que concede isenção tributária a templos, cultos, demais instituições religiosas e entidades vinculadas.

existirem deputados que assumem uma identidade evangélica como os deputados Euclério Sampaio (PDT), Marcos Mansur (PSDB) que é pastor em Cachoeiro de Itapemirim, Esmael de Almeida (PMDB), entre outros. A organização dessa “bancada” para fazer frente à interesses majoritários no estado parece embrionária.

A utilização das regras do jogo democrático como redenção se transforma numa parúsia⁴⁵ para o campo religioso pentecostal, que disputa a hegemonia e distribuição dos bens simbólicos religiosos⁴⁶. Isso reflete uma ressignificação da estrutura mental que preconizava a vida asceta e a iminência apocalíptica do fim do mundo por maior participação na esfera pública, teoricamente um espaço secular e laico. Igualmente, na conquista de espaço na esfera política como fator de importância para conquistar uma fatia do poder e defender seus interesses como instituição, o que tem se tornado mais recorrente (BITUN, 2008).

Tal hipótese mostra que essa prática tende a se tornar um projeto de poder mais consolidado para a instituição AD no Brasil de forma mais generalizada e não local. Por exemplo, o caso de um projeto político unificado e torno de um nome para a presidência, além das crescentes candidaturas aos legislativos (municipais, estaduais e também ao Senado) de indivíduos lançados na concorrência eleitoral com apoio institucional por parte do pentecostalismo assembleiano em todo o país, como o caso do apoio a Anthony Garotinho em 2002 para a presidência⁴⁷.

⁴⁵ *Parousía* é palavra grega que significa presença, vinda ou advento. O termo foi associado ao longo da história à “segunda vinda” de Cristo na terra para “arrebatar” a igreja deste mundo para a “Nova Jerusalém” celestial[...]. Essa interpretação tem ganhado uma conotação diferente ao se reelaborar a iminência da *parousía* cunhada sob uma “ética de trabalho” em função de uma “ética do consumo” na atualidade a partir de teologias como a “teologia da prosperidade” e da “batalha espiritual”, principalmente pelo neopentecostalismo. Ver: Parousía. CHAMPLIN, 2001, vol. 5, p. 89; BITUN, 2008, p. 212, 219.

⁴⁶ A AD segue os passos da IURD que ocupa o PRB, e estuda a migração dos seus representantes para o Partido Ecológico Nacional (PEN), criado por lideranças vinculadas a AD, como o fundador, pastor Adilson Barroso, ex-deputado estadual de São Paulo pelo PSC. O partido se colocou como alternativa para candidatura à presidência da ex-ministra Marina Silva. “O pequeno partido ainda tenta levar para seu partido todos os 24 deputados federais eleitos, principalmente pelos votos dos fiéis assembleianos, o que faria dele a décima maior bancada do país” ARAGÃO, Jarbas. Marina Silva pode ter Magno Malta como vice na disputa pela presidência. Partido Ecológico Nacional seria alternativa caso a Rede Sustentabilidade não seja aprovada pelo TSE. Política. Notícias. **Gospelprime**. 09 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/marina-silva-magno-malta-presidencia-republica/>>; Acesso em: 09 de set. 2013.

⁴⁷ “Com a presença de líderes e candidatos de várias partes do país, a AD formalizou seu apoio ao candidato evangélico à presidência da república, Anthony Garotinho. Pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB, oficializou a aprovação do nome do ex-governador carioca em reunião organizada pela Comissão Política da Convenção Geral, dia 14 de Junho, no auditório Nereu

No entanto, a organização política do fenômeno religioso pentecostal assembleiano está ligado mais à lógica da estrutura política capixaba, no sentido da composição dos arranjos institucionais já consolidados na prática política, e não o contrário. Segundo André Pereira (2013), o estado do Espírito Santo em sua conjuntura atualmente deve ser compreendido a partir de uma lógica estrutural. A partir das transformações na base produtiva que transita entre um modelo agrário-exportador para um modelo industrial-exportador. Conforme Pereira (2013):

A modernização industrial capixaba se deu a partir da transição de um modelo agrário-exportador para um formato industrial- exportador. [...] empresas estão inseridas na lógica do mercado internacional, de forma que seu interesse pela transformação social do Espírito Santo sempre foi pequeno. Ao mesmo tempo, o Estado saiu de um sistema político oligárquico de tipo agrário para outro, de tipo urbano. [...] O contrário disso seria um regime poliárquico, no qual a Sociedade é dividida em correntes de opinião e os partidos políticos representam tais interesses, ultrapassando limites entre cidades. Não é o caso capixaba. Houve modernização econômica, mas não política. Mesmo na Grande Vitória, as lideranças se resumem a grupos com alcance e influência em suas cidades, havendo, em geral, pouca diferenciação ideológica entre eles. O sistema político em questão, para funcionar de maneira ótima, necessita da emergência de uma figura, geralmente o governador do Estado, que se torne capaz de mediar os interesses entre as oligarquias, distribuindo recursos entre os grupos que disputam o poder local para pacificá-los ou usando os mesmos para beneficiar alguns e marginalizar outros, diminuindo o espaço para o dissenso. Vale notar que o funcionamento ótimo deste modelo depende da disponibilidade de recursos, de forma que ele varia conforme as conjunturas. Em épocas de “vacas magras”, a capacidade do governador em atender a todas as demandas de maneira negociada e punir os insatisfeitos diminui. Na história recente do Estado, a fase comandada por Paulo Hartung, após a estabilidade das contas públicas, a partir de 2004, permitiu que o governador assumisse plenamente a condição de mediador oligárquico (PEREIRA, 2013).

O autor ressalta que o modelo político em voga, aliena a sociedade civil porque estimula a unidade e condena o pluralismo. Isso tem como resultado o fato de que partidos ou grupos da oposição, como sindicatos e grupos associativos (como, por exemplo, a denominação AD) não questionem o arranjo de poder que está posto.

Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, durante o 1º Fórum Nacional dos Políticos das ADs – *Cidadania AD/Brasil – A valorização do Voto Evangélico.* (MESQUITA, 2002. p. 3). Este projeto, segundo matéria da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), procura desenvolver “consciência política” na liderança das ADs do Brasil e “gerencia o lançamento de candidatos oficiais nos pleitos em todo o Brasil”. Ressalta que hoje as ADs “contam com 22 deputados federais, 38 deputados estaduais e 1010 vereadores”. CPAD. CGADB: uma organização administrativa. Disponível em: <<http://www.centenarioadbrasil.org.br/historia.php?s=5&i=17>>; Acesso em: 04 de jul. 2013.

Além disso, não encontram ressonância nas instituições representativas e não conseguem canais de intervenção no poder de Estado que possam interferir na agenda política de forma efetiva e responder à pressões sociais. Segundo Pereira (2013):

A consequência disso tudo é um alto grau de concentração no processo decisório. Ele se dá por meio de contatos diretos entre os dirigentes das grandes empresas e o mediador oligárquico, ou seja, o governador e sua equipe. O mesmo vale para os poderes Legislativo e Judiciário. [...] A aliança estabelecida privilegia a tese de que os maiores problemas do estado se encontram nos chamados “gargalos logísticos”, ou seja, na necessidade de investir em meios de transporte que beneficiem o funcionamento do modelo industrial-exportador. Este discurso tornou-se hegemônico no governo e nos maiores órgãos de imprensa. A passagem do governo Hartung para o de Casagrande implicou numa simples mudança de estilo pessoal. Os aspectos fundamentais expostos anteriormente permanecem os mesmos. Apesar de nominalmente “socialista”, o atual governo desenvolveu uma retórica favorável a políticas sociais (Estado Presente no seu aspecto não repressivo, ampliação do programa Bolsa Família com repasse estadual) que não tem condições de superar a real prioridade, que foi citada acima. Isto acontece pela falta de bases de apoio na Sociedade que defendam a prioridade para políticas sociais em detrimento de políticas econômicas que beneficiam o capital. A agenda política do governo Casagrande, até o momento, esteve voltada para buscar minimizar as perdas advindas de propostas oriundas do governo federal ou de outros entes federativos, afetando o FUNDAP, os royalties de petróleo e o Fundo de Participação do Estado. As compensações que foram obtidas na forma de empréstimos, seguindo a lógica do modelo que vem sendo descrito, foram dirigidas para programas que estimulam as empresas. Por fim, a questão que se coloca é a de que em qual medida os protestos sociais que explodiram no Brasil e no Estado em junho de 2013 podem exercer um grau de pressão sobre o poder público que altere o arranjo institucional citado aqui, resultante de uma forte aliança entre capital, lideranças oligárquicas e a imprensa. Numa primeira abordagem, o caráter moralista (condenação vaga da corrupção) e despolidizado (aversão aos partidos e entidades representativas, mesmo que de oposição) das manifestações não permite concluir de maneira positiva (PEREIRA, 2013).

Nesse panorama, estão inseridos os parlamentares assembleianos. A maneira como os parlamentares se organizam em relação aos trabalhos na Assembleia Legislativa é interpretada por Pereira (2001), como “modelo incompleto”. Nesse modelo, as bancadas partidárias não são capazes de reunir os parlamentares, representar seus interesses e controlar a delegação de poderes para autoridades internas e externas, especialmente em relação ao executivo representado pelo governador (PEREIRA, 2001, p. 100).

Com relação às instituições partidárias, alguns critérios que podem ser utilizados na avaliação do grau de centralização e descentralização dessas instituições situam-se no âmbito das relações de poder que estabelecem, de forma vertical ou de forma horizontal, dos partidos de quadro e massa, mesmo admitindo-se ser insuficiente a avaliação por uma distinção entre articulação forte e fraca (DUVERGER, 1980).

As ligações verticais mantêm a unidade e a heterogeneidade de um partido possibilitando a ação secreta, mantendo-se no conjunto do seu aparelho ligações horizontais de forma estrita. Nos partidos de ligações horizontais a articulação fraca predomina enquanto nos partidos de articulação forte, apresentam o modelo de ligações verticais em detrimento das ligações horizontais.

Dessa forma, podemos distinguir alguns níveis de centralização e descentralização tais como: a local, ideológica, social e federal correspondendo, a primeira à noção geral de descentralização onde os dirigentes emanam da base do partido com grandes poderes. O centralismo pode se definir como “autocrático” e “democrático”, aonde “todas as decisões vêm do alto e sua aplicação é controlada localmente por representantes da cúpula” (DUVERGER, 1980, p. 92).

Além dessa discussão sobre as ligações entre os partidos, onde estão inseridos, também os pentecostais, observando a análise de Pereira (2013), pode-se supor que a possibilidade da construção de propostas e de uma agenda própria com base em relações institucionais, como o caso da construção de uma pauta oriunda da AD por meio de seus representantes, está distante da lógica na qual estão organizados os arranjos institucionais no plano do legislativo estadual, em contraposição ao plano nacional.

A tradução das demandas institucionais na forma de propostas e demandas levadas à representação parlamentar assembleiana, também esbarra no modelo racionalizado nacionalmente, reproduzido em âmbito regional, apesar de existirem projetos específicos formulados por deputados desse segmento voltados para o atendimento de algumas dessas demandas no plano subnacional.

De forma geral, o candidato pentecostal compõe o “baixo clero” do legislativo estadual, em contraposição ao “alto clero”, ou seja, candidaturas já consolidadas na política estadual ligadas a arranjos institucionais com poder de impor uma agenda política específica. Nesse sentido, tendem a lutar por emendas e por uma agenda moralizante que satisfaça as bases eleitorais e que esteja de acordo com os arranjos solidificados no cenário legislativo estadual. A questão da censura à pornografia e da descriminalização da maconha, dentre outras referidas, são associadas, por vezes, a bandeiras que agradam as bases eleitorais de candidatos pentecostais.

3.3 O PENTECOSTALISMO CAPIXABA NA POLÍTICA

No plano nacional, já é corrente a presença da bancada evangélica nas decisões que envolvem questões polêmicas e assuntos de interesses desse segmento religioso como o aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo, entre outras questões.

No âmbito estadual, como mencionado, não há como falar especificamente em uma “bancada evangélica” ou “pentecostal”. Isso se dá, dentre outros fatores citados, também, pelo fato de os representantes de origem evangélica pentecostal estarem dispersos dentro da estratificação ideológica que forma o quadro dos partidos e dos arranjos institucionais aos quais estão submetidos.

Igualmente, por estarem colocados num campo de interesses diversos que coordenam o papel das instituições e a relação dos atores na ação coletiva, no âmbito do jogo político. O primeiro representante pentecostal assembleiano capixaba oficialmente reconhecido foi o pastor Levi Aguiar de Jesus Ferreira⁴⁸ que

⁴⁸ É pastor há 38 anos na AD do Ministério Ibes, composta por 42 Igrejas e um total de 9.221 membros. Exerceu os cargos de 1º Vice Presidente da CADEESO, bem como Secretário Executivo, 1º Tesoureiro e 2º Secretário da mesma Convenção. Atuou por dois mandatos como Conselheiro do Conselho Fiscal da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no Brasil. Presidiu por 03 (três) mandatos a União de Mocidade das Assembleias de Deus do Espírito Santo (UMADES). Fundador do Centro Educacional Assembleias de Deus (CEAD); Projeto de Ação Social Deus é Fiel, localizado em Cidade de Barra, Vila Velha; Ensino Teológico das Assembleias de Deus do Estado do Espírito Santo (ETADE), Escola de Missões da Assembleia de Deus do Ibes (EMAD), Centro de Aperfeiçoamento dos Professores de Escola Dominical Ibes (CAPEDIBES) (BRASIL. **Projeto de Lei nº 156/2006**, 2006).

exerceu a função de vereador do município de Vila Velha de 1977 a 1982 e o mandato de Deputado Estadual de 1987 a 1991. Nos anos seguintes, a verificação da presença pentecostal parece não sustentar a hipótese do crescimento dos representantes assembleianos como no plano nacional.

Até o último mês desta pesquisa, não se mencionava diretamente a atuação de uma “bancada evangélica capixaba” no legislativo estadual, pela grade mídia. No entanto, houve certa “referência” por parte da mídia local da existência de uma bancada evangélica no poder legislativo capixaba.

Conforme o jornal *A Tribuna* do dia 28 de julho de 2013 (p. 55), atualmente, dez deputados compõem o grupo de deputados evangélicos em atividade na 17ª legislatura. Os dados apresentados nessa matéria ressaltam que quinze, dos vereadores na Câmara Municipal de Vitória, são evangélicos, entre eles o pastor Devanir Ferreira (PRB) e o “obreiro” da Quadrangular, Rogerinho Pinheiro (PHS).

Já na Câmara de Vila Velha, dos dezessete parlamentares em exercício, seis são evangélicos. O pastor Almir Neres (PSD), figurava entre os líderes da bancada, porém, está afastado do cargo por denúncias de *rachid*⁴⁹. Na Câmara Municipal da Serra, dos 23 vereadores, 12 são evangélicos, entre eles está o pastor Ricardo Ferreira da Fonseca (PRB). A Câmara de Cariacica, dos dezenove vereadores, o pastor Messias Donato (PTdoB) e mais sete evangélicos estão inseridos na arena política (A BANCADA EVANGÉLICA. *A Tribuna*, 28 de jul. de 2013).

⁴⁹ Prática de retenção de parte do salário de servidor. Conforme matéria, o MPES “apresentou imagens que mostrariam o próprio vereador fazendo o saque do dinheiro da conta da funcionária fantasma. A investigação comparou as fotos tiradas pelo banco com fotos do vereador no mesmo dia, publicadas por ele na Internet. [...] No ano passado, as primeiras denúncias motivaram a criação de uma CPI na Câmara de Vila Velha. O prazo para apresentação do relatório já foi prorrogado duas vezes, mas até agora não há resultados na investigação. Na semana passada, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do vereador e o afastamento imediato dele da Câmara Municipal. O Ministério Público pediu também a perda dos direitos políticos de Almir Neres.” (VEREADOR ALMIR NERES DEIXA A PRESIDÊNCIA DO PSD DE VILA VELHA PARA PREPARAR DEFESA. *Folha Vitória*. Política. 17 de jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.folhavitória.com.br/politica/noticia/2013/07/vereador-almir-neres-deixa-a-presidencia-do-psd-de-vila-velha-para-preparar-defesa.html>>; Acesso em: 18 de jul. 2013).

O sistema político a lógica de concessões de governos os arranjos institucionais e suas regras gerais na forma como vigora atualmente no Brasil, talvez contribua para que tais ações sejam reproduzidas conforme a lógica da cultura política nacional.

Autores ligados ao campo da ciência e sociologia política compreendem o padrão de governabilidade em vigor no sistema político do país como “presidencialista de coalizão”. Esse modelo se caracteriza pela centralidade do Executivo no processo legislativo. Compreende-se, conforme esse modelo, que o Executivo não governa sem anuência do Legislativo. Essa escolha, segundo essa interpretação, é racionalizada (SANTOS, 2003).

Nessa lógica, no plano federal, a relação entre o Executivo e o Legislativo apresenta como característica a intervenção do governo no âmbito do legislativo. Isso ocorre para que haja maior centralidade no processo decisório, com a imposição da agenda do Executivo, especialmente com relação à legislação sobre o orçamento da União⁵⁰. Esse modelo é reproduzido, segundo essa interpretação, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, dando subsídio para os parlamentares apoiarem a agenda do governo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Segundo Pereira (2004), a relação que o Executivo estabelece com o Legislativo no que concerne a aprovação de agenda originada no Executivo afirma a tese de que o Legislativo estadual reproduz um modelo de análise que se configura num “ultrapresidencialismo estadual”.

Essa tese também é defendida por Domingues (2001), em um estudo sobre a 13ª legislatura no estado do Espírito Santo. Domingues confirma a ideia de Fernando Abrucio (ABRUCIO *apud* DOMINGUES, 2001) de que o modelo resultante reflete o

⁵⁰ Sobre uma comparação entre as taxas de sucesso das demandas do Executivo e Legislativo na 13ª, 14ª, 15ª e 16ª legislatura no Espírito Santo, ver: DOMINGUES, Mauro Petersen. Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; e RAINHA, Jamila. A dinâmica entre os poderes Executivo e Legislativo no Estado do Espírito Santo (2003-2010). **36º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 10 – Estudos Legislativos. 21 a 25 de Out. de 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7950&Itemid=76>; Acesso em: 15 de jul. 2013.

que o autor “denominou “pacto homologatório” – uma relação entre poderes em que o Legislativo abdica de apreciar iniciativas do Executivo, aprovando-as de forma precisamente automática e em curto período de tempo” (DOMINGUES, 2001, p. 85).

Efetivamente, os parlamentares tendem a votar em bloco. O poder Executivo busca centralizar o processo decisório em nível estadual (TOMIO e RICCI, 2010; SANTOS, 2001) como, por exemplo, o caso do legislativo estadual capixaba. Isso, devido ao fato de o arranjo institucional criado em governos anteriores (especialmente no governo Paulo Hartung (PSB - 2003-2006) e (PMDB - 2007-2010)) preconizar uma verticalidade nas decisões do Legislativo em relação ao poder Executivo (PEREIRA, 2001). O que deveria ser regra para o governo seguinte, do então governador Renato Casagrande (PSB - 2011-2014).

Porém, um fato “dividiu” o parlamento capixaba na 17ª legislatura e desestruturou – momentaneamente e até certo ponto, porque é necessário analisar os resultados em longo prazo – o arranjo institucional construído anteriormente.

Denúncias de irregularidades no contrato da empresa concessionária Rodosol, que recolhe o pedágio na ponte Darcy Castello de Mendonça (“Terceira Ponte”), que liga as cidades de Vitória a Vila Velha, além de manifestações de insatisfação popular contra o valor cobrado, casos de corrupção e problemas sociais, levaram a uma votação que pedia o fim do pedágio⁵¹, somando-se às manifestações nacionais iniciadas no mês de junho de 2013.

Parte do grupo de deputados que votava com o Executivo atendeu ao apelo popular e se colocou a favor das demandas da população. Votaram favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo 69/2013, de autoria do deputado Euclério Sampaio (PDT), que

⁵¹. DECRETO QUE PREVÊ FIM DO PEDÁGIO DA TERCEIRA PONTE PODE SER VOTADO NESTA 2ª. **Folha Vitória**. Política. 15 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/politica/noticia/2013/07/projeto-de-lei-que-acaba-com-a-cobranca-do-pedagio-da-terceira-ponte-podera-ser-votado-nesta-2a.html>>; Acesso em 17 de jul. 2013; NOSSA, Leandro. Deputados arquivam projeto do pedágio e Vitória tem protesto. Comissão alegou inconstitucionalidade em decreto que acabava com tarifa. Militantes e polícia entraram em conflito, e até às 18h, três foram detidos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/07/decreto-para-por-fim-ao-pedagio-da-3-ponte-e-arquivado-no-es.html>>; Acesso em 17 de jul. 2013.

preconizava o fim de pedágio. Fato que legou instabilidade e baixa governabilidade a agenda imposta pelo Executivo.

Como atores políticos dentro dos arranjos institucionais, os parlamentares votam as matérias, na maioria dos casos, conforme as prerrogativas e diretrizes dos partidos aos quais estão filiados com centralidade do Executivo na aprovação das propostas.

Essa ação é peculiar ao sistema partidário capixaba, que “é desestruturado, composto por partidos fracos e mal enraizados na sociedade, com baixo nível de polarização ideológica” (PEREIRA, 2001, p. 10).

A lógica do sistema partidário capixaba termina por fazer reproduzir os acordos “por baixo dos panos” em relação às coalizões de governo com a ação racional dos atores, bem como a utilização do sistema de patronagem, quando das trocas que constroem arranjos institucionais pautados na delegação de poderes no jogo da coalizão de governo (PEREIRA, 2001, p. 35).

Dessa forma, o baixo nível de institucionalização das legendas e os arranjos resultantes da coalização são fatores de importância na compreensão das decisões que acercam a composição dos arranjos institucionais, que incluem representantes evangélicos e pentecostais, no legislativo capixaba.

Contudo, não nos aprofundaremos neste aspecto. A identificação dos representantes satisfaz a proposta do trabalho.

3.3.1 As eleições de 2002

Já se mencionou o crescente número de parlamentares evangélicos ligados às suas igrejas no Senado, na Câmara dos Deputados e nas assembleias estaduais.

Para as eleições de 2002, a pesquisa permitiu identificar cerca de oito deputados evangélicos.

A “bancada evangélica” na Assembleia Legislativa identificada no pleito de 2002 era composta de cerca de oito deputados.

QUADRO 4
PARLAMENTARES EVANGÉLICOS PRESENTES NA 15ª LEGISLATURA

CANDIDATO	PARTIDO	INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO
Cláudio Thiago	PL	Adventista	Suplente
Délio Iglesias	PSC	Adventista	Eleito
Edson Vargas*	PMN	Batista	Eleito
Euclério Sampaio	PTB	Quadrangular	Eleito
Geovani Silva	PTB	Maranata	Eleito
Jurandy Loureiro**	PL	AD	Eleito
Reginaldo Almeida	PSC	AD	Eleito
Robson Vaillant	PL	IURD	Eleito
Sueli Vidigal	PDT	Comunidade Evangélica de Vitória	Eleito

FONTE: TRE-ES, Eleições 2002.

* Este parlamentar faleceu em 2006 em um acidente de carro durante o exercício do mandato.

**Assumiu de 2004-2006 deixando o cargo de vereador na Câmara Municipal de Vitória pelo (PMDB).

Consideraram, para elaboração das análises, apenas o resultado das eleições e a presença de parlamentares evangélicos e da AD por motivos metodológicos.

Um trabalho de pesquisa mais aprofundado poderá esclarecer as interações dos atores com a instituição AD e suas relações com a arena política, no que concerne à construção dos arranjos institucionais e interesses envolvidos no jogo político.

O aprofundamento da análise sobre a conexão eleitoral, analisando o plano subnacional, como defendem Tomio e Ricci (2008), pode ser realizado numa pesquisa futura.

Observa-se que, na 15ª legislatura, os deputados Reginaldo Almeida (PSC) e Jurandy Loureiro (PL) figuram como representante da AD no legislativo capixaba. A participação desses candidatos na corrida eleitoral e na esfera política parece constituir uma constante na história da AD no Espírito Santo.

Se as hipóteses ligadas ao crescimento e expansão da AD apresentadas anteriormente estiverem corretas, o número de parlamentares tenderá ao crescimento nos próximos pleitos.

3.3.2. As eleições de 2006

Em relação aos números no cenário estadual capixaba, o pleito de 2006 registrou 356 candidatos concorrendo às eleições para deputado estadual para trinta (30) cadeiras no legislativo capixaba conforme a resolução nº 23.220 do Tribunal Superior Eleitoral.

O número de cadeiras para os respectivos estados da federação e para o Distrito Federal é regido pela Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993 que “Disciplina a fixação do número de deputados nos termos do Artigo 45, § 1º, da Constituição Federal” (CF, 1988).

Para a legislatura que se iniciou em 2006, a representação do Estado do Espírito Santo na Câmara dos Deputados foi de 30 (trinta) cadeiras para Deputados estaduais e o número de 10 (dez) Deputados para o Congresso Nacional.

Com o número 20000 o candidato assembleiano Reginaldo de Almeida, contando 28.633 votos ficou em 6º lugar com 1,62% dos votos válidos, eleito pela coligação PRB / PSC / PMN / PV para o legislativo estadual.

O candidato Reginaldo Almeida foi o candidato assembleiano de sucesso nas eleições de 2006 pelo Partido Social Cristão (PSC), que concentra um número grande de evangélicos, incluindo os de origem pentecostal assembleiana.

QUADRO 5
PARLAMENTARES EVANGÉLICOS PRESENTES NA 16ª LEGISLATURA

CANDIDATO	PARTIDO	INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO
Elcio Álvares	DEM	Maranata	Eleito
Geovani Silva	PTB	Maranata	Reeleito
Reginaldo Almeida	PSC	AD	Reeleito
Robson Vaillant*	DEM	IURD	Reeleito
Vandinho Leite	PR	Batista Renovada	Eleito

FONTE: TRE-ES, Eleições 2006.

*Afastado do cargo por denúncias de *rachid* em novembro de 2010.

A 16ª legislatura encerrou as atividades contando com representantes evangélicos de variados segmentos e denominações, com predominância do fenômeno religioso pentecostal, como mostra o exemplo dos candidatos da amostra coletada apresentados no quadro acima.

O Partido Democratas (DEM) teve entre seus representantes, o deputado Robson Vaillant da IURD, e Élcio Álvares, identificado como pertencente à Igreja Cristã Maranata. O deputado Geovani Silva (PTB), também foi identificado como ligado a Igreja Cristã Maranata. Já o deputado Vandinho Leite (PR), foi relacionado à igreja Batista Renovada.

3.3.3. As eleições de 2010

A relação numérica do total de cadeiras definidas para o pleito de 2010 se manteve na cifra de 30 cadeiras para o legislativo estadual e o número de 10 (dez) Deputados para o Congresso Nacional, conforme a resolução 23.220 expedida pelo TSE, para a legislatura que se iniciou em 2011.

O pleito de 2010 registrou a cifra de 354 candidatos para deputado estadual, concorrendo para trinta (30) vagas no legislativo capixaba.

O quadro abaixo apresenta uma amostra de candidatos eleitos e/ou suplentes relacionados ao segmento evangélico na 17ª legislatura.

QUADRO 6
PARLAMENTARES EVANGÉLICOS PRESENTES NA 17ª LEGISLATURA

CANDIDATO	PARTIDO	INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO
Aparecida Denadai	PDT	Maranata	Suplente
Carlos Manato	PDT	Maranata	Eleito
Elcio Álvares	DEM	Maranata	Eleito
Esmael de Almeida	PMDB	Igreja Batista de Vitória	Suplente
Euclério Sampaio	PDT	Quadrangular	Eleito
Gildevan Fernandes	PV	Presbiteriana	Eleito
Glauber Coelho	PR	PIB	Eleito
Marcus Mansur	PSDB	Batista Renovada	Eleito
Reginaldo Loureiro*	PSC	AD	Suplente

Rodney Miranda**	DEM	Batista	Eleito
------------------	-----	---------	--------

FONTE: TRE-ES, Eleições 2010. (Adaptado).

* O candidato não havia sido convocado para assumir o cargo até o encerramento desta pesquisa.

**Este parlamentar deixou o legislativo estadual para assumir a prefeitura de Vila Velha após as eleições de 2012.

Observa-se, pelo quadro acima a tendência ao crescimento de representantes pentecostais. Porém, dos representantes do fenômeno religioso pentecostal assembleiano presentes na disputa eleitoral no pleito de 2010, nenhum candidato de expressão alcançou o resultado positivo nas urnas.

Um resumo relacionado abaixo apresenta alguns dos candidatos da AD identificados, eleitos ou não para o parlamento estadual capixaba, presentes nestas três eleições, sendo eles, Jurandy Loureiro (PL) e os candidatos Reginaldo Almeida e Reginaldo Loureiro.

Estes candidatos concorreram aos pleitos vinculados ao Partido Social Cristão (PSC), partido ligado atualmente à base aliada do governo no plano nacional. No entanto, este partido estuda a projeção para o executivo com o lançamento da pré-candidatura à presidência do “Pastor Everaldo” (Everaldo Dias Pereira), esquecido pelas pesquisas de intenção de voto⁵².

QUADRO 7
REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO ESPÍRITO SANTO (2002, 2006, 2010)

CANDIDATO	PARTIDO	2002	2006	2010
Reginaldo Almeida	PSC	Eleito	Reeleito	Ausente do pleito
Reginaldo Loureiro	PSC	Ausente do pleito	Ausente do pleito	Suplente
Jurandy Loureiro*	PL	Eleito	Ausente do pleito	Ausente do pleito

FONTE: TRE-ES; TSE, Eleições 2002/2006/2010. (Adaptado).

*Eleito Deputado Federal para o mandato de 2007-2011 pelo PSC.

⁵² PSC QUER PASTOR EVERALDO DIAS PARA DISPUTAR A PRESIDÊNCIA. Nome de Everaldo Dias Pereira será levado à convenção do partido, no ano que vem. **Gazetaonline**. Política. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/05/noticias/politica/1440193-psc-quer-pastor-everaldo-dias-para-disputar-presidencia.html>; Acesso em: 14 de jul. 2013.

Os dados refutam a hipótese de que o pressuposto do crescimento numérico e geográfico é fator fundamental para o sucesso eleitoral dos candidatos da AD, especificamente para o caso capixaba⁵³.

O resultado das eleições demonstrou a ocorrência de aumento de representantes pentecostais, porém, não houve aumento consecutivo do número de representantes pentecostais da AD nos pleitos indicados. Mesmo com a possibilidade de investimento em capital político e apoio institucional, tanto por parte dos indivíduos, quanto por parte da denominação AD.

A hipótese de que o crescimento nacional é um fator preponderante para o sucesso eleitoral de candidatos da AD não se reflete no plano regional, para o caso do estado do Espírito Santo.

Tal hipótese não é válida para o legislativo capixaba, verificando o sucesso de representante evangélico pentecostal assembleiano apenas para a 15^a e 16^a legislatura, com declínio da representação parlamentar assembleiana no estado na 16^a e na 17^a legislatura.

Por que ocorreu o declínio e não o aumento da representação parlamentar assembleiana no legislativo capixaba? Que fatores podem ter influenciado esse declínio? Mesmo com o crescimento numérico, bem como de sua representação no Congresso Nacional e em outras esferas, por que isso não se refletiu no plano subnacional, no caso do legislativo estadual capixaba?

Algumas pistas podem ser dadas na pulverização de candidatos oficiais que apareceram com as divisões internas pelas quais está passando a AD capixaba, em especial a CADEESO. Houve uma migração em massa de igrejas nos últimos anos para convenções sediadas em outros estados como RJ e SP. Contudo, estas são perguntas que podem ser respondidas em uma pesquisa futura.

⁵³ Para uma comparação sobre a presença da AD em parlamentos de outros estados seria necessário um levantamento mais geral para identificar a presença desses representantes nos legislativos dos demais estados da Federação em pleitos consecutivos.

CAPÍTULO IV

4 TRÊS VISÕES SOBRE A PRESENÇA DO PENTECOSTALISMO ASSEMBLEIANO NA POLÍTICA CAPIXABA

Este capítulo procura apresentar de forma qualitativa, a opinião de representantes da AD de forma geral, no estado do Espírito Santo, levando em consideração sua construção politico-ideológica e o seu papel na conjuntura política estadual.

A proposta inicial se pautava na entrevista do maior número possível de candidatos que concorreram às eleições, tendo sucesso ou não, nos pleitos de 2002, 2006 e 2010. No entanto, não houve a possibilidade de identificar e alcançar o depoimento de todos os representantes da denominação Assembleia de Deus eleitos ou não para a 15^a, 16^a e 17^a legislatura, em função do tempo para a conclusão da análise configurando uma possibilidade de pesquisa futura.

Dentre os personagens que foram procurados com sucesso no retorno para a pesquisa estão, o candidato a Deputado Federal na 17^a legislatura pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Gustavo De Biase; o candidato assembleiano para a 16^a legislatura no Espírito Santo, pastor Reginaldo Loureiro, pelo Partido Social Cristão (PSC), que também é pastor-vice-presidente da CADEESO.

Também, o depoimento do pastor Oscar Domingos de Moura, pastor-presidente da CADEESO atualmente. Este pastor esteve na vice-presidência da CGADB até o corrente ano. Atualmente faz parte do Conselho Vitalício da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD).

Não foi possível até o término desta pesquisa o contato com alguns dos candidatos como o caso do ex-deputado estadual Reginaldo Almeida, que se elegeu para a 15^a e 16^a legislatura, em função do tempo de retorno para a conclusão da pesquisa. Também não houve resposta, após contato prévio, por parte do deputado estadual Esmael de Almeida (PMDB), da Igreja Batista, que também atende ao público assembleiano e evangélico em geral. Seu depoimento seria interessante pela sua proximidade com o tema.

Contudo, as entrevistas realizadas remontam três gerações relacionadas ao pentecostalismo assembleiano capixaba. Por sua importância qualitativa, ilustram uma visão sobre a participação da AD no processo político capixaba a partir da ótica dos entrevistados, destacados pelo fato de se aproximarem da história, organização política e/ou administrativa da AD de alguma maneira.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A partir deste momento, será apresentado um breve perfil dos candidatos e, na sequência, os resultados das entrevistas como parte da conclusão desta pesquisa. O perfil apresentado adiante é produto do raciocínio e do exercício de memória dos entrevistados.

A pesquisa sociológica considera a “visão de mundo” dos entrevistados. Segundo Thiollent (1982), a pesquisa sociológica, por sua natureza, estabelece um relacionamento complexo entre o mundo dos sociólogos, dos intelectuais, das elites, dos membros de classe média e o mundo dos leigos, dos operários, dos camponeses, dos favelados, [dos pastores também], etc.. Afirma que este relacionamento se exprime, em termos culturais, como “interpretação do mundo dos outros e, em termos interindividuais, ao nível das relações concretas de investigação de campo.” (1982, p. 47).

Com isso, emerge o problema da utilização do questionário para o alcance dos objetivos e dos resultados da pesquisa. Conforme Thiollent (1982),

Questionários e entrevistas são uns meios técnicos deste relacionamento. O que nos leva a uma segunda série de críticas sócio-epistemológicas que enfatizam o caráter socialmente determinado do relacionamento de pesquisa no qual se manifesta, segundo Pierre Bourdieu, uma imposição de problemática por parte dos investigadores. Imposição esta que remete muito mais ao sociocentrismo do grupo dos intelectuais na sociedade do que a elementos de cientificidade.

O problema da imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos reativas. O problema remete à distância social ou cultural que existe entre o

universo dos pesquisadores que concebem o questionário e o universo dos respondentes. Relativamente a cada um dos dois universos, a relevância e a significação de uma pergunta não são necessariamente comparáveis (THIOLLENT, 1982, p. 47-48).

Portanto, pela a fidelidade na reprodução das ideias apresentadas pelos entrevistados e sua “visão de mundo”, busca a fidelidade em reproduzir os depoimentos conforme o conjunto das questões levantadas pela pesquisa e apresentadas ao entrevistado, em ordem ou não, por se tratar de questionário semiestruturado, reconhecendo-se, dessa forma, suas limitações e implicações políticas e ideológicas (THIOLLENT, 1982).

4.1.1 Perfil do Pastor Presidente da CADEESO Oscar Domingos de Moura

Em entrevista realizada no dia 18 de junho de 2013 com o pastor Oscar Domingos de Moura, o pastor relatou em seu depoimento fatos de sua trajetória e sua visão sobre questões relativas à representação política da AD no estado do Espírito Santo.

Este pastor é o atual presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (CADEESO), fundada em 1959.

O pastor Oscar nasceu em 15 de fevereiro de 1931, em Afonso Cláudio. Já conta seus 82 anos. Foi jogador profissional de futebol, campeão em 1954 pelo Vitória Futebol Clube. Ingressou na Vale do Rio Doce para trabalhar, também para jogar. Ficou no futebol profissional até 1960. Atuou no comércio até assumir funções de liderança na hierarquia da AD.

Exerce um papel importante nas decisões dentro dos limites que cercam a área de abrangência desta convenção estadual e há vários anos está na liderança da CADEESO. Também é o pastor presidente da Assembleia de Deus “Ministério de Jardim Colorado”, em Boa Vista, em Vila Velha. No seu depoimento, destaca sua história de vida e construção da carreira pastoral dentro da AD capixaba:

A minha trajetória... eu aceitei Jesus em 67 e comecei a reunir ali em São Torquato, quando o pastor Waldomiro Martins Ferreira era presidente da

CADEESO, e... em 69 eu fui chamado para o diaconato e em 1973 eu vim trabalhar aqui no campo de Vila Velha, aqui em Santa Inês, e fiquei até 1973... até 1974 ficamos num barracão de madeira, depois compramos lá no Colorado. Nessa época eu era membro do Aribiri, o Pastor Edmundo Alves de Oliveira era o presidente da Igreja em Aribiri e mediante o trabalho que eu vim desenvolvendo aqui em Vila Velha, pelo crescimento do trabalho aqui no campo de Vila Velha eu... então, fui consagrado ao pastorado em 196... não retifico, em 1977. Fui consagrado ao pastorado e... em 77, até hoje eu estou trabalhando aqui em Vila Velha. E... fui eleito presidente da CADEESO EM 19... aliás, retifico, fui eleito presidente da CADEESO em 2003. Em 2003 eu fui eleito. Porque houve um problema aqui com o presidente na época e eu, então, assumi até janeiro de 2004 quando fui reeleito por aclamação e venho durante 2003 até 2013 como presidente da convenção. Nesse período nós construímos a sede da Convenção que não tinha sede. De 1959 a 2003 a Convenção vivia “emprestada” nas igrejas, reunindo emprestado... aí as igrejas emprestavam o espaço para a CADEESO. Mas quando eu assumi em 2003-2004, colocamos a pedra fundamental, hoje nós temos uma sede administrativa para reunir. Fica na rua João Pedro da Silva, no Aribiri, onde está localizada a nossa sede. E... fui também eleito... Primeiro vice-presidente da Convenção Geral do Brasil [CGADB]⁵⁴. O meu mandato terminou agora em abril, quando foi feita uma nova eleição lá em Brasília e foi renovada a diretoria... o meu mandato encerrou, de primeiro vice e lá em Brasília acharam por bem me colocar como pastor vitalício do Conselho Administrativo da Casa Publicadora. Então, hoje eu sou do Conselho da Casa Publicadora, do conselho vitalício da Casa Publicadora hoje. Estou aqui trabalhando já há quarenta anos aqui nesse campo, Vila Velha, onde já temos hoje, umas setenta igrejas já espalhadas, tudo construída através da minha administração (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura).

Uma estimativa superficial que pode ser apontada para o caso da AD, que possui mais de 12 milhões de membros oficialmente reconhecidos no Brasil e mais de 30 mil pastores, permite supor que, no Espírito Santo, essa denominação pode se aproximar dos 50 mil membros ou mais, somando as igrejas de outros Ministérios e Convenções espalhadas pelo território espírito-santense.

⁵⁴ O pastor assumiu o mandato por meio de uma ordem judicial que implicou a renúncia do pastor Silas Malafaia. “A liminar foi protocolada no dia 29, às 9:48, na CGADB, que resolveu não contestar a decisão. Na decisão a juíza Talmelita Guimarães Alves, da 3ª Vara Cível da Serra (ES), datada de 24 de junho, enfatiza que “determinou a quebra de sigilo de voto dos ministros supra mencionados” e a “recontagem com a exclusão dos votos de todos os votantes da Convenção CIADSETA, incluídos pela decisão [...] no total de 373 [...]”. “Contudo consta-se que na eleição realizada, o pastor Silas Malafaia obteve 5.843 votos, enquanto Oscar Domingos de Moura obteve 5.539 (reais, sic.), e que, como dito, a sentença determinou a exclusão dos 373 votantes, temos que, após a dedução desse quantitativo, o pastor Oscar Domingos de Moura ultrapassa o primeiro colocado em 69, razão pela qual faz jus à posse no cargo pretendido” (MESQUITA, Antonio. Pastor Oscar Domingos de Moura assume a 1ª vice-presidência da CGADB por liminar. **Fronteira Final**. 1 de jul. 2010. Disponível em: <<http://fronteirafinal.wordpress.com/2010/07/01/pastor-oscar-moura-assume-1%C2%AA-vice-presidencia-da-cgadb-por-liminar/>>; Acesso em: 19 de ago. 2013.).

O pastor destaca em seu relato, figuras que foram tidas como fundadores da AD capixaba, vistos por ele como os “pioneiros” no processo de construção da organização da AD.

Eu quero... ainda dizer que... eu tenho recordação dos meus pais aqui na nossa Assembleia de Deus no estado do Espírito Santo. Pastores pioneiros que trabalharam durante essa época toda aqui no estado. Pastor Waldomiro Martins Ferreira que trabalhou muito aqui. Pastor Hermenegildo Bispo Carneiro que também... que foi um pioneiro aqui também no estado, hoje jubilado. Pastor Edmundo Alves de Oliveira, que me apresentou para ser consagrado, pastor Cícero Canuto de Lima, que já dorme no senhor, que foi o que mandou me consagrar. Enfim, tem muitos obreiros, pastores, que eu tenho muita lembrança. Que trabalharam e outros que já partiram daqui pra eternidade, que foram habitar com o Senhor... mas tem muitos vivos ainda, que a gente agradece a deus pela vida deles, que deixaram um legado para nós aqui (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura).

O pastor Cícero (1893-1982), foi um dos pioneiros da AD. Pastor entre 1923-1982, presidente da “mesa diretora” da CGADB em 1930, 1945, 1947, 1957⁵⁵. Esse momento histórico descrito é ilustrativo do momento em que se construiu a atual estrutura de relações de poder na denominação em meio à segunda onda pentecostal no país. Ocorreu uma expansão paralela à emergência de novos ministérios a partir de divisões e emancipações de igrejas.

A independência de igrejas leva uma maior autonomia interna para que seus líderes possam decidir sobre questões relacionadas aos interesses institucionais, bem como sua relação com esferas da sociedade como, por exemplo, sua aproximação recente do campo político.

4.1.2 Perfil do Candidato e Vice-Presidente da CADEESO Reginaldo Loureiro

No dia primeiro de julho de 2013, o pastor Reginaldo Loureiro é entrevistado e relata sua trajetória no pastorado e na esfera política. Conforme o seu próprio depoimento, ele ocupa um papel importante entre as lideranças pentecostais desse segmento e também figura entre os candidatos à representação parlamentar da AD no estado.

⁵⁵ HISTÓRIA PENTECOSTAL. Cícero Canuto de Lima. 10ª edição. **Folha Assembleiana**. Um jornal a serviço do reino de Deus. 08 de abril de 2010. Disponível em: <<http://folhaassembleiana.blogspot.com.br/2010/04/historia-pentecostal-cicero-canuto-de.html>>; Acesso em: 26 de ago. 2013.

O pastor nasceu em 03 de março de 1967 e é natural de Vitória. Atua no campo político já há algum tempo. Foi vereador por dois mandatos no município de Vila Velha, assumiu em fevereiro de 2007 e foi reeleito em 2008.

Atualmente o pastor Reginaldo Loureiro exerce a função de Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Vila Velha. O pastor relata sua trajetória da seguinte maneira:

É, eu sou pastor da Assembleia de Deus, vice-presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo (CADEESO) [...] eu, quando entrei na política, comecei trabalhando na assessoria do então deputado Reginaldo Almeida. Foi deputado representando aí a AD, por dois mandatos como vereador na cidade de Vila Velha e, também, por dois mandatos consecutivos como deputado estadual. Trabalhei como chefe de gabinete. A gente começou [...] logo após a reeleição do Reginaldo de vereador, quando Almeida foi, então, eleito deputado, a deputado estadual começou a haver aí uma... uma cobrança da Igreja para que a igreja também continuasse a ter o seu representante, também aqui no município de Vila Velha. Então, nós tivemos nesta cidade dois mandatos como vereador. De fato, é... representando a nossa Convenção, CADEESO, e também a AD do estado do Espírito Santo. Então, entendendo que o deputado não é... ou um vereador, não é, somente porque ele participa ou é de uma denominação, mas é importante que o papel social que nós desenvolvemos, o próprio parlamentar, é... ajudando não somente à nossa igreja, mas a outras denominações. E também a todos aqueles que nos procuram, entendendo que o Brasil vive num outro momento e nós entendemos né, ninguém entende mais do social do que a igreja, porque fazemos isso no nosso dia a dia (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

Os mandatos do deputado Reginaldo Almeida referidos pelo pastor compreendem os pleitos de 1992-1996 e 1996-2000, quando era, então, assessor do ex-deputado e pastor Reginaldo Almeida.

No entanto, o pastor Loureiro se limita a observar inicialmente sua trajetória a partir do momento de integração à figura e mandato do pastor Reginaldo Almeida, que no contexto ocupou o cargo de vereador deste município citado no contexto ao qual se refere.

4.1.3 Perfil do Candidato Gustavo De Biase

O perfil do candidato Gustavo De Biase foi relacionado devido ao fato de este candidato ter iniciado suas atividades na AD. Durante sua candidatura a Deputado

Federal pelo PSOL, ainda mantinha certa ligação com o pentecostalismo assembleiano.

De Biase foi candidato a deputado federal pelo partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para a 17ª, no ano de 2010. Gustavo De Biase possui um breve histórico de militância em movimentos sociais na Grande Vitória. Cresceu no seio da AD e se lançou na cena política a partir de ações vinculadas a essa instituição.

Atualmente, projeta-se na organização do partido da ex-ministra Marina Silva, a “Rede Sustentabilidade”. Parece estar mais distante do pentecostalismo assembleiano e das práticas políticas vinculadas a ela. Porém, representa, também, uma parte do segmento evangélico e disputou eleições na cena política capixaba como uma das lideranças emergentes entre os políticos mais jovens.

Em entrevista realizada no dia 28 de junho de 2013 com o candidato, ele apresenta sua trajetória da seguinte maneira:

Olha, em 1999 eu tinha 12 ou 11 anos e minha mãe se converteu à AD, no campo do Caxias, ali no Pastor Arlindo. E no começo eu não gostava de ir muito para os cultos não porque eu era... uma criança só sabe fazer bagunça lá fora. Depois eu comecei a parar para ouvir o que os pastores diziam e aquilo tocou muito na minha adolescência, porque eu entendi qual o significado da Bíblia, qual o chamado para o cristão. E aí, já com 15 anos eu comecei a ser professor de adolescentes. Deixei de ser um dos alunos da sala para ser professor, e posteriormente com 17, 18, eu fui professor de jovens também e crianças de 9 a 11 anos né. Então, eu dava aula em três turmas. E com 19 anos a gente começou um grupo chamado “Valentes Noturnos” que é um grupo de recuperação de dependentes químicos. O que me fez... ali nas ruas do centro de Vitória, ver e entender a realidade da miséria que a gente vive. Então, somado à minha experiência nas ruas com o grupo Valentes Noturnos, subindo todos os morros de Vitória praticamente pra levar panfleto, evangelizar, eu estava lá no alto do Forte São João, no Cruzeiro, no Cruzamento, e a minha experiência como professor, me deu um conteúdo, que aí... eu lembro que eu não tinha habilidade nenhuma para falar em público, eu tinha vergonha, eu nunca fui despontado assim como orador né, mas uns cinco a sete anos toda a semana dando de três a cinco aulas para turmas de cinquenta alunos, trinta, quarenta, isso me deu uma capacidade boa na oratória e o conteúdo veio na leitura bíblica que eu fazia intensamente todos os dias ali, mais ouvindo as pregações e indo às ruas e vendo aquela miséria toda. Como em 2009 eu passei num curso na Ufes, o Serviço Social, eu tive contato com, não só o lado religioso que eu via nas ruas. Eu tive contato com o lado acadêmico e com o lado político da questão. Então, isso foi fundamental para que em 2010 eles me fizessem um convite, porque em 2009, a Gazeta tinha me dado um prêmio de Capixaba do Ano por causa dos Valentes Noturnos, então, o partido achou aquilo interessante, que eu fosse candidato. Eu, a princípio recusei, mas depois que eu fui, com 21 anos candidato, com quase nenhum recurso,

3400 votos em 67 municípios dos 78, eu via a importância de ter um jovem na disputa. Então, começou assim. Eu vendo a miséria, me indignando, aliando o conteúdo bíblico com o conteúdo político do curso e na Universidade, eu entrei no meio político porque eu achei que eu tinha que disputar isso aí também (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O trabalho na igreja em postos da hierarquia religiosa, bem como a atuação em movimentos relacionados a essa atividade e envolvimento com questões sociais, são apontadas pelo candidato como importantes na sua projeção para a corrida eleitoral.

Foi candidato para o pleito de 2010 pelo PSOL, partido pelo qual se lançou na arena política para disputar uma vaga como Deputado Federal pelo estado do Espírito Santo. Filiou-se no ano anterior à candidatura. Segundo o seu relato:

Na época, eu me filiei em abril de 2009. Fui filiado na verdade. No centro acadêmico de Serviço Social. Era... o presidente do PSOL de Vitória na época me convidou junto com a Mariana, aí eu me filiei e comecei a ler o programa do partido e que na conjuntura, naquela época e até hoje, também é um partido muito importante. Que se difere dos outros na forma de fazer política. Então, eu me filiei em 2009 e em 2010 eu fui candidato a Deputado Federal. E em 2011 eu fui eleito presidente do PSOL com 23 anos, 22 e daí em diante, foi só a candidatura a prefeitura ano passado. Foi uma candidatura inesperada, assim, eu iria ser candidato a vereador. Mas a conjuntura toda levou a que eu fosse candidato a prefeito e acabou que eu fui o mais jovem do Brasil. Tive uma boa votação, quatro vezes mais que o candidato anterior em 2008 e... foi um saldo muito positivo (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase)..

Mariana Gava é atualmente parte da Executiva Estadual do PSOL/ES. No pleito de 2012, o entrevistado foi candidato a prefeito da cidade de Vitória por esse mesmo partido. O candidato obteve 4,07% dos votos válidos totalizando 7.664 votos. No entanto, disputas internas fragmentaram as lideranças do PSOL em direção a outras agremiações partidárias como, por exemplo, a “Rede Sustentabilidade”.

Em relação à sua atuação na denominação AD, o candidato menciona que essa construção de carreira a partir da denominação foi importante e determinante nas suas escolhas em direção à esfera política. Ressalta sua participação na construção da Rede Sustentabilidade sob a liderança de Marina Silva e Heloisa Helena. E atribui a sua “precocidade” política à sua trajetória histórica, às condições sociais e especialmente à sua formação dentro da denominação AD. Segundo este candidato,

[...] foi importantíssimo... eu falo com as pessoas no partido que eles... muita gente não entende ter uma liderança... eu sou da direção nacional do partido, hoje, da Marina Silva, da Rede que está em formação. Eles não compreendem que alguém com 25 anos seja uma liderança nacional. Seja candidato a uma prefeitura da capital sudeste, não conseguem compreender. Mas tem uma explicação, isso. A minha liderança, a oratória e o conteúdo tem grande parte, acho que mais de 70% aí oriundo da igreja, a minha formação é a minha adolescência ali na Escola Dominical, eu lembro que domingo de manhã eu não tinha dinheiro pra pagar passagem aí eu saída de casa às seis horas da manhã andando, depois eu comprei uma bicicletinha sem freio, vinha, sete horas da manhã estava na igreja. De sete às duas, descansava, às cinco eu estava de volta, então, essa formação intensa aí, durante uma década mais ou menos, dos onze aos vinte anos me deu um subsídio que quando eu fui, por exemplo, eu fui enfrentar alguns debates é... com outros políticos experientes, aí eu não tremi, não tinha tanto assim, receio, por quê? Eu tinha debates na igreja. Debates sobre conteúdos polêmicos com os adolescentes. Nada melhor para você treinar sua oratória, capacidade de ser questionado, do que dar aula para crianças. Crianças de nove a onze anos perguntam de tudo, não têm medo de nada, então, foi importantíssimo para minha trajetória a minha... a minha adolescência até os quinze anos foi uma formação mais de leitura intensa da Bíblia, todos os dias e dos 15 aos 20, quando eu comecei tomar a liderança de adolescentes, de jovens, e... já pregando ali, palestras em várias igrejas e várias lideranças, em várias denominações, então, isso foi essencial para que eu... para quem eu sou hoje (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O candidato destaca que não se sente mais representante apenas da denominação AD, mas que optou por uma perspectiva que compreende a totalidade da sociedade e não apenas os evangélicos e os evangélicos pentecostais, e sim toda a população.

Tal afirmativa contribui para a suposição da ideia de que os parlamentares que representavam a AD tenderão a incorporar um discurso político mais abrangente em busca de sucesso eleitoral. Especialmente quando não possuem oficialmente o apoio institucional, proveniente da organização interna. Ressalta que sua incursão na arena política se deu segundo a compreensão de uma ampla representação parlamentar em função da totalidade da sociedade.

Olha, eu... quando eu fui disputar eleições eu fiz uma análise dos que já tinham e acho que têm que ser respeitados, eles... mas eu quis fazer um pouco diferente. Não me colocar como representante evangélico, não representante da AD. Acho que quando você se candidata a um cargo eletivo você tem que ser representante do povo. Dos evangélicos e dos que não são evangélicos. Então, hoje eu me coloco como um representante da população de Vitória. Da juventude. Mesmo não tendo mandato, a minha vida é em prol disso, porque eu tenho um conteúdo bíblico, cristão com receio [...] causa, pela dignidade humana, pelo amor, e inclusive daqueles que não concordam com você. Então, acho que essa é a linha que eu sigo, e não é uma linha que dá muito voto, mas o que dá voto é... às vezes você falar que é evangélico, que vai defender os evangélicos, mas é melhor você construir uma carreira mais sólida, mais devagar, do que você construir um

prédio maior que rua, que se corroa rapidamente (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

Esta constatação indica, de certa forma, o contrário do que talvez possa expressar o discurso da representação parlamentar entre o segmento evangélico, que se volta para a defesa de seus pressupostos, valores e interesses institucionais no campo político.

Ela corrobora com a lógica que prevê a ampliação do discurso do candidato em função da totalidade social para obtenção de sucesso eleitoral quando o candidato não possui apoio oficial da instituição.

4.2 SOBRE TRANSFORMAÇÕES DENTRO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS

A memória do pentecostalismo assembleiano no estado registra que, durante a primeira metade da década de 1970, no momento da história da CADEESO em que assume Edmundo Alves de Oliveira, foi gestada uma suposta “divisão”.

O que permitiu o surgimento de outros ministérios no estado filiados a outras convenções como o Ministério Ibes, fundado pelo pastor Levi Aguiar. Fato que ocorreu após a retirada do pastor Waldomiro Martins Ferreira da liderança por um grupo de pastores, supostamente discordante de ações da liderança. Dentre eles, o pastor Edmundo Alves de Oliveira, empossado por um grupo liderado por cerca de quatro pastores na AD do Aribiri (CARNEIRO, 2006).

Na disputa pelo controle, as congregações foram “entregues” à direção de pastores indicados pelas novas lideranças da CADEESO. Segundo relatos, a CGADB interveio no processo e enviou o pastor José Reis para assumir a direção da CADEESO, empossando-o na AD de São Torquato, em Vila Velha.

Entre as igrejas que não reconheceram a nova direção está o Ministério da Ilha de Santa Maria, que se ligou a “Convenção do Belém” (Ministério do Belém-São Paulo), e permaneceu vinculada a esta convenção por dezessete anos até a década de

1990, quando retornou para a CADEESO. Esta igreja se desvinculou recentemente desta convenção ligando-se a CEADER, fundada no Rio de Janeiro.

Na opinião do candidato Gustavo De Biase, as divisões existem atualmente na AD pela pluralidade e pelas diferenças presentes do meio evangélico pentecostal assembleiano. Esse fato pode favorecer a disputa interna. Afirma,

Óbvio, existem sim, a AD em si não é uma coisa... hegemônica... homogênea, perdão, é bem heterogênea e tem várias correntes, várias convenções, vários grupos e conseqüentemente vários candidatos. Uns mais fortes, outros, não. Eu acho que... isso é legítimo também, mas não atrapalhou, por exemplo, a igreja de eleger a Lauriete, na última eleição, com mais de 60 mil votos. Mesmo tendo outros candidatos e outras correntes eu acho que a corrente, aí sim... mais hegemônica, acaba tendo mais relevância no processo final, mas que existem divisões e diferenças isso é fato que existe. E onde existe organização que tem gente e tem humano tem problema (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

A hegemonia da indicação e construção de correntes majoritárias está em poder das lideranças. A presença de resquícios de um regime rígido ou autoritário na igreja é fato. Os membros de algumas igrejas se colocam numa situação de submissão em relação às autoridades e ao poder constituído. Tal postura tem confirmado a hipótese de que tal fato é corrente na estrutura assembleiana como reflexo de sua hierarquização e controle interno a partir de uma cúpula, que centraliza as decisões.

Os candidatos Reginaldo Loureiro e Gustavo De Biase concordam que essa postura tradicional deve ser revista pelas lideranças da instituição. Segundo o candidato Reginaldo Loureiro em relação a tal postura, comenta que houve mudanças.

Olha, os tempos são outros né. Nenhum líder hoje... hoje eu estava falando assim, antigamente as pessoas pregavam... em nossas igrejas, vou citar até aqui um exemplo como eu estou falando pra você, pregavam pra pessoas que não tinham conhecimento nenhum né, de causa. Hoje, pela graça de Deus e eu louvo a Deus por isso, as pessoas têm procurado buscar conhecimento né, as pessoas... hoje nós temos na nossa igreja graças à Deus, advogados, médicos, engenheiros, pessoas em todas as áreas, formandos, universitários, então, hoje, não adianta que o líder não vai levar ninguém à força né. Porque as pessoas hoje, a internet hoje se tornou um instrumento aí... poderoso, a rede social é um instrumento poderoso de conhecimento. É... eu estava até contando uma historinha aqui hoje que ouvi hoje pro Renato... que diz que uma pessoa foi se confessar ao padre no confessionário e disse: "padre, eu pequei! O padre: eu já estou sabendo. Eu vi aqui no Facebook." Quer dizer da velocidade da informação. Então... é... hoje as redes sociais, o conhecimento que as pessoas estão buscando, mudou o perfil das pessoas das nossas igrejas. Então, nenhuma

truculência, nenhuma ditadura hoje mais prevalece né. Hoje a ideia é o diálogo. É buscar entender as pessoas, entender o momento que nós estamos vivendo, de avanço, de todas as áreas e mostrar dentro da Bíblia né. A Bíblia é nossa regra de fé e prática. Então, o que tá na Bíblia, o que é pecado na Bíblia, vai continuar sendo pecado o resto da vida. A Bíblia é imutável. Então, não adianta as pessoas também quererem... Ah! Porque é o avanço, o uso mudou, não. O que está na Bíblia, irmão, vai continuar. Se é errado, vai continuar sendo errado e o que é certo vai continuar sendo o certo. Então, esse conhecimento é que a gente tem que buscar ter e procurar transmitir, é a palavra de Deus. Não é alterar nenhuma vírgula, nem colocar vírgula onde Deus não colocou vírgula e nem colocar ponto final onde Deus não colocou ponto final. Então, a Bíblia é nossa regra de fé. Então, todo líder hoje, ele tem que... sabendo que ele está... tem sob a sua liderança pessoas esclarecidas, pessoas que tem conhecimento, pessoas que... que... tem uma mente diferente. Mas eu acho que a base do líder hoje está sedimentada na Bíblia, falando a verdade, aquilo que é bíblico, aquilo que Deus falou que é certo, é certo. Aquilo que Deus falou que é errado, é errado. A Bíblia é nossa regra de fé e prática. Então, nada... hoje... as pessoas conhecem os seus direitos, conhecem os seus deveres e os direitos. Então, a pessoa hoje tem que entender, o líder tem que entender esse momento que nós vivemos. Hoje não dá mais para ter aquelas práticas de... que não condizem com a palavra de Deus. Então, nós estamos vendo isso no dia a dia aí. Os escândalos acontecendo, a justiça intervindo nas nossas igrejas. Por quê? Nós, primeiro, temos um compromisso com Deus, da nossa vida. Mas temos compromisso com a terra também, com os homens. E a Bíblia diz que nós temos que cumprir as leis dos homens, então, é importante que o líder hoje saiba desse momento, que ele tem de dar sua resposta. O seu compromisso com Deus e compromisso com a terra também, naquilo que foi eleito. Jesus disse isso, “dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O depoimento do pastor contribui para a confirmação da ideia de que houve um certo “aburguesamento” dentro do pentecostalismo assembleiano com o alcance de classes sociais mais abastadas. A classe média representa uma grande fatia dentre as classes sociais que compreendem, atualmente, o segmento pentecostal assembleiano. O relato atribui a flexibilidade em relação aos costumes e posturas mais rígidas, atualmente, à presença dessas classes sociais e à instrução, como parte desse processo.

Para o candidato Gustavo De Biase, a igreja AD sofreu uma mudança que, em alguma medida, a distanciou vagarosamente de um regime mais rígido e autoritário, perpassando um discurso mais tolerante com outros segmentos religiosos, bem como ganhou maior flexibilidade em questões de usos e costumes tradicionais.

Olha, a AD era muito mais rígida e hoje está mudando. Rígida não no sentido do compromisso da palavra em si da doutrina, não. Rígida no sentido de usos e costumes, por exemplo, há um tempo atrás era pecado tomar Coca-Cola, isso aí é fato. Até... 1915... me parece... era pecado usar

chapéu. Quando eu entrei, era pecado usar bermuda, ouvir música num CD evangélico, ir a praia, hoje já não é mais. Então, os líderes também estão entendendo que a cultura é diferente um pouco da questão religiosa. Então é... algumas lideranças perceberam que manter esse regime rígido estava afastando os fiéis e o povo estava começando a entender que não é bem assim.. né, acho que está havendo uma lenta, gradual e consistente abertura no sentido bom da palavra, no sentido de entender que o mundo não gira só em torno só do umbigo da AD. Para você dialogar com outras comunidades religiosas, ela precisa entender que faz parte de um processo, e não é o processo todo não. [...] ela é um elemento no meio do universo cristão entre os católicos e protestantes do país (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

A questão da proibição da ingestão de Coca-Cola está ligada a um fator de ordem mundial. Compreende o contexto dos movimentos de contracultura nos anos 1960, no contexto da “guerra fria”, período de emergência do que alguns autores identificam como pós-modernidade, como Lyotard (1990), Hall (2006), entre outros.

É um momento onde a calça jeans (unisex), vestir roupas masculinizadas por mulheres ou seu contrário, decotes, maquiagem, assim como a Coca-Cola, representavam o início de uma era de “deturpação de valores”, de “decadência moral” e ascensão de um período de iminência da segunda vinda de Cristo à Terra, segundo a visão da escatologia evangélica pentecostal assembleiana⁵⁶.

A questão da proibição do chapéu já foi mencionada no tópico 2.4. Era pecado nesse ministério não usar chapéu por imposição do pastor Paulo Leivas Macalão (1903-1982) entre a década de 1930 e 1940, tido como parte dos usos e costumes da denominação nesse período.

Macalão se tornou pastor em 1930 consagrado por Vingren e pelo pastor, também sueco, Levi Pethrus. Foi o fundador do “Ministério de Madureira” (RJ), um dos

⁵⁶ Um marco foi a adoção do “dispensacionalismo”, difundido na AD, por uma obra de escatologia de Lawrence Olson. Mas, nasceu no protestantismo conservador. Foi disseminada pelos batistas regulares, a partir da Bíblia com anotações de Cyrus Scofield. A corrente tem como característica a interpretação literal do texto e a separação entre a noção de “Igreja” e “Israel”. Fato que elucida o zelo por esse nome no imaginário pentecostal. Prega que a história da humanidade está dividida em sete atos e compreende os períodos bíblicos: Dispensação da Inocência: pecado original-queda; Consciência: dos filhos do casal original até o dilúvio; Governo humano: dos pós-diluvianos aos patriarcas; Patriarcal: período tribal e patriarcal em Israel; Lei: da lei mosaica até a destruição do templo e surgimento de Cristo no primeiro século; Graça: da morte, ascensão de Cristo e descida do Espírito Santo até o Apocalipse e Grande Tribulação; Milênio: período de mil anos de paz que é seguido do retorno do mal e sua aniquilação total, juízo final e instauração da “Jerusalém eterna”. Ver: OLSON, Lawrence. **O plano divino através dos séculos**. Primeira edição, 1943. 6 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1981.

maiores do país. Também inaugurou o primeiro programa de rádio do evangelismo brasileiro, o “*Voz das Assembleias de Deus*”, em 1955.

4.3 A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO

Neste momento, vale destacar a opinião dos entrevistados sobre a relação entre política e religião de forma mais geral, ressaltando o papel do segmento evangélico pentecostal na cena política nacional e regional, conforme a posição dos entrevistados em relação à interação entre a instituição AD e os atores envolvidos.

De forma mais específica, os questionamentos direcionam-se para a atuação da AD em solo capixaba e no processo político no estado do Espírito Santo, no sentido de observar uma projeção dos representantes da AD como atores essenciais no panorama eleitoral que se apresenta atualmente. Isso, compreendendo a possível emergência de um projeto de poder proveniente do pentecostalismo assembleiano.

A centralidade da ideia da “batalha espiritual” para justificar as ações no mundo e na política como defende Smiderle (2013) é comum no ramo neopentecostal, mas não sustenta os argumentos para o sucesso eleitoral e persistência da AD na arena política.

A AD da primeira metade do século XX perdeu algumas de suas características originais e incorporou outras. Dentre elas, práticas rituais e formas seculares de interação com a sociedade. A esfera política, alcançada por meio do sucesso eleitoral de candidatos indicados pela AD é atualmente um alvo notável desse segmento religioso.

Nesse sentido, este trabalho questiona o processo de construção de carreira na hierarquia religiosa, bem como a organização política a partir dos círculos internos à AD e sua projeção social atual em torno de um objetivo institucional de ocupação da esfera política para defesa de seus interesses como instituição.

4.3.1 Processo de construção de carreira e da organização política dentro da Assembleia de Deus

Com relação ao processo de construção de carreira na hierarquia a partir de dentro da denominação, os entrevistados divergem em relação ao seu posicionamento pessoal. No entanto, concordam em pontos relevantes quanto ao processo de forma geral.

Essa divisão do texto procura destacar a projeção dos indivíduos na estrutura interna a AD, de membro a pastor, e sua projeção para a esfera pública, conforme a opinião dos entrevistados. Uma indicação do funcionamento da eleição interna já foi apontada no tópico 2.2.1, coletada no depoimento do pastor Hermenegildo.

Com relação ao depoimento do pastor Oscar Domingos de Moura, de início, não informou o processo ou a trajetória dos candidatos que disputam pela AD no Espírito Santo. Afirma que tal incumbência é dada a Comissão Política, que elege o perfil do candidato que disputará as eleições.

Concernente à política eu devo dizer a você que eu não sou inscrito em partido político nenhum e até hoje eu não tive nenhuma orientação de Deus para registrar em qualquer partido político, mas quando chega a época da política, a gente, então, costuma... nós temos uma comissão, uma comissão na CADEESO que trata desses assuntos políticos e... essa comissão é que faz avaliação dos candidatos que estão concorrendo, pra nós vermos o perfil desses candidatos, a postura deles, a conduta deles na sociedade.. mesmo... se eles realmente tem a conduta boa, uma ficha limpa, e a gente escolhe aqueles que são melhores para a gente poder dar o voto, porque nós somos brasileiros e temos título de eleitor, se nós temos título de eleitor, nós somos convidados pela lei a votar, a dar o nosso voto, porque se não votar paga multa, então, se nós votamos, a gente tem que escolher o que há de melhor para o nosso estado, para a nossa nação (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

Já o pastor e candidato Reginaldo Loureiro compreende a questão de forma esquemática e confirma a lógica presente na estrutura assembleiana da ocorrência de eleições na denominação. De prévias internas para candidatos e promoção individual pela participação na hierarquia e atividades da denominação AD.

Olha, isso já é do dia a dia né.. eu digo que a gente já tem essa... essa militância política apesar de ela ser diferenciada na igreja, mas a gente já milita nisso né... na igreja sempre tem aquelas eleições para ser presidente

de jovens nossa igreja sempre concorreu através de eleição... a gente participando desse movimento é... a nossa convenção também... ela é eleita.. os membros da mesa diretora também são eleitos através do voto, então... nós já vivenciamos isso dentro das nossas igrejas... o eleitoral também nas nossas igrejas. E isso tudo [...] vai se criando um vínculo né, com pessoas, com [...] líderes das nossas igrejas e entendendo o novo momento que vive o país e entendendo o momento que vive a igreja. É... nós fomos criados pra que... eu por exemplo, nasci na AD né, e a gente foi criado ouvindo que a política era coisa do diabo, era coisa do diabo e a gente cresceu ouvindo isso, que não era pra nenhum membro de igreja se envolver com política, e a gente cresceu nisso. Nossa igreja nasceu sendo avessa a política, mas nós fomos entendendo, os líderes foram entendendo durante o tempo que a igreja tinha necessidade e tem necessidade de ter os seus representantes. Por quê? Porque [...] o país desenvolveu, hoje tem lutas importantes no país que depende [...] não que as pessoas que vão ocupar um cargo público ou mandato que vão defender tão somente os interesses da igreja. Mas, são temas hoje que afetam diretamente a família. E a igreja é uma instituição de [...] que preserva a família, que busca a preservação da família. Então, a igreja tem um papel importante em sua luta pra dias melhores para o nosso povo e também para as famílias. Então, quando a gente se coloca à disposição de um mandato na igreja é pra você ter um [...] tem uma porta, uma porta. uma voz que a igreja é... muitas vezes não tem né. Nós temos a liberdade de culto, temos a liberdade de expressão, mas geralmente num [...] quando isso se torna um hábito do político, um hábito [...] das casas de leis, mas se não tivermos os nossos representantes a gente fica... não temos uma voz. Então, é importante da igreja também ter os seus representantes, ter uma voz no parlamento é... falando, não em nome de uma denominação, mas que é... tendo uma voz naquilo que acredita que é o certo, que é o bom e o melhor para o nosso povo para a nossa nação, nossa juventude tenha dias melhores (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O trabalho na igreja e sua ascensão nos postos da direção da AD no município de Vila Velha são reconhecidos por ele como fatores que influenciaram sua projeção para o campo da política. A questão da família emerge como central nessa relação entre o pentecostalismo assembleiano e sua inserção na esfera política.

O pastor destaca uma transição na mentalidade assembleiana em direção a uma posição mais flexível em busca de representação política para a defesa dos interesses da AD como instituição. O comportamento da AD parece confirmar a hipótese de que houve uma mudança no sentido de procurar traduzir demandas internas transformadas em questões políticas.

Com relação ao papel da religião no sistema político, o pastor Oscar responde que não há primazia na escolha de candidatos pelas lideranças, porém, atribui esta escolha à Comissão Política, que indica quem são os candidatos aptos para a

concorrência eleitoral com apoio institucional. A mídia estadual divulgou matéria mencionando o processo de seleção de candidatos⁵⁷.

Não... eu estou dizendo pra você que nós temos uma comissão, a Comissão é que diz, a Comissão Política é que diz quais são os candidatos melhores para nós, e nós então passamos pra igreja né... (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

O candidato Gustavo De Biase se posiciona de forma mais crítica em relação aos processos ligados ao debate sobre a participação política da AD no cenário local e nacional.

Eu acho que o debate é feito de forma muito atravessada e oportunista usando uma... desonestidade intelectual por parte de algumas lideranças é... em se colocar, por exemplo, causas como a questão LGBT, a questão de direitos humanos como questões fundamentais de ataque... alvo desses caras, eu acho que não é isso. O Brasil é um país é... um país rico e extremamente pobre ao mesmo tempo. Com pessoas morrendo de fome. Com uma corrupção imensa e não é a bandeira que essas lideranças levantam. Então, eles querem, às vezes, fazer do parlamento o púlpito da igreja deles. Não é. Está errado. Acho que a liberdade deve existir para expressar o que ele pensa, para o deputado cristão. Ele está ali pra legislar a favor do povo, o povo todo, não é só o povo de Deus, que é o Deus que ele acredita e que eu acredito, não. Então, eu acho que o Estado é laico, mas não é ateu. Então, se por um lado, quem não é cristão tem que respeitar o cristão, não podendo intervir na liberdade de culto dele dentro de seu templo e os cristãos não podem querer por leis, obrigar as pessoas a seguir algumas práticas que são coerentes para eles que acreditam na Bíblia. Agora, pra quem não acredita, tem que seguir a constituição né. Então, é laico, mas não é ateu! É o que eu digo! Tem que respeitar a pluralidade e a tentativa da igreja de interferir no Estado de forma a aparelhar, não a beneficiar o todo [...], eu acho um pouco complicado (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O candidato se liga a uma visão mais progressista da relação entre a religião e o campo da política. Afirma um discurso de tolerância e pluralidade no processo democrático e se aproxima de uma visão mais “progressista” do campo religioso, especificamente em relação ao público evangélico.

⁵⁷ “[...] ”A gente sempre orienta os irmãos a escolherem o melhor. Temos um conselho político formado por cinco pastores, que sabatinam os candidatos que nos pedem apoio”, explicou o pastor Oscar. Nessa sabatina, o conselho da Assembleia de Deus pede ao candidato que apresente certidão de casamento, nada consta no Serasa e no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e uma declaração médica comprovando não ser portador de desvio mental.” (FACHETTI, Eduardo. Pastor cobra atestado mental de candidatos. Exigência vem da Assembleia de Deus. **Gazetaonline**. Política. 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/05/noticias/a_gazeta/politica/1251361-fe-na-eleicao-pastor-cobra-atestado-mental-de-candidatos.html>; Acesso em: 9 de ago. 2013.).

4.3.2 O comportamento dos pentecostais da Assembleia de Deus na política estadual

Quando questionado sobre o comportamento dos pentecostais da AD na política estadual, especialmente no legislativo capixaba, o pastor Oscar Domingos de Moura ratificou o já exposto em relação às decisões da Comissão Política da CADEESO.

Eu... eu já...vou repetir, nós... nós olhamos muito a ficha a conduta dessas pessoas, infelizmente, infelizmente, nós não temos sido muito felizes nessa parte porque muitos... muitos candidatos evangélicos que entra lá, não dão bom testemunho. E nós, às vezes... nós ficamos envergonhados, envergonhados devido às vezes a pessoa chega lá como representante dos evangélicos, chega lá e não dá bom testemunho. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

Observa que a representação parlamentar indicada nem sempre é bem sucedida quando mencionados os casos de escândalos e sobre os comportamentos dos pentecostais na política de modo geral. No entanto, em entrevista a revista *Comunhão* (2010), registra o seguinte sobre a atuação parlamentar, na esfera federal, estadual e municipal e sobre suas contribuições:

Os nossos representantes têm defendido os interesses da sociedade de um modo geral, pois foram eleitos para isso. E também, quando surgem matérias que venham contra os interesses da Igreja, eles têm se posicionado como defensores do nosso povo. Quanto a outros projetos, eles não têm conseguido muita coisa porque são minoria, e na hora da votação seus projetos são rejeitados. Precisamos eleger mais representantes, tanto na área municipal, quanto estadual e federal, para poderem defender os interesses da Igreja (COMUNHÃO, 2010).

O pastor Reginaldo Loureiro lamenta a redução da representação da AD no legislativo, porém, acena para uma possível organização em torno de um projeto político mais consolidado para a denominação no estado do Espírito Santo.

Olha é... a política, hoje, é... [...] infelizmente a AD hoje... já teve o seu representante, que é o ex-deputado Reginaldo Almeida, representado na Assembleia Legislativa. Hoje nós não temos mais né... infelizmente... a AD de fato não tem mais o seu representante na casa de leis que é a Assembleia Legislativa. Então, eu acho que nós não podemos abrir mão disso, é... querendo ou não querendo, as instituições tem seus representantes nas casas de leis né. Nós temos alguém que defende a classe médica, temos lá que defende é.. a classe operária, então, há vários segmentos que são representados na casa de leis, pessoas de várias

partes da sociedade. Então, é... a igreja não pode abrir mão disso, a igreja, a igreja.. tem um papel importante e tem decisões que passam pelas casa de leis, que se deixar, a gente é discriminado. Hoje a gente fala de liberdade de culto, de liberdade, é..., mas, essa liberdade ela [...] é limitada, nós temos, nesse momento de discussões... às vezes, nas casas de leis é que as igrejas elas ficam em segundo plano né... e eu sempre digo o seguinte, se a igreja, ela faz... ela tem um papel tão importante que os governos tinham que olhar muito mais pelas igrejas, incentivar até as igrejas... por quê? O papel social que a igreja realiza, ela... não tem tamanho. No poder público, o que mais tenho visto, e aí o interessante é que a igreja faz esse papel com pouco recurso, com recursos próprios, com seus dízimos, com seus irmãos com a ajuda, e faz um papel social que às vezes muitos governos com muito dinheiro não conseguem fazer o papel social tão importante e eu sou testemunha disso né. Das dificuldades que a gente vê nas nossas casas de recuperação aí que lutam com dificuldade pela regularização recuperando vidas, pessoas que estavam no tráfico, no crack, na cocaína, sendo recuperados, tornando-se até obreiros da igreja e tratando de outras pessoas. Então, é esse papel, é essa voz no parlamento é que a igreja precisa, por quê? É... a igreja, às vezes, só é olhada no momento eleitoral, um outro alerta que eu quero deixar é que a gente, às vezes, só é olhado [...] as igrejas... só é olhada no tempo eleitoral. No tempo eleitoral a gente recebe a visita de todo mundo, vai lá pedir nossos votos, dos membros de nossas igrejas. Mas, passou o processo eleitoral, essas pessoas nunca mais voltam, nem pra agradecer e não estão nem um pouco preocupados com a nossa denominação. Então, a gente como é... vivencia a política na igreja, a gente, tem... porque nós precisamos ter a nossa voz, nos parlamentos aí, seja ele na câmara estadual, câmara federal, câmara municipal, precisamos da nossa voz porque a igreja AD é a maior denominação do Brasil e do Mundo e é inadmissível que a nossa igreja não tenha suas representações nas câmaras municipais e nas assembleias legislativas, e na câmara federal (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O depoimento confirma a ideia de que a representação da AD termina por reproduzir a cultura política e luta, de forma institucional, no sentido da defesa de seus interesses enquanto instituição, ratificando a necessidade de representante no parlamento. Também destaca o papel social que as organizações religiosas exercem, como o caso dos “centros de recuperação” de usuários de drogas e a conversão desses “ex-usuários” à denominação, como o caso de alguns, que se tornam “obreiros” após o tratamento nesses centros de recuperação (comunidades terapêuticas evangélicas).

O candidato De Biase, faz uma ponderação crítica em relação ao cenário político local e o comportamento de alguns representantes. Afirma a existência de uma cultura de direcionamento de votos por meio das lideranças. Segundo as palavras do entrevistado:

Olha, eu acho que a igreja evangélica passou a ter uma relevância muito grande no cenário político, não só estadual, mas nacional quando teve a

decadência da cura da libertação das Comunidades Eclesiais de Base e aumentou em grande proporção o número de evangélicos e as pessoas perceberam que quando você pega uma igreja com 700 membros, 800 membros, ali é voto quase certo. Se um pastor fecha com um candidato é certo, é voto na urna ali todo mundo vota porque a orientação que eles veem que é liderança espiritual. Então, se é liderança espiritual, faço uma associação como se Deus quisesse que eu votasse naquele candidato. E aqui no estado, temos um cenário proporcionalmente mais evangélico do Brasil né. E, infelizmente, o segundo que mais “mata” jovens também. Eu acho que esse é um dado totalmente incoerente, de ter um número de cristãos elevado e um número de mortes também. Eu acho que Cristo leva vida e não morte. Mas a gente tem que rever os conceitos e os evangélicos daqui. E temos aqui... acho que grande parte dos deputados e dos vereadores, inclusive de Vitória, são evangélicos. Agora, no meio pentecostal, se tem o Reginaldo Almeida, o Jurandir, agora Lauriete, o Magno... eu acho que eles poderiam desempenhar o cargo que eles ocupam de uma forma mais incisiva de luta por direitos sociais. Por moradia, por habitação, eu não acho ilegítima a atividades deles não, eu não concordo com tudo e acho que a gente tem que respeitar o espaço de cada um, mas eu acho que poderia ter sido melhor, poderia ter avançado mais. Agora, com essa pressão popular, eu percebo que eles recuam nos pontos e passam a repensar algumas afirmações, mas a gente tem muito pra avançar (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

Em relação a essa discussão, o entrevistado destaca a incoerência entre os dados relativos ao estado do Espírito Santo. Como já referido anteriormente, é o estado “mais evangélico” do país com mais de um milhão de evangélicos no estado. Alcançaram cerca de um terço da população capixaba segundo os dados do Censo (IBGE, 2010). No entanto, também é o mais violento e o segundo em mortes por arma de fogo, conforme o Mapa da Violência 2013⁵⁸.

Ressalta a carência de uma mudança de perspectiva em relação a arena política, no sentido de um debate mais amplo sobre o papel dos representantes ligados ao pentecostalismo assembleiano. O que inclui propostas de cunho social, como o problema da aquisição de moradia e habitação. Esse tipo de bandeira está ligado mais comumente a lideranças que já se envolvem em questões sociais. Não compõe uma pauta específica para defesa por parte de representantes da AD.

É complexo o papel dessa “representatividade” que termina por ficar na mão dos partidos e parlamentares. A igreja acaba exercendo um papel secundário, como

⁵⁸ Ver: WEISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013**. Mortes *matadas* por arma de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (CEBELA). Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>; Acesso em: 23 de ago. 2013.

base eleitoral para esses candidatos. O candidato citado acima descreve, abaixo, práticas para obtenção de sucesso eleitoral por parte de alguns candidatos:

[...] eu acho que eles não abandonam a esfera religiosa como rol para a vida pública não, tem uma diminuição na esfera religiosa, mas eu acho que eles intensificam, isso é outro erro, intensificam sua atividade religiosa em época/véspera de eleição né. A gente brincava com o seguinte: nunca víamos os políticos... de dois em dois anos. Mas, quando chegava no ano que tinha eleição, o cara já aparecia no culto, colocava a barriguinha lá na frente, depois no final já estava indo embora porque tinha que passar em mais cinco igrejas numa noite... Mas, não é porque ele tá intensificando a sua vida religiosa, é porque ele quer aparecer para o povo. Agora eu vejo que... é como diz... se é legítimo que se afaste... se eu não tiver respondendo a pergunta eu repito depois, mas eu acho que é legítimo que se afaste para exercer a atividade política e se... acabando o mandato volta e ocupa o seu cargo novamente, até porque um pastor ser deputado é bem legítimo, ele vai estar fazendo aquilo que ele acredita que é o correto. Que é a missão dele. Eu acho que... muitos vêm isso como uma missão, como um chamado para o ministério, sacerdócio, e depois que acabar a vida pública ele seja reintegrado ao seu cargo, acho que isso é tranquilo [...]

Tem dois tipos de motivações. Tem os que saem da igreja e partem para a vida pública porque de fato acredita que é uma missão como é o meu caso. Eu acho que é necessário você... as pessoas que são chamadas para isso devem seguir essa carreira que não é muito doce, nem fácil não... é bem árduo, bem difícil, mas isso é uma missão e a construção vem a partir da sua vivência enquanto está na igreja, com a comunidade, se faz trabalho, se faz visita nos lares, você conhece as comunidades, você sabe das necessidades do povo, você está ali ouvindo o povo todos os dias, então, a construção começa assim e o cara está ali e ele vê que a igreja só não vai suprir... é... só a igreja não vai suprir as necessidades do povo, no sentido material mesmo, então, ele dá um passo além né, e começa a sua atuação política e embasado pela Bíblia também. [...] e tem outros que vão por oportunismos, por oportunismo... e querem aparecer e se enriquecer. E muitos fazem isso e isso é um absurdo. Tem uns que são motivados pela Bíblia e outros por oportunismo, e nem têm construção, são “fakes”, são “mandraques”, falsos e muitos chegam, botam dinheiro na campanha e ele ganha. Como a igreja escolhe o candidato? Tem, também, várias formas, eu acho que as mais comuns... tem a que o candidato chega para a liderança e negocia. Quantos cargos vão ter, quanto de emenda vai vir... “Ah, isso, isso, isso, assim... táh, o voto é seu!” E tem uns que escolhem por propósitos, que eu acho mais coerente numa igreja uma instituição... a igreja precisa ter sua própria política, mas, não escolhendo um único candidato, porque você... fica muito tendencioso, o candidato vai lá e apresenta que é o candidato tal, que os irmãos orem por ele, aonde chegou, também... Agora, quem escolhe geralmente um, é porque tem algum benefício com o caso, não todos, alguns escolhem mesmo porque quer, mas quando é escolhido um é porque infelizmente tem algum acordo nos bastidores que o povo não sabe (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O relato confirma a hipótese de que permanecem ainda, no comportamento político da AD, práticas e vícios da cultura política brasileira como o clientelismo, o fisiologismo, patrimonialismo. Em relação a escolha do candidato o depoimento é

ilustrativo dos possíveis laços que podem ser criados com o apoio institucional dispensado aos candidatos oficiais.

4.3.3 Da preferência pelo legislativo ou executivo

Em relação a esse ponto, questiona-se a existência de um campo de ação preferencial das lideranças políticas oriundas da hierarquia religiosa.

O questionamento se deu no sentido de procurar alguma relação para a atuação no parlamento ou na esfera do poder executivo. O pastor Oscar se posicionou da seguinte maneira:

Nós temos, na Câmara Federal, vários representantes evangélicos, né... Também, no legislativo tem evangélicos, aqui na câmara de vereadores também tem evangélicos, existem evangélicos, então... em todas essas áreas. Nós temos representantes evangélicos que estão lá é... trabalhando tá... como deputado federal, como estadual, vereador, até como prefeito nós temos. É... (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

Observa que a gradação em referências ao legislativo foi maior no discurso do pastor Oscar apresentado acima. Parece que a tendência prevalece em direção aos parlamentos federal, estadual e municipal em detrimento do executivo.

O pastor Loureiro relativiza a presença pentecostal assembleiana nos parlamentos, porém, reafirma a ideia de que os cargos são ocupados na esfera pública no sentido de conquistar espaço e apoio para as instituições. Especialmente as que trabalham com questões sociais e aponta a carência de atenção por parte do governo como um ponto para melhoria na relação entre igreja e Estado.

Não, não importa onde esteja ocupando, seja no executivo, seja no legislativo, o importante é que quem governe, quem faça as leis, o faça com justiça, né... porque nós não queremos, eu vou repetir, não queremos privilégios. Porque eu sou deputado da AD eu quero privilégios para AD. Eu quero tratar com justiça. Que a igreja seja entendida como instituição que visa o bem pelo mundo e todos. Um igreja que tem os seus membros... a gente vê a dificuldade que passam as igrejas, que vem fazendo cantina, [...] arrecadando alimentos pra fazer uma obra social, pra manter uma casa de recuperação sem nenhum cruzeiro ou recurso público. Então, a gente vê e acompanha isso de perto, porque eu quero que a igreja seja inserida nesse projeto e ela vai ter muito para contribuir né, pra... para o governo,

principalmente na área social. Porque a área social é uma área carente né... e eu acho que.. acho não, tenho certeza que ninguém melhor faz a obra social, tão bem quanto a igreja. A gente vem com poucos recursos é... tratando de vida, cuidando de vida e a igreja... eu sempre digo, é melhor que se abra uma igreja....que... melhor que se abra uma igreja em cada esquina da cidade que um ponto de tráfico de drogas, a igreja tem muito mais a contribuir. Então, é... o governo tem que olhar melhor para as igrejas, e com certeza a igreja tem muito que contribuir com o governo (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O candidato De Biase, confirma uma tendência para o poder legislativo. Afirma que isso se dá em função da rejeição ao discurso conservador, que é visto com certo receio por parte da população, especialmente por intelectuais e pela classe média. Também, pela forma como estão organizados os atores nos arranjos políticos construídos nas campanhas, bem como ao papel que representam os “puxadores de legenda”. Ao ser questionado, o entrevistado confirma tal suposição da seguinte maneira:

Principalmente legislativo. Por quê? Como político pentecostal ele tem uma atuação muito restrita ao seu meio evangélico. A rejeição dele com outros campos é enorme. Então, o político tal tem 30% dos votos, é dele, ninguém tira. Só que se ele for para o segundo turno no executivo ele não ganha. Porque a classe média não compra um discurso tão conservador, às vezes. E a classe intelectual combate com veemência. E acaba ele perdendo o público, os meios de opinião. Então, necessariamente é um voto que tem muita relevância na periferia, nas classes média-baixa, ou com menos instrução, gente boa, gente sincera, mas que não tem tanta oportunidade para estudar um pouco as propostas, conhecer, e a partir do momento que a população vai conhecendo as propostas, esse tipo de político perde um pouco o seu igual, mas mesmo assim ele tem um espaço. Por isso prefere o legislativo, porque lá pode fazer uma luta mais solta, assim... é aquilo, que ele não é, assim... não é um síndico né. Não é um prefeito, que tem que ficar ali mediando, não. Lá no legislativo eles juntam a bancada evangélica bate o pau num tema só e crescem com isso. Aí passa um ano, passam, tem três deputados, no outro tem dez, no outro tem quinze e vai aumentando a proporção com um puxador de legenda. Como é o caso que vai acontecer com o Feliciano agora em São Paulo, que provavelmente vai vir candidato a Deputado Federal e vai ser reeleito com quase um milhão de votos. Vai levar mais uns quatro da AD com ele. Então é... uma proposta para o legislativo. Já foram várias tentativas de se chegar ao executivo. Eu acho que não passa. Não tem como você chegar com um discurso restrito a um grupo só ao executivo. Isso é muito difícil (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O depoimento tende à confirmação das análises que afirmam que a AD, nas suas práticas políticas, reproduz a cultura política brasileira de modo geral. Usa estratégias eleitorais consolidadas no modelo eleitoral em vigor que é regido por eleições proporcionais para os legislativos e utiliza o quociente eleitoral para o

preenchimento das cadeiras e a distribuição das sobras de vagas reservadas a determinadas legendas pelas quais se elegeram os candidatos.

Os pentecostais não se apresentam para as eleições do poder executivo, conforme explicou De Biase, porque não têm capital eleitoral para alcançar tal objetivo. Pensam para o grupo e conforme os arranjos institucionais que regem os acordos em função do grupo. Logo, não conseguirão de imediato alianças para eleições desse quilate.

4.3.4 Benefícios da atuação na política para a igreja Assembleia de Deus

Nesta parte, procurou-se destacar a opinião dos entrevistados com relação aos benefícios da atuação na política para a igreja AD. Bem como a relevância da atuação dos parlamentares representantes da AD na política.

Conforme o pastor Oscar,

Bom... como evangélicos que são, eles trazem benefícios, alguns benefícios, porque... Jesus disse que quem não é contra nós é por nós. Eles estão lá e... não são contra nós. Certamente isso já é um benefício. De não trazer pra nós uma... uma perseguição política né. Que... às vezes se nós não tivermos pessoas lá dentro que professam o evangelho de cristo, podem os elementos tomar proveito disso e perseguir aquelas pessoas que professam a crença evangélica, e nós temos lá muitos componentes na política, temos deputado federal, deputado estadual, quando vem algumas leis que venham prejudicar o andamento da igreja eles sempre se posicionam em favor do evangelho. Em favor da verdade, então, são benefícios que nós temos. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

O pastor Reginaldo Loureiro, comenta que os interesses da AD são objeto de luta, também no plano político. A afirmativa parece confirmar a ideia de que a denominação traduz demandas internas para a esfera da política. O seu depoimento registra o seguinte:

[...] para AD, como eu disse, é a maior igreja, a nível de Brasil e até mundial, ela é a maior igreja tratando-se de mundo, então, a gente precisa de ter o seus representantes porque a igreja AD, ela que é uma igreja pioneira, ela é uma igreja que já quebrou esse tabu, né que eles tinham um tabu muito grande na AD né que... de os seus membros não se envolverem

na política. Isso já foi quebrado lá atrás e eu acho que é importante porque a igreja passa a ser respeitada é... é... naquilo que ela representa. O interessante, é... às vezes, o líder do poder executivo, o governo, ou o prefeito da cidade diz: “fala que o pastor fulano de tal quer falar com o prefeito”, ou “quer falar com o governador”, vai levar talvez um ano, talvez ele acabe o mandato e não se consegue atender esse pastor, mas se tem um representante, tem um deputado ou um vereador, o pastor vai procurar esse vereador numa demanda da igreja, ou vai procurar o deputado, e vai falar: “ô deputado eu preciso ter uma conversa com o governo e é algo que eu acho que é interessante pra comunidade”, e esse prefeito ou esse governador vai atender porque, a igreja tem um peso político. Tem um referencial político. Mas se não, a gente vai ser olhado como mais um, e sendo que é uma igreja forte, uma igreja que faz um trabalho importantíssimo na cidade e eu tenho a certeza que esse é o desejo... esse é o desejo da igreja e é isso que nós vamos trabalhar pra que nas próximas eleições a igreja tenha o seu representante tanto na câmara federal ou estadual e também nas próximas, municipal também, nós tenhamos um representante da AD (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O relato do pastor Loureiro apontado acima, corrobora com os argumentos de que a AD tem trabalhado no sentido da construção de um projeto político próprio para o crescimento de sua representação parlamentar. Isso, no intuito de ampliar sua esfera de influência por meio dessa representação no âmbito do legislativo.

Porém, não existe um projeto político para a sociedade como um todo, como uma visão ampla sobre a educação, sobre o pacto federativo, saúde, segurança, sobre a economia, etc. Ele é confundido com um projeto de poder de aspirações hegemônicas para ocupação e controle da esfera pública em busca de dividendos políticos e atendimento das demandas institucionais por parte dos vários ramos pentecostais.

Para o candidato De Biase, em relação ao saldo positivo que a AD pode obter ocupando uma fatia do poder, comenta o seguinte:

Benefícios são... eu já vi muito isso quando era adolescente, criança, porque eu cresci lá. Vamos eleger um homem de Deus porque quando a gente quiser fazer um evento aqui na rua a gente vai ter alguém para pedir para fechar a rua. Não é nada que é ilegítimo não, eu acho que é até tranquilo, mas eu acho que é muito pouco para um parlamentar. Isso aí um vereador, um deputado ter que ir além disso. Ah! O “disk silêncio” está querendo fechar a igreja, aqui está muito barulho. Os caras estão fazendo vigília às 3:00 da manhã tocando um forró altíssimo... já fui várias vezes, tem sapateado, isso é bom... mas quem quer dormir do lado não é obrigado a ouvir não. Aí eles fazem o quê? Aumentaram... você vai ver uma cidade... aqui em Vitória, os vereadores pressionados, aumentaram os decibéis que podem acontecer, proibindo algumas igrejas de serem multadas pelo disk silêncio. Igreja! E se proíbe a igreja, tem que proibir também o... se libera a igreja tem liberar também o... candomblé, tem que liberar o centro espírita, a Igreja Católica e outros que não são religião também. Porque se um pode,

abre o precedente pra outro. Então, é... infelizmente aquela coisa que... há de se ver isso muito, eu parei de falar porque isso não vale a pena, mas lideranças fazem acordo com políticos evangélicos em troca de cargos depois que eles forem eleitos, para os filhos deles. Isso aí acontece muito. Muito, isso é normal. Não era pra ser, mas isso é normal. O cara ganha... Oh! Você conseguiu 500 votos para minha campanha, bota meu filho, genro, sogro, cunhado. Enfia no gabinete porque vai garantir a reeleição dele depois. É... acho que resumindo isso, tem que passar dos benefícios pessoais e exclusivistas para benefícios mais amplos pra toda sociedade e não somente para a denominação A, B ou C. Acho que o Espírito Santo é muito maior que isso [...]. Pra instituição em si... tem as famosas emendas parlamentares. Isso aí é um... foi feito com uma boa intenção na Constituição Federal de 1988, mas é uma vergonha. Tem ainda muitos casos de... parlamentar tem direito a um milhão de emenda, um milhão e meio agora. E o que é que ele faz? Às vezes a igreja abre uma casa de recuperação né, um centro com um CNPJ lá registrado, pleiteia a emenda com o deputado A ou B, o deputado tem a emenda liberada pelo governo, mas só chega a metade do dinheiro pra... pra... de acordo com a liderança, às vezes, só chega a metade do dinheiro e a outra metade é pra campanha dele. E a outra, às vezes, vai para o bolso de alguém. É uma coisa que precisa ser mudada. Uma cultura política... é... porque a Instituição é legítima, ela tem uma relevância social, uma tratamento com escola, muitas vezes, dependentes químicos, a sociedade em geral, mas algumas pessoas não podem manchar... pouquíssimas pessoas não podem manchar a imagem de um grupo gigantesco e representativo e que eu amo, que eu acho que são honestos e sinceros. Então, acho que essa questão das emendas parlamentares são sérias (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

Esse comportamento da instituição parece refletir determinadas práticas da cultura política brasileira, como o clientelismo, patrimonialismo, etc.. Assim como, conforme destacam Tomio e Ricci (2008), podem apontar para a ocorrência de práticas paroquialistas e distributivas no âmbito do legislativo, no caso da possibilidade de relação com aspectos que envolvem a lógica da conexão eleitoral.

4.3.5 A relação entre interesse público e interesse das igrejas

Também foi apresentado aos entrevistados um questionamento sobre a relação entre interesse público e o interesse das instituições religiosas. Aspectos relacionados às manifestações que estão acontecendo pelo Brasil, mas, também, ao papel que alguns líderes exercem nas instituições. Fato que pode favorecer certa transformação de prestígio religioso adquirido internamente em capital político.

O depoimento do pastor Oscar Domingos de Moura se aproxima de uma ideia que valoriza a manutenção da estrutura de poder vigente. De uma lógica de submissão à autoridade e, ao mesmo tempo, espiritualizada do mundo, conforme sua visão.

Não eu não ligo... eu não ligo a nossa vida religiosa, vida espiritual com esses movimentos não. Porque... carne é carne e espírito é espírito. Então, nós que vivemos no espírito não podemos de maneira nenhuma.. é... comungar com esse tipo de negócio, nós não comungamos; eu por exemplo não comungo com isso certo, porque o que nós vemos hoje é um movimento totalmente alheio... alheio as coisas e alheio a palavra de Deus. A palavra de Deus ensina que não podemos, de maneira nenhuma, fazer esse tipo de negócio né, agitação, agitar né, fazer amotinação, amotinar o povo, jogar o povo contra o governo, porque o mundo... cada dia que se passa, ele arruína mais. Não tem um governo que possa dizer assim: "eu vou resolver o problema!" não tem um. E se ele falar que vai resolver o problema, ele tá pregando uma mentira para quem tá ouvindo ele, porque não tem ninguém pra dá resultado positivo nesse mundo, porque o mundo está condenado já a terminar em fogo e cada dia que passa, ainda foi melhor o dia de ontem, amanhã o dia pior. Basta cada dia o mau, o senhor Jesus disse, todo o dia a iniquidade multiplica, a malícia, a maldade, a dificuldade de viver do mundo cada dia pior, a população é... a população cresce cada dia, é uma explosão demográfica, todo dia cresce a população, e a terra não tá produzindo para alimentar essa multidão de gente que tá crescendo assustadoramente no mundo. Então, o que acontece? Esse alvoroço já é fruto da inquietação da multidão que tá em cima da terra. Eles tão querendo de toda maneira que os governos resolvam os problemas deles, mas, acontece que não tem meio de resolver os problemas, o governo não tem. Por quê? A terra tá aí, ainda tem muita terra que possa plantar, pode colher... mas, eles não quer, não quer ir lá pra roça plantar e colher, eles quer malandragem, quer viver dormindo até meio dia e quando chega meio dia a barriga tá com fome, ele não tem dinheiro e vai assaltar, pega uma arma e vai assaltar, assaltar.. sequestrar, pegar uma bomba e jogar lá dentro do banco, pegar caixa de banco, pegar dinheiro.. sabe o que é isso? Eles não querem trabalhar, não, querem ganhar a vida fácil e aí a coisa vai ficando difícil, vai ficando difícil... porque o número que trabalha é reduzido é pouco, mas a malandragem cresce a cada dia, a droga cresce a cada dia, o movimento de drogados, de crack, de maconha, de cocaína, cresce a cada dia assustadoramente, então... o mundo tá difícil e nós não podemos enquanto cristãos aderir a esse movimento, nós não podemos ir a favor dessa multidão, nós estamos separados dessas coisas, porque Deus um dia vai botar um juízo, vai estabelecer o dia do juízo para punir essas coisas, então, nós estamos, na realidade, não preocupados com essa situação, nós estamos preocupados em preparar, porque tá chegando a hora de Jesus voltar novamente para buscar os escolhidos dele, e vai tirar nós desse panelão que tá fervendo aí, é um panelão fervendo. Está difícil se viver no mundo... se você não tem dinheiro... ninguém te dá nada e você morre de fome; se você tem dinheiro... os bandidos sabem que você está com dinheiro... te metem a pistola em cima e te assaltam e toma o seu dinheiro, como que vai ficar isso? (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

O depoimento apresenta uma perspectiva pessimista do tempo presente. Uma visão de iminência do retorno de Jesus Cristo e desesperança de melhoria das condições sociais. Caracterizada pelo conservadorismo da ordem vigente, obediência às

autoridades e catastrofismo seguindo a ideia de que o mundo vai terminar em fogo e cada dia que se passa, leva a essa catástrofe. O problema é o crescimento da população (ideia difundida pelo malthusianismo) que gera problemas como a fome sob o anseio de salvação da população por parte do poder público. Segundo essa visão apresentada, a preguiça é a causa os males sociais.

Já o depoimento do pastor Reginaldo Loureiro destaca o seguinte, em relação ao interesse das igrejas e implicações concernentes ao interesse público.

Olha, o interesse, isso aí é, eles estão interligados né... o interesse da igreja também é público. A igreja tem um... a missão principal da igreja é o social, não é? Além da prioridade, que é a salvação das almas, que é o primeiro mandamento da Bíblia. Pra gente que vai pregar o evangelho, para nós, é a primeira missão da igreja. Então, é... isso está acima de qualquer coisa. E paralelamente é o social, porque quando uma pessoa vive bem na sua casa, com sua família, se o pai está empregado, está cuidando bem dos seus filhos isso... naturalmente isso... isso traz benefícios para a igreja, traz dias melhores para a igreja. Então, aí o público, o social, como o espiritual, estão interligados né. Porque se uma pessoa vive bem, bem no seu dia a dia, com sua família, no seu emprego, trabalhando, ele é uma pessoa que vai produzir bons frutos na igreja. Agora, se uma pessoa vive aí desempregado, passando dificuldades né, casamento vive em crise, então... isso traz problemas para a igreja, traz problema para o pastor. Então a gente ora a Deus né... a gente tem orado à Deus que a nossa missão... na igreja é orar pra que Deus venha abençoar o momento que nós estamos vivendo aí, difícil, de violência. A gente tem orado à Deus, mas, entendendo que a igreja também não pode ficar só no espiritual. Nós temos que fazer a nossa parte. Deus faz a parte dele e nós como humanos que, enquanto aqui nesta terra, porque tem coisas e eu sempre falo isso, que Deus não vai mandar um anjo aqui nesta terra pra fazer, tem coisas que ele precisa usar alguém. Como Deus no seu tempo, o tempo da história da igreja, sempre usou alguém, usou a Daniel uma vez, usou José, usou o profeta Isaías no período das leis, sempre Deus no tempo da História da Igreja, sempre Deus usou alguém, usou a rainha Esther... usou alguém pra um [...] pra abençoar a nação. Então nesse tempo não é diferente. Nós vivemos num tempo que Deus não vai mandar um anjo lá do céu descer aqui pra resolver coisas que nós temos que resolver. Então, como Deus é representado aqui? Como a igreja é representada é através de homens vocacionados que vão dedicar a sua vida, dedicar a sua vida pra serem representantes da igreja (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

Sua visão remete a justificativas bíblicas para o engajamento social. Os pentecostais associam comumente a relação IgrejaXEstado com o mundo do Antigo Testamento. Com o imaginário mítico e pano de fundo histórico do mundo hebreu. Como a figura de José, Moisés, Davi ou de lideranças veterotestamentárias que fizeram parte de governos ou eram lideranças tribais que ficaram reconhecidas na literatura do Antigo Testamento. Esse é um recurso recorrente nos argumentos de pentecostais para

afirmação da importância de sua participação em cargos de liderança e mesmo na política.

O posicionamento do candidato De Biase confirma a ideia de ampliação do discurso político para abranger uma maior fatia do eleitorado em geral e não apenas o eleitorado evangélico, pentecostal ou parte dele.

Eu acho que... o interesse das igrejas faz parte do interesse público, mas não é o interesse público. Você colocar como sendo interesse público ou das igrejas você restringe aquilo que não é da igreja por fora... não. Eu acho que a igreja tem a sua parcela, precisa ser representada no parlamento, certo? É legítimo. Precisa ser ouvida por seus representantes como um setor que tem relevância e tem um grande número da população de adeptos. Agora, o exclusivismo pra esse setor eu sou contrário. Eu acho que tem que ser uma coisa mais ampla, mais aberta, e os parlamentares eleitos com o apoio dessas igrejas tem que pensar que eles não só legislam pra igreja, eles legislam para o país, para uma cidade, para o Estado. Então, eu continuo cristão, tenho minhas origens na AD e acho legítimo, mas vejo com “recessão” [talvez quisesse dizer receio] algumas lideranças de igrejas que dizem estar beneficiando a comunidade, mas na verdade estão beneficiando alguma liderança e a eles próprios. O povo em si, começa a perceber que não é só o interesse da igreja que está em jogo não, é da sociedade (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O depoimento do candidato Gustavo de Biase se aproxima de um discurso mais crítico em relação às práticas tradicionais realizadas pelos grupos evangélicos e pentecostais, talvez pela possibilidade de votos em maior fatia da sociedade, conforme o relato deste entrevistado.

Fato que pode ser um empecilho no alcance de sucesso eleitoral com maior participação do eleitorado evangélico pentecostal. Isso pode favorecer a mudança em direção a novas estratégias eleitorais por parte de candidatos não oficiais, como a ocupação de legendas desvinculadas de uma imagem predominantemente evangélica.

4.3.6 A transformação de prestígio religioso em capital político

O intuito é compreender, segundo a opinião dos entrevistados, o fato da possível transformação de prestígio religioso em capital político. Busca observar, mais

especificamente, se ocorre, de alguma maneira, uma construção de carreira política por intermédio da construção de uma carreira na hierarquia religiosa.

Nas palavras do pastor Reginaldo Loureiro isso é fato. Segundo ele:

É claro que se você... for ver minha história de vida, é uma história... eu já fui presidente da UMADES, da União dos Jovens do Aribiri... presidente não, coordenador da UMADES na época, por exemplo, durante muitos anos militando com a juventude. Hoje eu sou membro da mesa diretora da Convenção por dois mandatos. Então, tudo isso vai capitalizando a gente politicamente. Eu sou pregador do evangelho, prego no estado todo, então, isso... é natural! Isso cabe em capital político (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

Para o candidato Gustavo De Biase, tal fato é recorrente e pode trazer grandes benefícios pessoais ao sujeito que obtém esse prestígio. Inclusive vantagens econômicas, quando ocupa esse papel dentro da instituição.

O cara... vou citar o tal do Marco Feliciano. Ele... teve uma época que ele era um *pop star* no meio evangélico. Eu era adolescente e eu tinha grande admiração por ele, porque ele... porque o cara tem uma eloquência fora de série né. Eu ficava na beira do púlpito e ficava ouvindo o que ele estava falando. E desde aquela época eu já percebia a arrogância dele. Em todos os cultos que eu vi, ele dava um “brigueiro” com o cara do som, “dá mais grave”, “mais agudo”, mas ele humilhava o cara. Infelizmente... e o cara sempre com os ternos mais caros, é... com relógio de ouro, chegava em carro importado... algumas igrejas tem essa preocupação com a ostentação. Isso não era parte de Jesus não, na Bíblia. Dentre outras. E... ele pregava 364 vezes por ano em cidades diferentes, às vezes, três vezes por dia. E cada vez que esses caras vão pregar eles ganham de cinco a dez mil reais. E qualquer pessoa sabe disso. Eu não acho errado não, eu acho que se o cara sobrevive disso, ele tem que viver disso, mas o povo ganha um salário mínimo, entendeu? E... tem que ser crítico com os políticos. Eles ganham muito bem, mas tem que ser crítico com os de dentro de casa também. A Bíblia diz: “de graça recebei, de graça dai”. Se o cara está ganhando para viver, pra botar uma gasolina no carro, pra pagar uma avião, tudo bem, mas pra enriquecer? Pra ter iate? Pra viajar pra Europa todo ano? Aí não! Aí não! E aí, ele transformou em quê? Isso... a necessidade da igreja em expandir, suas barreiras, suas fronteiras e chegar ao parlamento, então, todo mundo que ouvia pregação dele votou nele. E agora, com essa polêmica toda, ele continua transformando o debate que ele faz de forma religiosa em capital político. Então, eu acho que... os religiosos automaticamente tem essa transferência do capital político, mas quando é feito de forma bem... deslavada, deliberada, acho que isso tem que ser visto com cautela. E no caso dele está, acho que... meio equivocado. O que ele representa é parte da população, é legítimo ele ocupar um espaço no parlamento, mas os métodos eu acho que precisa rever, não só ele, mas como muitos que se espelham nesse sentido de... acoplar diretamente o religioso como político (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O candidato discorda da visão que defende a reprodução de tais práticas mencionadas pro ele e comenta sobre o mercado que se criou em torno dos eventos e pregações com indivíduos de destaque na denominação. Tais vantagens podem ser um fator positivo para a projeção na esfera política dos mesmos.

4.3.7 Sobre a Representatividade e Legitimidade do líder pentecostal no espaço político

Nesta parte, se busca o entendimento, segundo os relatos, a influência do político evangélico nos parlamentos e como é expressa a representatividade e legitimidade desse indivíduo como político, na arena política.

Os entrevistados responderam da seguinte maneira, conforme exposto abaixo. Para o pastor Oscar,

A influência [...] ela sempre existe, a influência. Porque os evangélicos eles... a presença deles lá no senado, na câmara federal, mesmo na prefeitura, na câmara de vereadores, então, a presença de um evangélico tem influência, influi.. porque ele está ali... ele está ali como um fiscal, para fiscalizar. Porque numa casa de leis, aonde se outorga leis... se não tiver uma pessoa ali para fiscalizar, para dar um parecer, para dar uma opinião, na hora de elaborar uma lei, essa lei que vem vigorar pra sociedade né, se uma pessoa que não tem um princípio cristão for fazer uma lei, certamente, e sem dúvida, ele vai fazer uma lei injusta. E... estando lá presente um evangélico, sem dúvida alguma, se ele for uma pessoa direita, uma pessoa que observa a lei maior de constituição, que é a palavra de Deus, ele não vai ajudar aprovar leis injustas. Então, ele tem influência, tem influência... e, pelo outro lado, um homem que tem vida mesmo, e dá respeito, ele é respeitado, não é verdade? Então, tem influência sim. Essa pergunta sua tem sentido né... agora, ele precisa ter luz, ter uma vida ilibada, precisa ter uma vida bem pautada na presença de Deus para que os outros vejam nele um homem de responsabilidade. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

Com relação a esse tema, o pastor Reginaldo Loureiro se posiciona da seguinte maneira:

Olha, o líder tem que ter muita habilidade né. O líder... o líder da igreja, ele tem uma responsabilidade muito grande com seus membros. Mas, ninguém pode vender... às vezes como acontece, às pessoas estão vendendo a igreja toda. Ah! Eu tenho aqui cem votos, duzentos votos, trezentos votos. Nenhum líder é dono dos votos da igreja. O que o pastor pode fazer é conscientizar. Uma palavra de conscientização. Referendando aquilo que

ele acha que é melhor para representar a igreja. Mas o voto não é de nenhum líder, ninguém é dono de voto. O voto, ele é... pessoal né. A pessoa vota até secretamente, então, é algo pessoal. Tudo que ele pode fazer é orientar. Porque esse voto de cabresto, isso já acabou há muito tempo, não existe mais. Porque a gente entende que isso é algo ultrapassado e não condiz com aquilo que a gente prega. Então, o voto deve ser livre, os líderes tem apenas que conscientizar os seus membros daquilo que ele acha melhor e referendando aqui que ele acha melhor para representar o povo (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O trecho do depoimento do candidato mencionado acima se estrutura em um eixo que busca relativizar o papel e a influência das lideranças no voto dos membros.

Já o candidato De Biase, aponta que as práticas tradicionais reproduzidas por membros ligados ao pentecostalismo assembleiano refletem vícios da cultura política brasileira.

Se encaixa... que ele tem que ali, sob um ponto de vista que é um ponto de vista dele, que é da população que ele representa, é... de forma mais específica né, ele precisa ali abordar temas como o aborto, como drogas, como o casamento civil homossexual, acho legítimo se posicionarem contra, certo? Acho que não é nada de ilegítimo, de antidemocrático... não é isso. Não é isso não. Vale discordar em algumas coisas, né... eles têm que responder acerca do que eles foram colocados lá. Não pode... o povo votou neles para fazer uma coisa e eles fazerem outra. Acho que é uma coisa que o Marco Feliciano faz extremamente à risca aquilo que as pessoas que votaram nele esperam que ele faça. Mas, eles precisam trabalhar por uma nova cultura política, então, não tem que mudar a votação dele, mudar o discurso, não. Eles, como representantes indiretos que são, entenderem a responsabilidade que está sobre eles que é maior do que aquilo que colocou eles lá. Então, como políticos, eles têm que entender que eles exercem grande influência no povo. Uma atitude ali, mal pensada, como você ir contra direitos civis, que não tem nada haver com a questão da religião, isso é complicado. Então, eu acho que o papel deles lá é representar o povo mesmo que uma pauta seja conservadora ou não, é legítima. Mas as atitudes as práticas, tudo que... assim que.. é... propina, a corrupção em geral, acho que isso tem que é... pode... fazer pela bancada evangélica... a gente teve aí um... recebendo propina em Brasília e fazendo oração agradecendo... "Oh! Senhor, obrigado pelo pão..." 100 mil reais e o cara tranquilo, isso é safadeza rapaz, então, se... Imagina se Deus vai abençoar um negócio desse. Então, esse tipo de coisa... igual a contratar um assessor e ficar com metade do salário dele, isso acontece muito, isso está errado, entendeu. Não pode passar por essa atuação de religioso, principalmente porque ele levanta a bandeira moral, então, ele tem que ser mais santo que os outros (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

Ressalta os casos de escândalo em anos recentes como exemplos da reprodução das velhas práticas e vícios da cultura brasileira.

4.3.8 Da Influência do político evangélico nos parlamentos e opinião sobre escândalos

Em relação a influência dos políticos evangélicos pentecostais nos parlamentos, a posição dos entrevistados foi questionada em relação aos escândalos que ocorreram recentemente no cenário local e nacional envolvendo lideranças religiosas evangélicas pentecostais, inclusive assembleianas⁵⁹. Componentes, majoritariamente, do “baixo clero” no Congresso.

O pastor Reginaldo Loureiro ressalta que o momento de crise institucional deve ser superado através da inserção na arena política, por uma educação política, e destaca a “parábola do joio e do trigo” para se referir aos casos mencionados.

A gente fica muito triste né, porque a igreja é um referencial. A gente vive hoje um mundo em crise né. Um mundo de dificuldades. Um mundo de violência. As pessoas estão perdendo a credibilidade. A política passa por uma crise muito grande, as pessoas não acreditam mais na política. Hoje um amigo meu pela tarde, ele estava vendo o jornal, eu não vi, mas ele disse que foram entrevistar uma criança... “você está protestando por quê?” hoje foi um protesto com as crianças né. Levaram as crianças, “você está protestando por quê?”, ah! nós estamos protestando aqui contra os políticos ladrões”, é uma criança, então, essa criança está sendo... ela está crescendo com a sua mente voltada para que o político é ladrão, que é bandido. Então, o que é que vai ser do futuro desse país? E a política, a gente querendo ou não querendo, a política, ela é o cerne da sociedade. É... igual esse movimento, estão querendo acabar com a política, e quem vai acomodar isso? Nós já tivemos um momento dos militares, o povo não gostou do militarismo. Então, agora acabando com a classe política, nós vamos ser governados por quem? Então, há uma preocupação com isso. Eu quero voltar para a igreja, a gente alerta, porque a igreja é uma instituição que ainda inspira confiança né. Imagina se tirar a igreja aqui da terra, o que vai ser desse mundo? Porque você vai lá e você vê os

⁵⁹ Um caso emblemático foi o da CPI das Sanguessugas que indiciou cerca de 29 deputados da FPE, sendo 14 da IURD; 10 da AD; 2 da IEQ; 2 da Batista; 1 Internacional da Graça, num esquema de superfaturamento de ambulâncias e repasse de recursos. Três foram inocentados: Gilberto Nascimento (PMSB-SP), Jefferson Campos (PTB-SP) e Zelinda Novaes (PFL-BA). Dentre os líderes citados no relatório final da CPI: Adelor Vieira (AD) (PMDB-SC); Agnaldo Muniz (PP-RO); Almeida de Jesus (PL-CE); Almir Moura (PFL-RJ), Cabo Julio (PMDB-MG); Carlos Nader (PL-RJ); Edna Macedo (PTB-SP); Heleno Silva (PL-SE); Isaías Silvestre (PSB-MG); João Batista (PP-SP); João Mendes de Jesus (PSB-RJ); Jorge Pinheiro (PL-DF); José Divino (PRB-RJ); Josué Bengston (PTB-PA); Lino Rossi (PP-MT); Manoel Moreira (AD) (PMDB-SP); Marcos Abramo (PP-SP); Marcos de Jesus (PFL-PE); Neuton Lima (AD) (PTB-SP); Nilton Capixaba (PTB-RO); Pastor Amarildo (PSC-TO); Paulo Gouvêa (PL-RS); Raimundo Santos (PL-BA), Reginaldo Germano (PP-BA); Vieira Reis (PRB-RJ) e Wanderval Santos (PL-SP); além do senador Magno Malta (PL-ES). BRASIL. **Relatório dos Trabalhos da CPMI “das Ambulâncias”**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/CPI/Ambulancias/CPMI_RelatorioFinal_Volumel.pdf>; Acesso em: 23 de ago. 2013.

jovens... interessante... você vai num sábado à noite numa festa, tem lá duzentos jovens louvando a Deus, e você imagina ele ali, poxa um jovem destes, se não estivesse aqui, onde estaria esse jovem? O que estaria praticando esse jovem? Então, a igreja tem esse papel importante. Então, se começar a igreja sofrer esse... pra onde vai... pra onde irão os jovens? Quem vai ser o nosso socorro? Eu tenho dois filhos, um de 22 e um de 20, e eu tenho preocupação com meus filhos, foram criados no temor à Deus, na palavra. Então, eu luto para que eles permaneçam nisso porque, porque pra onde vai os nossos jovens? Pra onde irão? [...] o sistema que nós estamos vivendo... Então, a gente lamenta, mas a Bíblia diz, que é bíblico, que haveria “joio” no meio do “trigo”, e haverá um dia que o joio vai aparecer. Haverá um tempo. E esse é um tempo que Deus vai estar fazendo... aparecer o joio... mas a igreja ela é... ela não pode ser denegrida por pouco. Porque isso é bíblico. Haverá joio no meio do trigo. Mas a igreja não. Ela é santa. Ela é uma igreja poderosa. Viva. E isso não vai mudar. Vai passar séculos. Vai passar o tempo, mas na igreja existe um povo que é reverente à “palavra”, que procura viver a “palavra”. Mas existe no meio desta igreja, também existe, o joio. Como tem em todo o lugar. Toda instituição tem o trigo e tem o joio. E a igreja também não é diferente. Enquanto estivermos nessa terra nós sofremos isso aí (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O pastor silencia em seu discurso sobre uma acusação de envolvimento em caso de *rachid* (desvio de salários no gabinete), no município de Vila Velha⁶⁰.

O entrevistado De Biase se posiciona na mesma linha, em relação à crítica ao modo de funcionamento de determinados “acertos” e a reprodução de vícios da cultura política brasileira.

Eu acho muito triste, muito triste porque eu falo isso como cristão, você depositar sua confiança num parlamentar, às vezes o cara vai lá também e não vai com má vontade, com má intenção não, mas é um meio que precisa ter preparo. É preciso ter assessoria, ele vai lá e assina um negócio que ele não sabe o que é. O assessor mandou ele assinar e o assessor de má intenção... O cara assina e se prejudica... acho que já aconteceu muito isso... Então, no começo tá. Hoje não tem mais não. Hoje não tem ninguém mais bobo não... a pessoa vai e ela sabe onde está entrando, sabe onde ela quer chegar... Só que, às vezes, no meio do caminho, como diz o pensador, pode ter uma pedra. Então, temos exemplos aí... Ontem em Vila Velha um pastor foi cassado [caso do vereador Almir Neres (PSD)], um vereador com a filha. Então, acho que isso é ruim... Principalmente para quem [...]. [...] Olha, não sei de igreja q ele é não. É em Vila Velha, está aí, nos jornais todos e o cara foi cassado, foi comprovado que o cara ia ao banco sacar dinheiro para a funcionária, para quê? Não sei... Mas é ilegal. Você vê que ele nem teve o cuidado, a malícia, de mandar outra pessoa pegar o

⁶⁰ O pastor foi acusado por um ex-assessor de prática de *rachid*. Uma denúncia foi protocolada em fevereiro de 2012 no MPES. Porém, não se pronunciou sobre o fato em sua fala. Segundo matéria, “O vereador de Vila Velha, Reginaldo Loureiro (PSC), foi denunciado no Ministério Público do Espírito Santo (MPES), por prática de *rachid* na Câmara de Vereadores. A denúncia foi protocolada na última sexta-feira (24), por Wendel Emanuel Pereira Lopes, 34 anos, que atua desde 2007 como auxiliar de gabinete de Loureiro.” FREITAS, Ivan de. Reginaldo Loureiro é acusado de “*rachid*”. **Capixabão**. Política. Disponível em: <<http://www.capixabao.com/noticia/10317/politica/reginaldo-loureiro-e-acusado-de-rachid/>>; Acesso em: 15 de jun. 2013.

dinheiro, ele mesmo foi... Então, é despreparo, às vezes é vislumbre, né. A pessoa sair ali da humildade, da pobreza ali, aí começa a usar terno e gravata, todo mundo chamar de excelência, essa pessoa acha que está em outro patamar do ser humano, mas não está. É um ser humano comum. É triste [...] porque o povo que confia nele é um povo humilde, sincero, povo honesto e que fica assim, “poxa, então, depositei confiança nele” ele foi o terceiro mais votado de Vila Velha, “confiei no cara e não vou votar mais em ninguém, não. Vou votar nulo!”. Isso é ruim para o processo democrático brasileiro, muito ruim (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

Os aspectos mencionados acima sobre as práticas de determinados parlamentares, no seu conjunto, parece que não contribuem para o avanço de uma estrutura mental que se distancie do modelo político vigente, no caso da atuação dos representantes pentecostais assembleianos na esfera política⁶¹.

4.4 PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS SOBRE UM PROJETO POLÍTICO PENTECOSTAL

4.4.1 Entre o voto na urna e o voto pentecostal assembleiano no parlamento

Os evangélicos ocupam uma boa parte do Congresso Nacional, assim como, dos parlamentos capixabas.

No cenário nacional, apresenta-se um quadro de situações na esfera social e política, como a emergência de movimentos sociais e segmentos da sociedade lutando por transformações na estrutura social, por melhores condições de vida e subsistência, bem como maior participação nas decisões políticas de modo geral.

O cenário local reproduz os reflexos do plano nacional. O cenário para o representante político pentecostal tradicional não é, de todo, amistoso. No entanto,

⁶¹ Apesar de não ser aparecer nos depoimentos, o jornal A Tribuna informa um caso de denúncias de desvio em uma igreja AD que chegaria a seis milhões de reais. Dois pastores foram investigados e indiciados: Délio Nascimento, presidente da Assembleia de Deus na Serra e o primeiro tesoureiro, Amazildo Gonçalves. Foram denunciados por apropriação indébita de dinheiro do dízimo e ofertas de fiéis. TORRE, Luisa. Denúncia de desvio na Assembleia de Deus. Delegado investiga dois pastores por suposto uso indevido de R\$6 milhões do dízimo para viagens e compra de imóveis. Cidades. Investigação Policial. **A Tribuna**. Vitória, terça-feira, 28 de fev. de 2012.

os pentecostais tem ampliado sua participação no processo eleitoral com grande taxa de sucesso desses candidatos.

Em relação a atuação parlamentar, existe o questionamento de como o político pentecostal se posicionaria em relação a seu voto em matérias no parlamento. O pastor Oscar reafirma o papel da Comissão Política e comenta que a:

[...] comissão política que pede Curriculum Vitae, pede informação acerca do candidato e ele nos dá informação. Quais são os melhores que estão concorrendo e a gente transmite para os irmãos. Cada pessoa que vai concorrer e a sua... e a sua conduta. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

A comissão política da AD só examina se o candidato tem ficha limpa, mas não pergunta sobre sua visão da sociedade. A indicação de candidatos oficiais coage os que se candidatam por fora e coage os membros da igreja a votarem naqueles que foram “ungidos”, ou seja, escolhidos como candidatos oficiais.

Ao se questionar se há uma consulta sobre candidatos feita à base eleitoral, no caso de acordos ou decisões coletivas no âmbito da esfera municipal, na esfera estadual, ou mesmo na esfera federal, o pastor Oscar responde da seguinte maneira:

É, porque cada cidadão... ele é assegurado pela constituição [...] que ele tem o direito de escolher e votar em quem ele quiser. Então, eu não estou, como pastor, autorizado até pela lei de estar influenciando quem tem que votar em A ou B. Eu coloco as pessoas lá à disposição. Eu digo, “esse aqui nós conhecemos, fulano, fulano, fulano”. E esse, que “nós fizemos um levantamento lá e a conduta dele é essa e essa, agora a escolha é com vocês”. Eles, o nosso eleitorado, irmãos da igreja, é que escolhem. Porque nós não temos o direito de polir o direito de cada cidadão. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

Mesmo se referindo ao questionamento dessa forma, uma entrevista realizada pela revista *Comunhão*⁶² em fevereiro de 2010, ao mencionar a reeleição do pastor para a CADEESO, destaca que estavam presentes o prefeito de Vitória, João Coser (PT), o de Vila Velha, Neucimar Fraga (PR), além do vice-governador Ricardo Ferraço, que hoje é senador pelo PMDB/ES, apoiado pelo pastor na ocasião e eleito com 1.557.409 votos (maior votação da história do estado), entre outros personagens.

⁶² PR. OSCAR DOMINGOS DE MOURA. Matéria. **Comunhão**. 3 de fev. 2010. Disponível em: <http://www.comunhao.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=2604:pr-oscar-domingos-de-moura&Itemid=106>; Acesso em: 28 de jul. 2010.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de consulta sobre o direcionamento das propostas do candidato pela base eleitoral, ou mesmo ao partido ao qual o parlamentar se elegeu, o pastor afirma o seguinte:

Mas as igrejas não têm essa base não meu filho... a igreja tem essa base não. A igreja tem seus membros; que a igreja não é partidária, certo? A igreja não é partidária, a igreja não tem partido, o nosso candidato que nós defendemos e ganhou é Jesus, esse aí nós defendemos, defendemos porque ele é o único, nosso candidato que nos traz salvação para nós. Agora, consulente a candidatos políticos, políticos nós não temos base partidária, a igreja não tem partido, ela não é membro de partido. Se você amanhã ou depois se candidatar a qualquer cargo eletivo ou político, você está tendo uma conduta ilibada, a gente conhecendo, sabendo quem você é, e se você tem princípios cristãos na tua vida, cabe a nós reconhecer isso. Nós podemos... a pessoa quando tem uma conduta, cada uma pessoa dá informação: olha aquele ali é gente boa! Aquele ali é bom! E um vai passando para o outro: aquele ali é bom! Sem dúvida nenhuma quando chegar na hora da votação você será lembrado. Agora, o que nós não podemos fazer é um partidarismo. Ah! fulano é partido tal. Nós somos do partido tal, tal... porque nós não temos partido. O nome já está dizendo partido, e partido é retalhado. E o nosso partido é Jesus que não está partido. Está inteiro. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

O pastor Reginaldo Loureiro, afirma que a decisão sobre o voto do representante é pessoal. Mas, que sua decisão segue os pressupostos morais e princípios defendidos pela igreja. O candidato menciona o seguinte:

Olha, ele decide pela sua consciência. Aquilo que você acha que vá atentar contra a família, que vá atentar contra os bons costumes, aquilo que vá atentar... contra aquilo que você sempre pregou e sempre viveu você não vai votar. Então, o voto... é, natural que você vote da sua consciência, daquilo que você ache que... a Bíblia diz que todas as coisas me são lícitas, mas nem todas me convêm, é uma avaliação que a pessoa tem que fazer. Cada um faz sua avaliação e aí o Espírito Santo, com certeza, vai te orientar naquilo que é certo e o que é errado (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O candidato De Biase afirma que o voto pentecostal é direcionado. Em seu depoimento destaca o seguinte:

Olha, o voto, principalmente na igreja pentecostal, ele é muito direcionado... se na véspera da eleição o pastor falar: "Igreja, o candidato é esse!", eu já ouvi falar isso já. "E quem for contra quem está falando aqui vai sentir a mão de Deus na sua vida!". [...] Ele decide muito seu voto como, pensando como que a população que o elegeu, ele e os assembleianos, os pentecostais, vão pensar. Então, ele pode até concordar com o projeto, por ex.. "Ah! Não tem problema o gay casar no cartório, ter união civil igualitária..." mas ele não vai votar favorável porque ele sabe que quem

votou nele tem um pensamento contraditório com relação a isso. Então, ou ele faz um trabalho de base para mudar o pensamento e tentar avançar em algumas questões ou ele vai ficar sempre refém ou causador dos problemas né. A orientação da votação neles, principalmente, é totalmente... esquecemos de colocar aqui, é principalmente nas questões morais e tradicionais, é totalmente direcionado pra aquilo que é colocado pelo... aí pelo senso comum evangélico. Agora, nas questões públicas, não tem nenhum direcionamento do povo. Por exemplo, código florestal – a maioria da bancada evangélica votou a favor para devastar tudo, a favor do Novo Código. Reforma agrária – ninguém aqui na bancada evangélica é a favor da reforma agrária. Ficha limpa – os caras, só depois que o negócio virou mídia que eles foram a favor. Então, em questões pequenas, de pouca relevância para o povo evangélico, mas que tem uma grande publicidade eles votam e fazem mídia. Agora, quando é pra... de fato para fazer a política real e votar projetos que beneficiam o povo mesmo, como taxaço de grandes “fortunas” ele não fazem. Não estão nem aí, vendem voto e quando é necessário vota mesmo... e o povo não acompanha as votações... o povo acompanha só a questão das drogas, aborto e casamento gay, passou disso.. eles estão liberados (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O relato do candidato apontado acima destaca os princípios morais defendidos pela instituição como bandeiras eleitoreiras para alguns candidatos. Ilustra o cenário onde estão inseridos os representantes pentecostais assembleianos.

Em uma pesquisa sobre o comportamento do eleitorado pentecostal no Rio de Janeiro, Smiderle (2013), destaca que quanto maior o grau de “pentecostalização” do eleitor, mais facilmente ele se identificará com os seus candidatos devido à centralidade da religião na vida do sujeito.

A pentecostalização implica, pois, um reforço da concepção mágica (encantada) do mundo, esse seria o elemento-chave para explicar a especificidade do ator evangélico brasileiro frente a seus contemporâneos. Enquanto a típica sociabilidade moderna leva os atores individuais à crescente necessidade de administrar lógicas distintas e eventualmente díspares, num mundo segmentado e fragmentado, o ator evangélico brasileiro atualiza um mundo concebido como totalidade lógica, hierarquizada, com a divindade ocupando um lugar central para a explicação de todas as ordens de fenômenos (SMIDERLE, 2014, p. 65).

O grau de pentecostalização se reflete na centralidade que o indivíduo atribui a elementos religiosos no seu ato de se posicionar e atuar na esfera pública em temas políticos. Isso reforça a identificação religiosa do fiel com os candidatos oficiais escolhidos pela cúpula das igrejas na hora da escolha nas urnas (SMIDERLE, 2013, p. 98).

4.4.2 A afirmação da identidade coletiva e como instituição na sociedade

Neste ponto, é cabível observar como o povo pentecostal assembleiano tem procurado construir e afirmar sua identidade coletiva e como instituição na sociedade capixaba, por meio dos relatos que seguem abaixo.

Conforme o pastor Oscar, a AD afirma:

É... pregando o evangelho, pregando o evangelho. Nós temos mostrado para essa sociedade daí a nossa linha, a nossa conduta, a nossa crença. Nós temos sempre que mostrar para essa sociedade né, o que o evangelho traz, o que o evangelho pode produzir na vida de um homem. Na vida de uma mulher. Na vida de um jovem, né. Quantos benefícios o evangelho traz, especialmente esse evangelho que nós pregamos que não é um evangelho mistificado, quer dizer, falso. Nós pregamos o que a Bíblia diz, e dentro da verdade. Então, nós estamos mostrando para essa sociedade que aí está, o que o evangelho pode fazer de benefício na vida das pessoas, que traz... se nós fizermos um levantamento de quantos elementos que eram marginais, era ladrão, era viciado, prostituta, enfim, gente perdida, que hoje largaram a criminalidade, largaram os vícios, todos, hoje, estão novamente dentro da sociedade e essa sociedade aí está vendo isso. Tá vendo que o evangelho transforma. O evangelho muda a vida das pessoas né. Então, nós estamos mostrando isso para a sociedade. A sociedade infelizmente é cega. Ela não enxerga muito. Porque se a sociedade hoje enxergasse os benefícios que o evangelho traz, mudaria o rumo das coisas, essa sociedade não estaria como está aí. Sociedade totalmente naufragada. É... arruinada. Você olha a página da Tribuna de manhã cedo, porque eu sou assíduo leitor da Tribuna, na principal página tá ali logo, a cara da sociedade. Olha, eu vi hoje uma foto de um filho de sessenta e poucos anos, mais de sessenta e três anos tá... espancando uma mãe de oitenta e cinco anos, ora, "peraí", como se entende isso? Um homem já velho não espeitar a mãe dele que já está com oitenta e cinco anos? Fazer marcas. E nós estamos mostrando para a sociedade que isso é o diabo que faz isso. Isso é o pecado na carne da pessoa que faz isso. Nós estamos mostrando para sociedade que Cristo, Cristo é que dá jeito nisso. A pessoa tem que procurar seguir os mandamentos de Cristo. Aprender a ser manso, aprender a ser humilde, aprender a amar o seu próximo (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

O pastor Loureiro rememora alguns fatos do crescimento da AD e relaciona a denominação a um gigante adormecido por sua capacidade de ação.

A AD é uma igreja... você conhece um pouco da história que você já me falou aí... é a história de um povo simples. É uma igreja simples. De um povo muito simples. É uma igreja que ela foi crescendo e criando identidade com a população. É uma igreja hoje... até as pessoas brincam, você pode ir num lugarzinho mais simples que tem, lá vai ter uma Coca-Cola e vai ter uma AD. Quando você viaja muito, você vai num lugarzinho mais simples, lá na roça, no interior, num lugar que você só vê mato e boi, lá tem Coca-Cola

e tem uma igreja AD. A história da igreja AD é isso. Cresceu deste... com pessoas simples, com pessoas que dedicaram a sua vida. E hoje é a igreja... é a maior denominação do Brasil e do mundo. Tem uma história bonita e hoje é reconhecida pelas autoridades. As igrejas da ADs são reconhecidas pelas autoridades desse país, respeitam a igreja, mas ainda a igreja pode fazer muito mais por essa história, por esse... eu sempre digo que a AD é um gigante adormecido. Ela é forte, mas às vezes em questões que envolvem a política ela ainda é um gigante adormecido. Nós temos certeza que esse tempo está chegando e que nós vamos ainda mostrar para a sociedade e para esse país que a AD é um povo que pode dar bons frutos na política aí. Nós temos vários exemplos disso aí, mas com certeza ainda vamos ser destaque ainda na política. É uma igreja... é a maior igreja, a maior denominação do Brasil (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

Ressalta, assim, a capacidade de sucesso eleitoral que pode ser alcançado pela AD capixaba em pleitos futuros. Já para o candidato Gustavo De Biase,

O povo assembleiano, eu acho que está avançando muito. Está começando a escolher melhor seus representantes, está começando a participar do processo político nessas manifestações tem um monte de assembleiano lá... levantando cartaz, levantando... “cristão também é cidadão” e tal. Então, eu acho que... eu vejo com esperança e com grande alegria no cenário que nos temos pela frente porque eu tenho certeza que com as mobilizações e ao avanço do conhecimento intelectual dessas pessoas eles vão dar uma renovação, tanto na sua bancada, eleita por eles, quanto nas suas proposições para a sociedade. Eu vejo com esperança. Acho que está caminhando para melhor (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O depoimento acima se coloca de forma esperançosa em relação à participação política da AD no processo de escolha de representantes. Segue, abaixo, a opinião dos atores em relação à presença em organizações seculares, bem como, sobre o papel da AD frente às recentes manifestações sociais que ocorrem no Brasil.

4.4.3 A presença em organizações seculares e as “manifestações de junho”

Busca-se, neste ponto, alguma relação entre a participação membros em associações, sindicatos, etc. e a lógica na qual se estrutura e se organiza a política brasileira. Procurou-se compreender a importância da participação dos membros em partidos e sindicatos, dentre outros, como fatores que poderiam favorecer a ascensão em direção à corrida eleitoral.

Igualmente, o papel e a influência e/ou mudanças ocorridas na igreja evangélica, especialmente na AD, das manifestações sociais que eclodiram no mês de junho de

2013 em função do aumento da tarifa de transporte público em cidades do país. Segundo o pastor Oscar Domingos de Moura:

Eu disse a você que eu não participo, não sou filiado a partido nenhum. Agora... se tem algum membro que participa de algum sindicato, de algum partido, isso aí eu não posso de maneira nenhuma é... dizer que eles estão errados. Quem vai dizer se eles estão certos ou estão errados é exatamente a conduta deles, a maneira deles participarem desse sindicato. Por exemplo, agora, todo o nosso Brasil e o mundo da informática, da internet, tá vendo aí o que está acontecendo, principalmente agora, essa semana, dessa semana passada até hoje tá...a amotinação que está em cima dos movimentos. Estão fazendo greve né... estão fazendo amotinação contra os governos, contra... contra... né... a própria presidente da república. E esse movimento tá extensivo no mundo, o Brasil hoje saiu do Brasil, está em nível internacional, está lá na Holanda, tá lá na Inglaterra, a internet tá mostrando tudo, um grupo de brasileiros lá levantando, fazendo movimento, fazendo campanha né... Isso nós não aceitamos, isso de maneira nenhuma. Porque isso é baderna, isso é bagunça. Isso é anarquia. O elemento pode estar num movimento daquele de agitação ali, pode tomar um tiro, pode levar uma pancada, pronto! Vai pro inferno. Porque está no meio de baderna. Porque o cristão não foi chamado para isso. O cristão foi chamado para viver em paz, pra viver... se...o... o governo tá errado, vamos orar por ele, vamos pedir à Deus para que dê sabedoria a ele pra ele governar essa nação. A Bíblia manda orar pelos governantes, não fazer oposição, greve, amotinação, igual... jogaram pedra lá na repartição pública, acho que deu um prejuízo de mais de um milhão e tanto. Isso é bagunça, e são os sindicatos organizados pra fazer isso... pra fazer esse tipo de bagunça, nós não concordamos com isso. Eu, como cristão, não apoio isso. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

O depoimento acima se coloca numa posição conservadora em relação às questões sociais e políticas em debate nos movimentos sociais emergentes.

O pastor Reginaldo Loureiro ratifica a presença de indivíduos do pentecostalismo assembleiano em segmentos secularizados da sociedade e ressalta a importância das manifestações pelo país. Porém, posiciona-se de forma contrária aos segmentos radicais e propõe que a participação nesses segmentos favorece o crescimento da igreja.

Toda participação... toda participação pacífica por luta e por dias melhores ela é bem vinda né. O que nós não podemos admitir é... o que nós estamos vendo acontecer aí né, os movimentos que acontecem no Brasil nos dias de hoje... nos dias de hoje é... a gente está vendo esse movimento, o Brasil acordando aí, por lutas que a gente acha que são importantíssimas né. O Brasil precisava acordar. É inadmissível um país tão rico como o que nós vivemos, a gente vê tanta miséria, tanta pobreza, tanta gente passando fome, tanta gente desempregada. Um país tão rico. Então, a luta, ela é bem vinda. E nada impede que nenhum líder, nenhum pastor, ou outro membro de uma igreja participe desse movimento. Agora, desde que esse movimento seja pacífico. Se construa através da paz, que se construa

através do amor ao próximo, esses movimentos são importantíssimos, a igreja de certa maneira está inserido nisso aí também e a gente quer dias melhores para o nosso povo, dias melhores para o nosso semelhante... desde que seja de forma pacífica e ordeira, então, eu acho que, se passar disso que nós estamos vendo, o vandalismo [...] quebrando o patrimônio público, atacando o patrimônio privado, então, esse movimento nós não somos favoráveis e todo o movimento, toda, toda pessoa que tá passando aí pelo sindicato, que está lutando por sua categoria, eu acho que lutando com decência com diálogo, isso é importantíssimo. A igreja cresce também assim (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

A igreja AD tem, tradicionalmente, representado uma posição conservadora em relação às transformações de ordem social e política. Porém, há perspectivas de mudança em relação às posições conservadoras, como consta mais adiante.

4.4.4 Entre a salvação eterna e um projeto de poder na arena política

O pastor Oscar Domingos de Moura, diverge da lógica na qual tem se afirmado a direção nacional da denominação AD. Ao ser questionado sobre a existência de um projeto político proveniente do segmento religioso pentecostal ele aponta negativamente e ressalta uma visão messianista e apocalíptica, na contramão dos fatos apresentados pela pesquisa.

Não. Nós não [...] não pegamos muito em política não. Nós estamos mais preocupados em preparar porque o que está acontecendo no mundo hoje, a Bíblia está se cumprindo, a Bíblia está se cumprindo minuciosamente, as escrituras estão se cumprindo e nós estamos mais preocupados com preparar as nossas vidas, preparar a igreja para ir embora, para o arrebatamento da igreja. (Entrevistado 2. Pastor Oscar Domingos de Moura)

Tal visão representa um resquício de uma estrutura mental ligada aos eventos do processo de construção da institucionalidade assembleiana no Brasil, rígida e hierarquicamente organizada. É parte da memória histórica da denominação e dos tempos de fundação do fenômeno pentecostal no país.

Isso sustenta interesses institucionais, por parte da AD, sob esse pressuposto ideológico, no âmbito político. Na citada entrevista a revista *Comunhão* (2010), o pastor Oscar confirma uma manifestação pública de apoio a Ferraço para o senado. A matéria menciona o seguinte:

Neste mesmo evento, o senhor manifestou o apoio da Assembleia de Deus à pré-candidatura de Ricardo Ferraço. O senhor confirma esse apoio? O que os assembleianos esperam de um possível governo de Ferraço?

Sim, confirmo, porque Ricardo Ferraço, se eleito, vai sem dúvida colocar em prática sua experiência, que adquiriu com o governador Paulo Hartung, que tem realizado um bom governo no nosso Estado. Por isso é que os pastores da Cadeeso manifestaram o apoio a Ricardo Ferraço, pois ele é o candidato do governador (COMUNHÃO, 2010).

Esse fato contradiz falas anteriores sobre o papel do campo político afirmadas anteriormente pelo pastor, assim como a presença de certa influência de interesses defendidos institucionalmente, traduzidos em demandas na esfera política.

Já o candidato pelo PSC e vice-presidente da Convenção Reginaldo Loureiro, aponta no sentido da possível organização política com uma articulação recente em torno de um projeto político próprio dos pentecostais para o caso da disputa no processo político capixaba. O candidato afirma o seguinte:

Olha, é... a gente já, já começou a trabalhar isso né... é... trabalhar isso não é fácil, porque a nossa igreja, apesar de ser uma grande igreja, mas ela é uma igreja, ela uma igreja um pouco dividida né.... nós não temos... não somos é... só no estado do Espírito Santo, nós somos aqui em quatro convenções né. Que representam a AD. Então, é uma igreja que não é uma igreja única. Isso é, na época da política, é um pouco complicado de se unificar os pentecostais, principalmente os da AD, num projeto único é... pra que tenhamos um resultado positivo. Mas, já está se trabalhando isso na CADEESO. Um projeto que venha aí trazer um saldo positivo. Né, eu que já fui candidato a deputado estadual, hoje, eu sou primeiro suplente de deputado estadual. Por uma diferença de 60 votos eu não estou hoje ocupando a cadeira de deputado. Então, justamente por essa divisão que há em nossas igrejas né.. uma grande divisão, às vezes... não é importante dividir, o importante é somar é.. pra que de fato, lá fora, há um interesse disso. O que acontece, os partidos vão vindo em nossas igrejas na época das eleições e aí... vão lá e buscam candidatos nas nossas igrejas, não que eles estejam querendo eleger ninguém das nossas igrejas, mas é fazer escada, é fazer com que aqueles poucos votos que a pessoa vai ter na igreja, somam pra eleger uma deles pra que eles sejam eleitos e esses poucos votos que as vezes... que os nossos irmãos tem ali na própria igreja dificulta e atrapalha a eleição de um irmão da igreja que seria uma voz representativa aí na AD então, essa não é uma conversa fácil, a gente já está começando a dialogar, mas é... precisa de uma conscientização maior. Nossos pastores tem um papel fundamental nisso aí, não é? De conscientizar o povo que a igreja precisa de ter o seu representante. Porque, a gente precisa discernir que a igreja espiritual, a igreja espiritual, ela nunca precisou e nunca precisará de político pra representa-la, porque a igreja espiritual está sob os cuidados de Deus. Quem cuida dela é Deus. Mas enquanto instituição que é na terra, a igreja que tem o seu CNPJ, que tem lá o seu terreno, que tem o seu o corpo, o corpo é essa instituição que é na terra. Que ocupa lugar, que tem o seu cadastro imobiliário, essa igreja precisa, porque, porque ela é por baixo das leis que são feitas na terra. A igreja tem que se enquadrar nas leis da terra, então, essa igreja enquanto

instituição, ela tem o dever de ter o seu representante. Que vai lutar, não querendo o privilégio pra igreja, mas querendo que ela seja tratada com igualdade, porque nós vimos na maioria das vezes a igreja é tratada com desigualdade. Às vezes, se perturba tanto uma igreja que está lá fazendo um culto lá, pregando a palavra que vai trazer vida, pra trazer salvação, pra tirar a pessoa do crack, da droga, a igreja é perseguida e na outra esquina você vê uma boate lá com alto som e não é perseguida. Então, se persegue muito a igreja ainda, porque, porque justamente a igreja é ainda... é o... lado mais fraco, justamente aí, às vezes por sua força política ser pequena, não ser tão representativa como ela deveria ser (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

O candidato Gustavo De Biase acredita que esse projeto já é uma realidade para o segmento pentecostal assembleiano. Tal “projeto político” inexistente. Esse projeto parece que é estar sempre do lado da situação no governo para atingir seus objetivos. O que é praxe é alinhar-se ao poder para conquistar mais privilégios através do uso do aparelho do Estado.

O candidato pondera quanto ao caráter totalizante e de aspirações hegemônicas que parece representar um projeto de poder oriundo do fenômeno religioso pentecostal⁶³.

Tem... é... na verdade o que povoa a cabeça do pentecostal assim, não por causa deles, mas, por causa de algumas lideranças, que o Brasil precisa ser evangélico e que precisa ser presidido por um evangélico. Eu não necessariamente vejo que isso é necessário. O Brasil precisa ser justo. A religião não define o caráter de ninguém. Eu conheço muito pentecostal sem vergonha que... que... tem um moralismo exagerado, mas mente, não paga dívida, fala mal dos outros, e muito pentecostal sincero, gente honesta, pobre, mas que honra seus compromissos, que não quer ver o mal de ninguém, que não é arrogante, tudo... assim como tem ateu vagabundo, sem vergonha e tem gente boa. Então, você pega é... uma amostra da sociedade, tem gente boa e gente ruim em tudo que é lugar. E o projeto de alguns líderes pentecostais, a gente não pode concluir que são todos, eu não colocaria pentecostais mais, no sentido original da palavra, porque eu acho que é hoje um neopentecostalismo que a gente vive. Pentecostalismo puro, originário que é Deus é Amor, AD lá do começo, eu acho que está em decadência. O que se vive hoje é um neopentecostalismo que sim tem um projeto de poder. É um projeto de poder aumentar as bancadas, aumentando as bancadas, conseguindo aí, quando chegam ao poder, eles empregam pastores, assessores, pra conseguirem fazer uma disputa com alguns setores da sociedade. Na verdade, o que acontece hoje, é que alguns meios, alguns no meio pentecostal, criam um inimigo que não existe, pra se tornar aí um herói, combate-lo, vencê-lo e saírem como os vitoriosos... e o povo... olha, precisamos de um salvador, de um herói, é o Marco Feliciano, é o Malafaia, que eles combatem os gays... tem algum gay aí querendo obrigar alguém a ser gay? Tem? Não! Então, o projeto que eu acho que o pentecostalismo tem hoje e eu coloco, não generalizando os

⁶³ Sobre esse assunto, um artigo interessante pode ser conferido em: GONDIM, Ricardo. **Deus nos livre de um Brasil evangélico**. Disponível em: <<http://www.ricardogondim.com.br/meditacoes/deus-nos-livre-de-um-brasil-evangelico/>>; Acesso em 29 de Ago. 2013.

líderes, alguns deles, do meio, é... um projeto político hegemônico que eu acho que infelizmente alguns deles não estão a favor da classe trabalhadora. Observe bem as associações deles com grandes empresários e os grandes templos que amontoam pobres, mas fazem questão de algumas pessoas. [...]

Eu acho importantíssimo que participem. Eu acho que os membros de igrejas tem que entender, eu tenho essa visão teológica de que o governo de Deus começa aqui na terra. Começando aqui, é um reino que propõe ser de paz, de justiça, liberdade, amor e fraternidade, tem que ter participação dos cristãos na vida social, na vida cidadã, em partidos políticos, em centros acadêmicos, DCE's, comunidade, é importante porque aí ele, às vezes, sai daquele... daquela caverna que é às vezes a vida só dentro da sua comunidade cristã e vai pra fora. A igreja em si significa chamados para fora. Então, eu acho que precisa, inclusive aumentar a participação nos movimentos, nas deliberações da sociedade porque eu acho que o cristão tem muito a contribuir para o processo democrático brasileiro se ele conseguir botar parte do que ele lê na Bíblia em prática o Brasil vai ser muito melhor (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

Quando se questionou sobre uma possível bancada evangélica no legislativo estadual do Espírito Santo, o candidato afirma o seguinte:

Olha, não articulada... eles não têm uma bancada aqui como tem em Brasília. Não tem uma bancada estadual evangélica, mas aí eu não creio que eles articulem em um bloco não. Não creio porque... como tudo é partidário, a política é... na verdade, hoje é tão unânime no estado, uma pouca vergonha, que não precisa ter bloco evangélico, já tem um bloco de 29 deputados que apoiam o governador então.. tá ali os evangélicos e os não evangélicos também (quem dera que os evangélicos fossem oposição) (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase)..

Em uma breve comparação entre a denominação de 40 atrás e a de hoje com relação aos relacionamentos internos, relações com a sociedade, com a política, dentre outros aspectos o pastor Reginaldo Loureiro se posiciona da seguinte maneira:

A igreja avançou muito como eu disse aqui no início, a igreja AD é ela... comparada as outras é uma igreja muito rígida né. É uma igreja que principalmente no âmbito da política, nós levamos muitos anos aí parados porque a igreja entendia... os líderes daquela época entendiam que a política era algo que o cristão não podia participar, e nisso nós perdemos muito tempo, perdemos muitas conquistas né. Tem muitas denominações aí que conseguiram seu canal de televisão através de seu peso político, um canal de rádio, se organizaram e a nossa igreja não. Ela foi crescendo por obra e graça do Espírito Santo mesmo. Foi crescendo, crescendo, mas nós paramos muito tempo. muitas coisas nós perdemos, hoje nós avançamos né. Avançamos né, hoje nós temos representação, mas ainda precisamos avançar muito mais. E hoje a igreja... é... a igreja... está num contexto que é um momento... um momento certo né. Que nós vivemos... um momento de crise aí e a igreja pode dar uma resposta melhor para a sociedade né. Com seus quadros com seus homens, são homens de valor que podem

contribuir. Nesse momento de desesperança política eu tenho a certeza de que a igreja tem homens e quadros que podem contribuir aí para trazer dias melhores para o nosso povo e para a nossa nação (Entrevistado 3. Pastor Reginaldo Loureiro).

Pastor Reginaldo Loureiro tem um importante papel na atuação política capixaba. Trabalha para se tornar uma representação parlamentar assembleiana no legislativo estadual, onde figura como suplente.

O candidato Gustavo De Biase destaca alguns aspectos da transformação da igreja em relação a instituição que compreende o período formação da memória do pentecostalismo capixaba.

É... há 40 anos atrás, eu acho que a AD se envolver com política era pecado. A política era do diabo. Eles falavam tanto que era do diabo que o diabo tomou conta mesmo. Depois que eles viram que não era tão pecado assim, foram, mas não foram embasados no conhecimento que precisa ter do parlamento, do regimento, de uma proposta de sociedade diferente. Tanto que muitos pastores apoiaram o golpe militar. Então, hoje, a perspectiva é muito diferente. Acho que é mais... mesmo tendo uma vertente muito conservadora, a ala progressista cresce. Cresce no número de evangélicos e até assembleianos, tem muitos que não concordam com o que está sendo feito ainda na AD no Brasil, mas permanecem na Assembleia e disputam de uma forma sadia da palavra os espaços internos pra que não tenha somente pessoas falando em nome deles de forma conservadora, autoritária, às vezes, algum equivocado, então, eu acho que é muito melhor do que era há 40 anos. Muito melhor, muito mais avançado no sentido democrático e eu acho que daqui a alguns anos isso vai se ampliar. Essa é a minha esperança, pelo menos. Eu posso estar errado. Mas eu espero que eu esteja certo (Entrevistado 4. Candidato Gustavo De Biase).

O jornal *A Notícia*⁶⁴ de junho de 2013 confirma a suposição de que a AD tem se voltado para o cenário político no sentido de uma aproximação em sistemas de parceria entre Igreja e Estado em diversas áreas. Segundo a matéria,

A Coordenadoria Capixaba da CEADER poderá formar parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI e inserir no segmento os benefícios de cursos de qualificação do Programa Estado Presente, do Governo do Estado, que visa o estabelecimento das ações de cidadania nas áreas de educação, saúde, cidadania, esportes, lazer, cultura, segurança, além de qualificação profissional e novas oportunidades de emprego e renda. [...] A CEADER quer a participação da comunidade evangélica no Programa PROFIC, que entre outros objetivos, vai oferecer qualificação profissional,

⁶⁴ Este jornal é uma publicação da CEADER com pretensão regional. Tende a um viés mais politizado e faz frente ao Mensageiro da Paz. Ver: **A Notícia**. Publicação da Assembleia de Deus do Estado do Espírito Santo – Brasil. Ano X. Nº 70. jun. 2013.

gerar oportunidade de emprego e renda; contribuir para a prevenção e redução da criminalidade e diminuição dos fatores de vulnerabilidade social; promover a autoestima e melhorar as condições dos moradores dos territórios atendidos (A NOTICIA, 2013).

Segundo Baptista (2009), os evangélicos pentecostais não são herdeiros de velhas elites políticas. Eles não estão treinados em algum “modo liberal de comportamento e formam um conjunto muito heterogêneo, no sentido ideológico.”, ressalta que:

Aliás, nem sequer demonstram estar interessados em questões desta natureza. O desconforto para os setores conservadores da política brasileira foi grande, desde as eleições de 2002, porque pentecostais e neopentecostais fizeram alianças inusitadas com candidatos de “esquerda”, como Lula e Garotinho. [...] a mobilização religiosa em espaços imprevisíveis veio reforçar a tese de crise, esvaziamento ou deslocamento da política dos ambientes tradicionais para os religiosos. Como consequência, a linguagem de alguns candidatos vem adquirindo novo estilo, com vistas a alcançar o segmento evangélico. Por outro lado, pode-se raciocinar no sentido oposto: o da expansão do político, enquanto agentes religiosos reclamam por ética e transparência, ainda que seus enunciados se limitem a manifestar decepção com desmandos de agentes públicos ou só consigam atingir o diapasão de um discurso moralista. Este tipo de linguagem reforça, evidentemente, o lado conservador, o qual escamoteia a persistente dominação de classe, que se mantém inalterada, enquanto se processam atos retóricos de denúncia de escândalos ou defesa de “costumes tradicionais da família brasileira” (BAPTISTA, 2009, p. 166).

Contudo, algumas mudanças mais acentuadas tem se apresentado de forma pulverizada no interior dos ministérios do país. Seja no âmbito cultural, político ou social, etc.. Dentro um de uma visão mais progressista, a AD Ministério São João, representada pelo pastor Carlos Arnóbio, recentemente se posicionou favorável à mudança na “lei de drogas”. Segundo um artigo publicado no site do Viva Rio⁶⁵, um grupo de cem pastores e lideranças evangélicas se posicionou contrário à atual política de drogas:

Um manifesto favorável à descriminalização de usuários de drogas, assinado por mais de 100 líderes evangélicos, foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

No documento, os signatários pedem a não votação do projeto de lei 7663/2010, do deputado Osmar Terra, e a rediscussão de alguns de seus artigos, como o que diz respeito à internação compulsória.

⁶⁵ EVANGÉLICOS SE MANIFESTAM CONTRÁRIOS A PL 7663/2010. **Viva Rio**. 7 de maio de 2013. Disponível em: <<http://vivario.org.br/evangelicos-se-manifestam-contrarios-a-pl-76632010/>>; Acesso em: 27 de ago. 2013.

Com base no tripé bondade-justiça-verdade, o grupo apoia a construção de uma nova política de drogas que altere a lei 11.343/2006 e estabeleça critérios mais objetivos para definir usuário e traficante. Os manifestantes também defendem que seja assegurado ao dependente químico o direito constitucional à saúde, educação e reintegração social (VIVA RIO, 7 de mai. 2013).

Observa-se que a crescente abrangência do pentecostalismo assembleiano tem se voltado para a tradução de demandas internas, transformadas em questões políticas e projetadas na esfera pública, na defesa de interesses institucionais.

As igrejas pentecostais brasileiras atuam numa sociedade aberta, mas conseguem exercer quase um monopólio do tempo livre dos fiéis, através de cultos, atividades em organizações internas da igreja, estudos em escola dominical, leituras de boletins e diversas publicações (inclusive Mensageiro da Paz e Folha Universal), visitas a membros enfermos [...] afins. A influência das denominações pentecostais sobre a vida do fiel é realmente gigantesca. Contudo, tem-se registrado iniciativas de grupos minoritários na contramão dessa hegemonia da cúpula da igreja, principalmente na AD, durante os certames eleitorais. Dissidentes conseguem promover debates, formar comitês, produzir materiais de campanha e realizar panfletagem, em favor de partidos de esquerda e candidatos rejeitados pelo corpo diretivo da denominação. [...] A conduta política dos pentecostais e neopentecostais pode ser explicada pelos fatores mencionados, mas tem relação, também, com a possibilidade de novas e melhores oportunidades de conquista, visto que a presença no espaço público habilita-os a participarem dos jogos de poder, onde terão acesso a recursos aplicáveis na competição religiosa (BAPTISTA, 2009, p. 198).

De forma geral, a AD tem apresentado resultados positivos no sentido de uma democratização das práticas provenientes de sua organização política interna. Porém, tal fato não é suficiente para afirmar uma ampliação do discurso em função de segmentos minoritários como o movimento LGBT, o feminista, os sem-teto, dentre outros.

Dos três entrevistados, apenas o candidato Gustavo De Biase afirma propostas para a sociedade como um todo. Isso, talvez como reflexo de sua influência partidária construída fora da AD. Os outros dois entrevistados reproduzem o imaginário de gueto da visão pentecostal sobre a presença na disputa eleitoral.

No que concerne ao campo da política, a denominação termina por inserir-se no jogo de relações de poder criadas pelos arranjos institucionais já consolidados no modelo político vigente. Fato que torna mais difícil a imposição de uma agenda

política mais consolidada, pautada em interesses defendidos por parlamentares assembleianos nos legislativos, especialmente o legislativo estadual capixaba.

Não existe um projeto político ou uma proposta para a sociedade como um todo entre os pentecostais. Por exemplo, a visão da AD sobre as questões que envolvem educação, saúde, segurança, economia ou posição que destaque ao Pacto Federativo, apenas trabalha em função da eleição de seus representantes conforme os arranjos institucionais criados durante o processo eleitoral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno religioso pentecostal capixaba ainda está distante de uma articulação mais efetiva no plano político local. No entanto, de forma geral, num processo de “aburguesamento” (FRESTON, 1993; CAMPOS, 1999; MARIANO, 2010), a terceira geração da AD parece que tem alterado substancialmente a sua trajetória.

A denominação já compõe atualmente organismos como Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e Associação de Editores Cristãos (ASEC), dentre outros segmentos com capacidade de articulação política no plano nacional. Além disso, a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP) foi fundada no Brasil por empresários assembleianos e “tem como projeto evangelístico jantares em hotéis cinco estrelas” (ALENCAR, 2010, p. 53).

Após 87 anos de existência em 1998 a AD se lançou oficialmente na televisão brasileira com o programa “Movimento Pentecostal” transmitido na época pela Rede Manchete. Fato que provocou intenso debate porque era “pecado ter televisão”. A AD já transmitia um programa de televisão desde 1981, pela AD de Belém, no Pará, de forma regional (Idem).

Suas práticas tradicionais se alteraram significativamente como a relação entre vida asceta e mundo vivido, a rigidez e imposição de usos e costumes cotidianos como “regra de fé e prática”, além de expressar uma aproximação com setores secularizados da sociedade como a esfera política.

Sobre a importância das práticas políticas da AD para a democracia, a partir de tais resultados, pode-se concordar com a tese apresentada por Freston (1993), de que até o momento,

[...] a política pentecostal não apoiou a tese da correspondência entre cosmologia religiosa e prática política. Segundo essa tese [...] o protestantismo prega o contato direto com Deus. A ética universalista e valorizadora da honestidade e do trabalho tornaria o clientelismo moralmente condenável. Mas as crenças não são camisas-de-força; em circunstâncias diversas, elementos de uma herança doutrinária podem ser ressaltados ou negligenciados (FRESTON, 1993, p. 284-285).

Nesse sentido, as hipóteses que se aproximam mais da realidade parecem contribuir com a ideia de que a prática dos pentecostais tem sido autoritária e manipuladora, bem como, intolerante com os que se rebelam contra as suas lideranças, além de afirmar o voto de cabresto e o direcionamento do voto do eleitorado evangélico pentecostal assembleiano em busca de sucesso eleitoral (BAPTISTA, 2009).

Em relação ao campo partidário e parlamentar, a hipótese de que as relações com os governos têm refletido aspectos como o fisiologismo, o clientelismo e o corporativismo dentro dos arranjos institucionais, seguindo a lógica da política partidária brasileira, reforçando alguns elementos da “cultura política” brasileira como, por exemplo, o autoritarismo, o nepotismo e o clientelismo para o sucesso dos arranjos pautados em pressupostos distributivistas e paroquialistas, como sugerem Tomio e Ricci, (2008), tem se reafirmado.

Com relação à possibilidade de contribuição do fenômeno religioso pentecostal para a cidadania, o processo democrático que emerge dentro dos debates originários no seio do pentecostalismo, especialmente o pentecostalismo assembleiano capixaba, podem permitir um avanço no sentido da participação política de grupos e membros em práticas sociais por meio de sua mobilização interna. Mas a prática não confirma essa ideia.

A capacidade de mobilização interna para a atividade política da maioria dos membros e dos grupos como contribuição para a democratização da estrutura institucional do fenômeno religioso pentecostal assembleiano é pequena. Isso reforça a ideia de que pode ser um obstáculo ao avanço da democracia, de forma geral, porque sua estrutura organizacional reproduz as práticas tradicionais e vícios da política brasileira.

A organização política da AD segue um processo de racionalização de suas práticas com a organização política interna e externa no sentido de obter resultados positivos no alcance de membros, privilégios e dividendos provenientes da inserção em cargos na esfera pública.

O modelo de escolha de candidatos a partir de prévias internas na AD reforça o caráter autoritário e o gregarismo. Impõe o “voto de cajado”, ou seja, o voto orientado pelo pastor. A escolha de “candidatos oficiais” dentro da denominação favorece tais candidatos, fortalece suas candidaturas oficiais e permite maior sucesso eleitoral diante do eleitorado pentecostal, manobrado dentro dos templos através de estratégias eleitorais consolidadas na cultura política brasileira com direcionamento do voto e apelo à identificação religiosa.

Por fim, é importante a discussão sobre a crescente presença do pentecostalismo na política brasileira porque contribui para o debate sobre a participação de grupos religiosos e minorias no processo político brasileiro e, especialmente, para o estado do Espírito Santo.

Assim, os estudos sobre o pentecostalismo assembleiano, com suas singularidades históricas e sociais, pluralismos e divergências, se configura como um amplo campo de pesquisas futuras para o investigador interessado na compreensão do fenômeno religioso pentecostal capixaba.

6 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire de. **Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. **Matriz pentecostal brasileira: Assembleia de Deus – 1911-2011**. Protestantismo e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013.

ALMEIDA, Abraão de (dir) **História das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

ANTONIAZZI, Alberto; **Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo**; Petrópolis: Vozes; 1994.

ARAUJO, Enrique Ribeiro. **Perspectivas calvinistas e arminianas sobre a eleição e a perspectiva batista**. Tópicos em Teologia I. Seminário Teológico Betel. Teologia Contemporânea. 2012. Disponível em: <<http://www.teologiacontemporanea.com.br/index.php?pg=dinamic-subcontent&&id=95>>; Acesso em: 09 de set. 2013.

ARAUJO, Israel. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. São Paulo: CPAD, 2008.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Racionalidade, Instituições e Normas: Uma análise sobre a ação coletiva e a estabilidade das escolhas sociais. **Isegoria: ação coletiva em revista**, n.1, 2011.

ARAUJO, Rodrigo. Proporção de evangélicos no Espírito Santo é maior do que no restante do país. IBGE apontou que 33,1% dos capixabas são evangélicos enquanto a média nacional, de 22,2%. **Gazetaonline**. Minuto a Minuto. Notícia. 29 de jun. de 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/06/a_gazeta/minuto_a_minuto/1292361-proporcao-de-evangelicos-no-espírito-santo-e-maior-do-que-no-restante-do-pais.html>; Acesso em: 06 de ago. 2012.

AZEVEDO, Reinaldo. O IBGE e a religião – cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. **Veja**. Blog e Colunistas. 29 de junho de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao-%E2%80%93-cristaos-sao-868-do-brasil-catolicos-caem-para-646-evangelicos-ja-sao-222/>>; Acesso em: 16 de ago. 2012.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e Neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Anablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

_____. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais**: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). 2007. 562f. Tese (Doutorado). Ciências da Religião. Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo. 2007. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=613>; Acesso em: 08 de ago. 2012.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. S P: Paulinas, 1985, Cap. V.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BITUN, Ricardo. Transformações do campo religioso pentecostal brasileiro: a antecipação da parúsia cristã. **Ciências da Religião – História e Sociedade**. Vol. 6, nº 2, 2008. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/428/246>>; Acesso em: 02 de jul. 2013.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. In: **Opinião Pública**. vol. 10 no. 2. Campinas, Oct. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762004000200006&script=sci_abstract>; Acesso em 19 de set. 2011.

BORGES JUNIOR, Jerônimo Rodrigues. **A participação política da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no estado do Maranhão pós-1986**. 2010. (Dissertação) Mestrado. Ciência Política. Universidade Federal do Piauí. UFP. 2010. Disponível em: <http://ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/JERONIMO_JUNIOR.pdf>; Acesso em: 06 de ago. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Contribuições de A. Accardo (et. al.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Raimundo Monteiro e Cia. **História da Assembleia de Deus em Belém**. 2ª ed. Belém: Falangola, 1986.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>; Acesso em 09 de jan. 2012.

_____. **Tendências demográficas**. Análise da população (1940-2000). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>; Acesso em 12 de jul. 2011.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo Nº 234 de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Câmara dos Deputados. Brasília. 2011. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881210&filename=PDC+234/2011>; Acesso em: 02 de jul. 2013.

_____. **Projeto de Lei Nº 436 de 2011**. Concede isenção tributária a templos, cultos e demais instituições religiosas e entidades vinculadas. Câmara dos Deputados. Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A8C0590032590FBA08DAE87DCB1A582D.node2?codteor=841003&filename=PL+436/2011>; Acesso em: 09 de jul. 2013.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução 23.220**. Instrução Nº 338-19.2010.6.00.0000 – Classe 19 – Brasília – Distrito Federal. Relator: Ministro Arnaldo Versiani. Dispõe sobre o número de membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias e Câmara Legislativa para as eleições de 2010. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/legjurisp/resolucoes_tse/Res_TSE_23220_2010.pdf>; Acesso em: 13 jul. 2012.

BRUMANA, Luiz Fernando. Vida religiosa antes do palanque. **A Tribuna**. Vitória, ES, p. 54-55, 28 de jul. 2013.

BURITY, Joanildo. Cultura e Identidade no Campo Religioso. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 9. Out. 1997, p.137-177. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199710-137-177.pdf>>; Acesso em: 15 de abr. 2013.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Os políticos de Cristo** – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. GT Religião e Sociedade, XXVI ANPOCS, Caxambu, out. 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4486&Itemid=317>; Acesso em 03 de jul. 2012.

_____. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista da USP**, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov. 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/08-campos.pdf>>; Acesso em: 10 de set. 2013.

_____. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2010. In: **Revista Estudos de Religião**. Dez. 2008. p. 9-47. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.htm>; Acesso em: 16 de set. 2011.

CARNEIRO, Hermenegildo Bispo. **Autobiografia do Pr. Hermenegildo Bispo Carneiro**. 2006. Monografia apresentada ao Seminário Teológico Semeadores por Cristo (SETESC). Vitória, 2006. 42f.

CHAMPLIN, R. N. *Glossolalia*. In: **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Hagnos. 2001. p. 916-917.

PR. OSCAR DOMINGOS DE MOURA. **Comunhão**. 03 fev. 2010. Disponível em: <http://www.comunhao.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=2604:pr-oscar-domingos-de-moura&Itemid=106&tmpl=component&print=1>; Acesso em: 26 de Ago. 2013.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus no Brasil**. CPAD. Rio de Janeiro, 2000.

CONVENÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E OUTROS (CADEESO). **Estatuto e Regimento Interno**. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

DOMINGUES, Mauro Petersen. Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa (o sistema totêmico na Austrália) introdução e conclusão. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. In: **Os pensadores**: Comte, Durkheim. Vol. XXXIII. São Paulo: Editora Abril Cultural/Victor Civita, 1973. p. 505 a 547.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei 156/2006**. Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Senhor Levi de Aguiar de Jesus Ferreira. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/documento_spl/3282.html>; Acesso em 02 de Ago. de 2013

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. 304 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

_____. Breve história da Assembleia de Deus. **Revista Religião e Sociedade**, 16/3, maio/94a, Rio de Janeiro. 1994a.

_____. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético, Curitiba, Encontro, 1994b.

_____. Protestantismo e Democracia no Brasil In: **Lusotopie**, 1999, p. 329-340. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.pdf>>; Acesso em 19 de set. 2011.

FONSECA, Sonia da. Deputado Teixeira, Nosso Irmão. **A Seara**. Revista Evangélica. Nº 163. Ano XXII. Rio de Janeiro: CPAD, Out. de 1978.

GOMES, Francisco de Assis. O reino de Deus em primeiro lugar. **Mensageiro da Paz**. Nº 1138, Ano LII. Rio de Janeiro, RJ. Fev. de 1982, p. 24.

HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. As três vezes do Neo-Institucionalismo. In: **Lua Nova**, nº 58. São Paulo, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. & WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e Religião: abordagens clássicas**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, E. (et al). **História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1992.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-moderno**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1990.

LOPES, Deivis Vanio. **A organização eclesial da Assembleia de Deus em Canoas/RS**. 2008. (Dissertação) Mestrado. Filosofia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUC. 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/SOCIOLOGIA/2009/13_8047D53Dd01.pdf>; Acesso em: 06 de ago. 2012.

MACHADO, Maria das D. C. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. São Paulo: Zahar Editores, 1976.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2010.

MATOS, Alderi Souza de. **O movimento pentecostal**: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. Igreja Moderna e Contemporânea. Apresentação. Instituto Presbiteriano Mackenzie. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. 2011. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/6982.html>>; Acesso em: 09 de set. 2013.

_____. **O Movimento Pentecostal**. Análise histórica e doutrinária. Parte II. S/d. Disponível em: <www.mackenzie.br/fileadmin/...da.../Movimento_Pentecostal_2_ok.ppt>; Acesso em: 09 de set. 2013.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993.

MESQUITA, Antônio. O apoio a Garotinho agora é oficial. Líderes de várias partes do país prestigiaram a reunião em Brasília. **Mensageiro da Paz**. Ano 71, nº 1.406. Jul. de 2002.

NASCIMENTO, Rogério Ferreira do. O pentecostalismo e a política: o fiel da balança. 2010. In: **Tempo e Presença Digital**. Koinonia. "Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?" Ano 5, nº 22-23ª. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=419&cod_boletim=23&tipo=Artigo>; Acesso em: 28 de nov. 2011.

OLSON, Lawrence. **O plano divino através dos séculos**. Rio de Janeiro: CPAD, 1981.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSOS, João Décio (Org.) **Movimentos do Espírito**: matrizes, afinidades e territórios pentecostais. Coleção Ecclesia 21. São Paulo: Paulinas, 2005.

PEREIRA, André Ricardo. **Por Baixo dos Panos**: Governadores e Assembleias no Brasil Contemporâneo. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de pesquisas do Rio de Janeiro. 2004.

_____. Sob a ótica da delegação: governadores e assembleias no Brasil pós-1989. In: SANTOS, F. **O poder legislativo nos Estados**: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. No Espírito Santo houve modernização econômica, mas não política. Sindipúblicos. **IV Congresso do Sindipúblicos**. Disponível em: <http://www.sindipublicos.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=664:andre-pereira-no-espírito-santo-houve-modernizacao-economica-mas-nao-politica&catid=46:demo-category->; Acesso em: 01 de ago. 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representante de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, n. 11, p. 104-132, 1989.

_____; PRANDI, R.. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAINHA, Jamila. A dinâmica entre os poderes Executivo e Legislativo no Estado do Espírito Santo (2003-2010). **36º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 10 – Estudos Legislativos. 21 a 25 de Out. de 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7950&Itemid=76>; Acesso em: 15 de jul. 2013.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e classes populares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Pentecostais no Brasil**: uma interpretação sociorreligiosa, Petrópolis, Vozes, 1985.

SANTOS, Fabiano. **O poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *In: Estudos Teológicos*. nº 1, V. 37, 1997, p. 47-61.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e empobrecimento urbano: O caso da grande Vitória 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

SMIDERLE, Carlos. G. S.M. **Modernização à brasileira: o tempero pentecostal na política nacional**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

TEIXEIRA, F. e MENEZES, R. (Orgs). **Religiões em Movimento**. O Censo de 2010. Editora Vozes, 2013.

THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1982.

TOLEDO, Alcino Lopes. AD de Lorena comemora Jubileu de Ouro. **Mensageiro da Paz**. Nº 1206/1210. Out. de 1987.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas e RICCI Paolo. Conexão Eleitoral, Processo Legislativo e Estratégias Parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais. **6º Encontro da ABCP**. UNICAMP. Campinas. 2008.

_____. **Instituições e decisões**: estudo comparativo do processo legislativo nas assembleias estaduais. 7º Encontro da ABCP, Recife, Agosto de 2010.

TORRE, Luisa. Denúncia de desvio na Assembleia de Deus. Delegado investiga dois pastores por suposto uso indevido de R\$6 milhões do dízimo para viagens e compra de imóveis. *Cidades*. Investigação Policial. **A Tribuna**. Vitória, ES, terça-feira, 28 de fev. de 2012. p 18.

WEBER, Max. A psicologia social das religiões mundiais; As seitas protestantes e o espírito do capitalismo; Rejeições religiosas do mundo e suas direções; *In*: **Ensaio de Sociologia**. H. H. Gerth e C. Wright Mills (Org.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro Editora. 2002.

ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo**: Estado, Interesses e poder. Vitória: FFCA/SPDC, 1995.

ANEXO I

QUESTÕES

1. Pastor/Parlamentar: trajetória até os dias atuais?
2. Pastor/Parlamentar: Política Interna: Como funciona o processo de construção de carreira dentro da denominação Assembleia de Deus de membro a pastor? O que pode impedir tal carreira?
3. Pastor/Parlamentar: Qual a sua opinião sobre o papel da religião no sistema político?
4. Pastor/Parlamentar: Como o senhor enxerga o comportamento dos pentecostais (da AD) na política estadual?
5. Pastor/Parlamentar: Existe um projeto político próprio dos pentecostais? Qual?
6. Pastor/Parlamentar: Qual o campo de atuação preferencial: no campo legislativo ou no executivo?
7. Pastor/Parlamentar: Quais são os benefícios da atuação na política para a Igreja Assembleia de Deus?
8. Pastor/Parlamentar: Sobre a participação de membros de igreja em partidos, sindicatos, etc., qual sua opinião?
9. Pastor/Parlamentar: Qual sua posição sobre a relação entre interesse público e interesse das igrejas?
10. Pastor/Parlamentar: Parecerias entre igrejas e outras instituições em projetos sociais?

11. Pastor/Parlamentar: Como a AD pode contribuir para uma maior conscientização para a cidadania?
12. Pastor/Parlamentar: Transformação de prestígio religioso em capital político?
13. Pastor/Parlamentar: Representatividade e legitimidade do líder pentecostal no espaço político?
14. Política Interna: Como funciona o processo de construção, eleição ou afastamento de liderança? O líder afastado pode ser reincorporado?
15. Política Interna: Existem divisões dentro da denominação? Quais?
16. Relacionamento interno e externo: Existe algum regime rígido ou autoritário em sua igreja? Como os membros se comportam com relação a isso? Você acha que ele é importante para a existência e permanência da instituição na sociedade?
17. Pastor/Parlamentar: Influência do político evangélico nos parlamentos. Situação perante escândalos.
18. Pastor/Parlamentar: Como o representante político pentecostal assembleiano decide seu voto no parlamento?
19. Pastor/Parlamentar: Como o povo pentecostal assembleiano tem procurado construir e afirmar sua identidade coletiva e como instituição na sociedade capixaba?
20. Retrospectiva: Que comparação se pode fazer entre a denominação AD de 40/50 anos atrás e a de hoje com respeito aos relacionamentos internos, relações com a sociedade, com a política e outros aspectos que desejar mencionar?

ANEXO II

CREDO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS

Creemos:

1. Em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas: Pai, o Filho e o Espírito Santo (Dt 6.4; Mt 28.19; Mc 12.29);
2. Na inspiração verbal da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé normativa para a vida e o caráter cristão (2Tm 3.14-17);
3. No nascimento virginal de Jesus, em sua morte vicária e expiatória, em ressurreição corporal dentre os mortos e em sua ascensão vitoriosa aos céus (Is 7.14; Rm 8.34; At 1.9);
4. Na pecaminosidade do homem, a qual o destituiu da glória de Deus, e em que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo pode restaurar a Deus (Rm 3.23; At 3.19);
5. Na necessidade absoluta do novo nascimento pela fé em Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus, para tornar o homem digno do Reino dos Céus. (Jo 3.3-8);
6. No perdão dos pecados, na salvação presente e perfeita e na eterna justificação da alma recebidos gratuitamente de Deus pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor (At 10.43; Rm 10.13; 3.24-26 e Hb. 7.25, 5.9);
7. No batismo bíblico efetuado por imersão do corpo inteiro uma só vez em águas, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme determinou o Senhor Jesus Cristo. Mt 28.19; Rm 6.1-6; Cl 2.12);
8. Na necessidade e na possibilidade que temos de viver a vida santa mediante a obra expiatória e redentora de Jesus no Calvário, através do poder regenerador, inspirador e santificador do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas do poder de Cristo (Hb. 9.14; 1Pd. 1.15);
9. No batismo bíblico com o Espírito Santo que nos é dado por Deus mediante a intercessão de Cristo com a evidencia inicial de falar em novas línguas, conforme a vontade (At 1.5; 2.4; 10.44-46; 19.1-7);
10. Na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à Igreja para sua edificação conforme sua soberana vontade (1Co 1.1-12);
11. Na Segunda Vinda Premilenial de Cristo, em duas fases distintas. Primeira – invisível ao mundo, para arrebatá-la a sua igreja fiel da terra, antes da Grande Tribulação; segunda, visível e corporal, para reinar sobre o mundo durante mil anos (1Ts 4.16, 17; 1Co 15.51-54; Ap 20.4; Zc 14.5 e Jd 14);
12. Que todos os cristãos comparecerão ante o Tribunal de Cristo, para receber recompensa dos seus feitos em favor da causa de Cristo na terra (2Co 5.10);
13. No juízo vindouro que recompensará os fiéis e condenará os infiéis (Ap 20.11-15);
14. E na vida eterna de gozo e felicidade para os fiéis e de tristeza e tormento para os infiéis (Mt 25.46).

ANEXO III

ESQUEMA ESTRUTURAL DA DIRETORIA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO EM 2011

PRESIDÊNCIA

Presidente Dep. João Campos /PSDB/GO / Assembleia de Deus
Vice-Presidente Dep. Antony Garotinho PR/RJ Presbiteriana

Vice-Presidente Dep. Benedita da Silva PT/BA Presbiteriana Renovada
Vice-Presidente Dep. Paulo Freire PR/SP Assembleia de Deus
Vice-Presidente Dep. Roberto de Lucena PV/SP O Brasil Para Cristo
Vice-Presidente Senador Walter Pinheiro PT/BA Batista

TESOURARIA

Dep. Ronaldo Nogueira PTB/RS Assembleia de Deus
Dep. Lourival Mendes PTdoB/MA Batista Nacional
Dep. Rosinha da Adefal PTdoB/PB Sara Nossa Terra

SECRETARIA

Dep. Sueli Vidigal PDT/ES Batista
Dep. George Hilton PRB/MG IURD
Dep. Jeferson Campos PSB/SP Quadrangular
Dep. Anderson Ferreira PR/PE Assembleia de Deus
Sen. Magno Malta PR/ES

VOGAIS

Dep. Antonia Lúcia PSC/AC Assembleia de Deus
Dep. Erivelto Santana PSC/BA Assembleia de Deus
Dep. Heleno Silva PRB/SE IURD
Dep. Marcelo Aguiar PSC/SP Renascer
Dep. Walney Rocha PTB/RJ Com. Pent. Sarando a Terra Ferida

CONSELHO FISCAL

Dep. Audifax PSB/ES Batista
Dep. Josué Bengtson PTB/PA Quadrangular
Dep. Leonardo Quintão PMDB/MG Presbiteriana
Dep. Márcio Marinho PRB/BA IURD
Dep. Neilton Mulim PR/RJ Batista
Dep. Acelino Popó PRB/BA Igreja Batista Caminho das Águas
Sen. Marcelo Crivela PRB/RJ IURD

SUPLENTES

Dep. Andreia Zito PSDB/RJ Batista
Dep. Delegado Francischini PSDB/PR Assembleia de Deus
Dep. Henrique Afonso PV/AC Comunidade Shamah
Dep. Lindomar Garçon PV/RO Assembleia de Deus
Dep. Vaz de Lima PSDB/SP Presbiteriana Independente

COMISSÃO DE DEFESA DA FAMÍLIA

Dep. Pastor Eurico PSB/PE Assembleia de Deus
Dep. Fátima Pelaes PMDB/AP Assembleia de Deus
Dep. Zequinha Marinho PSC/PA Assembleia de Deus
Dep. Licoln Portela PR/MG Batista Renovada
Dep. Josué Begtson PTB/PA Quadrangular

COMISSÃO DE DEFESA DA AMPLA LIBERDADE RELIGIOSA

Dep. André Zacharow PMDB/PR Batista
Dep. Arolde de Oliveira DEM/RJ Batista
Dep. Pr. Ronaldo Fonseca PR/DF Assembleia de Deus

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA FPE

Dep. Pastor Marco Feliciano PSC/SP Catedral do Avivamento

Dep. Pastor Silas Câmara PSD/AM Assembleia de Deus

Dep. Pastor Takayama PSC/PR Assembleia de Deus

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES

Sen. Bispo Marcelo Crivela PRB/RJ IURD

Dep. Pastor Silas Câmara PSD/AM Assembleia de Deus

Dep. Ruy Carneiro PSDB/PB Sara Nossa Terra

Dep. Gilmar Machado PT/MG Batista

Senador Walter Pinheiro PT/BA Batista

COMISSÃO DE DEFESA DA VIDA

Dep. Henrique Afonso PV/AC Comunidade Shamah

COMISSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dep. Lilian Sá PR/RJ Presbiteriana

Dep. Jorge Tadeu Mudalen DEM/SP Intern. Graça Deus

Dep. Manato PDT/ES Cristã Maranata

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Dep. Walter Tosta PR/RJ Presbiteriana

Dep. Rosinha da Adefal PTdoB/AL Sara Nossa Terra

SECRETARIA EXECUTIVA

Pr. Elias Castilho Secretário

Ev. Benedito Dias Secretário Adjunto

Pr. Wendell Oliveira Secretário de Expediente

CAPELANIA

Pr. Paulo Freire Capelão Titular

Pr. Elias Castilho Capelão Adjunto

Ev. Benedito Dias Ministro de Louvor